

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

Escola Superior de Altos Estudos

MOVIMENTOS E LUTAS ESTUDANTIS EM SERVIÇO
SOCIAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS EM PORTUGAL E NO
BRASIL

Uma Primeira Aproximação

SARA CRISTINA MENDES RIBEIRO

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Coimbra, 2011



Movimentos e Lutas Estudantis em Serviço Social nas últimas décadas em Portugal e no Brasil

Uma Primeira Aproximação

SARA CRISTINA MENDES RIBEIRO

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Professora Doutora Alcina Maria de Castro Martins

Coimbra, Junho de 2011

A todos os estudantes de Serviço Social,

para que nunca se esqueçam:

“a única luta que se perde é aquela que se abandona”

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Amândio Ribeiro e M^a Delfina Carneirinha, pelo apoio incondicional, pela paciência, pelo amor que ao longo deste tempo me têm dedicado e feito sentir. Agradeço à minha prima Catarina Barradas pela sua prontidão nos meus pedidos de auxílio e à minha avó por nunca me deixar desistir.

Pelos conhecimentos transmitidos, pela orientação comprometida e dedicada, agradeço à Doutora Alcina Maria de Castro Martins. O caminho foi conturbado, mas nunca me deixou perder o norte... por isso, muito obrigada.

Agradeço a Maria Lúcia Martinelli, que me recebeu com carinho na PUC-SP, que me acompanhou proximamente. A sua sabedoria, generosidade e amizade transformou o meu “sujeito simples” e ensinou-me a olhar o Mundo e a profissão como um “girassol”.

Os meus sinceros agradecimentos aos professores da PUC-SP com quem tive o prazer de aprender e conviver: Maria Carmelita Yazbek; Maria Lúcia Carvalho da Silva; Raquel Raichelis; Evaldo Vieira e Marco Aurélio Nogueira.

Agradeço às entidades da categoria profissional no Brasil e a todos os que nelas conheci. Agradeço principalmente ao CFESS, ao CRESS, à ENESSO e ao CA da PUC-SP. Obrigada por me terem deixado fazer parte do vosso movimento.

Agradeço aos “Sujeitos de Pesquisa” brasileiros: Talita Tecedor; Cristóvão Braga; Áurea Fuziwara e Ivanate Boschetti. Obrigada pelo contributo do vosso testemunho – sem ele, a pesquisa não teria a mesma riqueza.

Agradeço ainda aos amigos Andréia Oliveira, Marcelo Gallo, Gisela Barahona, Sarah Mazziotti, Tiago Santos, Talita Tecedor e Cristóvão Braga.

Pela colaboração no resgate da trajectória histórica do Serviço Social dos estudantes portugueses através do seu testemunho, agradeço a Rui Rato e Pedro Duarte.

Agradeço a todas Associações de Estudantes pela colaboração na construção do seu retrato, principalmente àquelas que demonstraram interesse na participação nesta investigação.

Agradeço aos meus amigos e companheiros Sofia Gomes, Bruno Cordeiro, Cristina Enes Garcia.

Finalmente, agradeço a todos que, de alguma forma contribuíram para a concretização desta dissertação de mestrado. A todos, muito obrigada!

Lista de Siglas

AA – Associação Académica

AAC – Associação Académica de Coimbra

AAUA – Associação Académica da Universidade dos Açores

AAUL – Associação Académica da Universidade Lusíada

AAULHT – Associação Académica da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia de Lisboa

AAUMA – Associação Académica da Universidade da Madeira

AAUTAD – Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AE – Associação de Estudantes

AESEB – Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Beja

AESECB – Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Castelo Branco

AESECS – Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

AESEP – Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Portalegre

AEFCH – Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa

AEFCS – Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais de Braga

AEISCET – Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Empresariais e Turismo

AEISCSP – Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

AEISMT – Associação de Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga

AEISPGAYA - Associação de Estudantes do Instituto Superior Politécnico de Gaya

AEISSC – Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra

AEISSSL – Associação de Estudantes Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

AEISSP – Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social do Porto

AEUFP – Associação de Estudantes da Universidade Fernando Pessoa

AEULP – Associação de Estudantes da Universidade Lusófona do Porto

CA – Centro Académico

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CDE – Comissões Democráticas Eleitorais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNESS - Comissão Nacional de Estudantes de Serviço Social

CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

CORESS – Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social

CRESS-SP - Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo

DA – Directório Académico

ENDAs - Encontros Nacionais de Dirigentes Associativos

ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

ERESS - Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social

GIVS – Grupo de Intervenção e Voluntariado Social

IES – Instituições de Ensino Superior

ISCSPU – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina

ISIS – Instituto Superior de Intervenção Social

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

ISSSB - Instituto Superior de Serviço Social de Beja

ISSSC – Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra

ISSSL - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto

ME – Movimento Estudantil

MESS – Movimento Estudantil em Serviço Social

NEPCE – Núcleo de Estudantes de Psicologia e Ciência da Faculdade de Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

NSS - Núcleos de Serviço Social

PA – Plano de actividades

PS – Política Social

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RGA – Reunião Geral de Alunos

RGE – Reunião Geral de Escola

SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional de Estudantes

SNFPMESS - Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil
em Serviço Social

SRFPMESS - Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil e
Serviço Social

UNE – União Nacional de Estudantes

Resumo

A presente dissertação, intitulada “Movimentos e Lutas Estudantis em Serviço Social nas últimas décadas em Portugal e no Brasil – uma primeira aproximação”, foi realizada no âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no âmbito do Mestrado em Serviço Social.

Resgata aspectos históricos e actuais das mobilizações dos estudantes de Serviço Social em Portugal e do Movimento Estudantil em Serviço Social no Brasil.

Em Portugal, a organização dos estudantes de Serviço Social inicia-se com pós 1974. As suas lutas estão vinculadas ao acesso à igualdade de direitos sociais relativamente aos estudantes do ensino superior público, pela integração da formação no sistema universitário público e pela atribuição do grau académico de licenciatura. A dissertação também dá conta da actual situação da organização estudantil nas Instituições de Ensino Superior onde é ministrado o 1º ciclo da formação em Serviço Social, analisando as dinâmicas das suas Associações de Estudantes e a participação dos estudantes nas mesmas, principalmente de Serviço Social.

O Movimento Estudantil em Serviço Social no Brasil, pela sua trajectória história e pela sua estrutura organizativa apresenta-se como uma referência.

Esta investigação é o primeiro passo para a construção da identidade dos estudantes de Serviço Social portugueses.

Palavras-Chave:

Movimentos Estudandis; Estudantes de Serviço Social; Participação; Organização

Abstract

This dissertation, named " Movimentos e lutas estudantis em Serviço Social nas últimas décadas em Portugal e no Brasil - uma primeira aproximação" (first approach), was done in the scope of the cooperation protocol established between the Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) and the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), in the scope of the Social Studies Master's Degree.

This recovers historical and current aspects of the Social Work student's demonstration in Portugal and the Student's Movement in social services in Brazil.

In Portugal, the Social Studies student organization started after 1974. Their protests are related to equal access of social rights, relatively to students who attend the public higher education, integrating training in the public university system and for the attribution of academic degree. This dissertation also accounts the current situation of the student organization in the higher education institutions where the first degree or bachelor's degree in Social Service is given, analyzing the dynamic of its Student Associations and the participation of their students, particularly the Social Services.

The Social Services Student Movement in Brazil, for its historical trajectories and its organizational structure presents itself as a reference.

This Investigation is the first step for the construction of the Social Services Portuguese students' identity.

Key-words:

Student's Movement; Social Services Student; Participation; Organization

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
Capítulo I – O Movimento Estudantil em Serviço Social no contexto do Movimento Estudantil no Brasil.....	9
1. Marcos do processo de reorganização do MESS e as suas conquistas.	10
2. A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social	13
2.1. Da composição aos desafios colocados à ENESSO em 2008.	13
2.2. XXX ENESS: “Os sonhos não envelhecem: 30 anos de reorganização do MESS”	19
2.3. A relação da ENESSO com as restantes entidades da categoria profissional	21
2.4. Importância dos estudantes e do MESS na categoria profissional	23
Capítulo II - O Movimento Estudantil em Serviço Social em Portugal	25
1. O Movimento Estudantil em Portugal	25
2. A participação dos estudantes de Serviço Social no decurso da Ditadura	27
3. Do associativismo ao Movimento Estudantil após 1974 aos anos 90.	30
3.1. A Luta pela integração da formação em Serviço Social no Sistema Universitário Público31	
3.2. Luta pela atribuição do grau de licenciatura	33
4. O Movimento Estudantil no ISSSC/ISMT	36
4.1. O Movimento Estudantil na AEISSSC/AEISMT	47
Capítulo III - A situação da organização estudantil em Serviço Social na última década do século XX e XXI.....	52
1. Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social.....	52
2. A Participação dos Estudantes de Serviço Social nas AEs e nos Núcleos de Serviço Social em 2009/2010.	54
2.1. A participação dos estudantes de Serviço Social nos Órgãos Dirigentes das AEs ...	55
2.2. As principais actividades desenvolvidas pelas AEs e a participação dos estudantes. 57	
2.3. Os Núcleos de Serviço Social nas AEs	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
BIBLIOGRAFIA	75
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado “Movimentos e Lutas Estudantis em Serviço Social nas últimas décadas em Portugal e no Brasil – uma primeira aproximação” foi realizada no âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no âmbito do Mestrado em Serviço Social.

Acerca da trajetória histórica do Serviço Social em Portugal, existe um acúmulo teórico consolidado com autores de referência. Relativamente ao movimento estudantil (ME) também são conhecidas obras. No entanto, sobre a organização dos estudantes e do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) apenas se encontram algumas referências pontuais relativas à sua participação nas lutas travadas pela categoria profissional. Assim, esta dissertação prende-se com a primeira aproximação ao tema.

O movimento estudantil (ME) tem um carácter histórico e, como tal, não pode ser analisado fora da conjuntura política e social. Desta forma, “não se pode atribuir ao ME um carácter imutável, sustentado em objectivos permanentes. Para se compreender a sua acção política é necessário analisar como se deu a organização do movimento em cada conjuntura histórica diferenciada” (Paula & Duriguetto, 2006).

O ME é um movimento social que se vincula aos demais. Os movimentos sociais são fenómenos históricos, decorrentes de lutas sociais. Para Gohn (2000), são expressões colectivas de descontentamento e mobilização que “colocam actores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados”. Apontam para um futuro e buscam novas acções, estando intimamente ligados à mudança social. São movimentos que se transformam a par das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política; por esse motivo, “enquanto a sociedade não resolver os seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos”. Apresentam-se como “factores decisivos na consolidação das sociedades democráticas”, são reflexo do descontentamento de alguns segmentos da sociedade. Estanque (2005) afirma que os movimentos sociais “embora podendo revelar um carácter mais espontâneo ou mais organizado, mais efémero ou mais permanente, são uma das principais formas de expressão da consciência crítica das sociedades e da sua

capacidade de agirem sobre si próprias”. Neste sentido, em diferentes contextos históricos o ME foi um importante agente de mudança social e ruptura política.

Os estudantes de Serviço Social têm um compromisso com a defesa do projecto profissional ético-político que se caracteriza por ser colectivo e sustentado na recusa e na crítica ao conservadorismo profissional. Segundo Netto (1999), este apresenta a “auto-imagem da profissão” e materializa-se no exercício profissional. É fruto da organização da categoria profissional onde estão presentes todos os intervenientes que dão *efectividade à profissão* (profissionais, instituições de formação, investigadores, docentes, estudantes, organismos corporativos e sindicais).

A escolha da organização dos estudantes de Serviço Social como tema de investigação prende-se, por um lado com o envolvimento da autora na Associação de Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga (AEISMT) durante o seu período de formação, e por outro lado pelo interesse em analisar o movimento e a organização estudantil em Serviço Social nacional e internacional enquanto mestranda e não num contexto de militância.

Assim, torna-se pertinente o resgate da participação dos estudantes na trajectória do Serviço Social em Portugal e a sua contribuição nas conquistas concretizadas até ao final do século XX.

Segundo Martinelli (2008), a “Identidade é uma categoria sócio-histórica que pulsa com o tempo e com os movimentos. A partir de determinações políticas, sociais, económicas, históricas, culturais (...) constrói-se no fértil terreno da diferença, no interior de relações sociais antagónicas”. Por esta razão, é essencial que os estudantes tenham conhecimento e consciência da sua trajectória histórica e da sua contribuição para a Identidade do Serviço Social.

O presente trabalho de investigação iniciou-se em 2007 no ISMT. O ano de 2008 foi marcado pelo intercâmbio com a PUC-SP. Sendo a categoria profissional brasileira, o MESS, assim como as suas relações uma referência de organização ao nível mundial, a experiência no Brasil constituiu uma *mais-valia*, um contributo para a construção e acúmulo de conhecimento.

Desta forma, durante o ano de 2008, a investigadora teve a oportunidade de frequentar disciplinas, núcleos e actividades programadas da *Pós-Graduação* em Serviço Social da PUC-SP, de acompanhar as actividades das estruturas representativas da categoria profissional, de aprofundar a sua investigação e de proferir algumas palestras em

diferentes Universidades – esta informação encontra-se em anexo nos *Relatórios* (do 1º e 2º Semestre) enviados ao ISMT no decorrer da experiência.

Sob o indispensável contributo, acompanhamento e orientação da Prof. Maria Lúcia Martinelli, a investigadora realizou pesquisas bibliográficas e documentais, estabeleceu contactos com as lideranças das entidades da categoria profissional, realizou entrevistas baseadas na *História Oral* e participou em diversas actividades.

As relações estabelecidas com as entidades da categoria de São Paulo foram estreitas e fortes, à excepção da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), cuja função é acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares.

A participação no movimento estudantil da PUC-SP permitiu o acesso ao MESS, quer ao nível regional, quer nacional. Proporcionou um conhecimento das suas dinâmicas e organização, assim como a aproximação à Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

A forte relação desenvolvida com o Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo (CRESS-SP), entidade representativa dos assistentes sociais ao nível regional, possibilitou a análise e compreensão da importância dos seus propósitos de organização. Permitiu, ainda, o estabelecimento de relações com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – entidade que corresponderá à futura *Ordem dos Assistentes Sociais* em Portugal - e a participação nos seus eventos. Estas relações foram um essencial contributo para o desenvolvimento desta investigação.

Embora a dissertação incida sobre o MESS no Brasil e em Portugal, não se verifica a adopção do método comparativo. Este exige fontes de natureza similar e é uma realidade o desfasamento da produção de conhecimento entre os países neste tema. Assim, apenas são referenciados alguns aspectos MESS considerados relevantes.

Inicialmente, pretendia-se proceder a uma investigação de cariz analítico. Contudo, o processo de levantamento de dados e informação tornou-se moroso e nem sempre com os resultados esperados. Desta forma, o trabalho assume um cariz exploratório e descritivo.

Perante o exposto, os objectivos delineados para a investigação são:

- Apresentar os principais marcos da trajectória histórica do Movimento Estudantil em Serviço Social em Portugal e no Brasil nas últimas décadas do século XX e XXI;

- Analisar a relação e/ou a articulação do ME com as outras organizações da categoria profissional no Brasil em processos de enfrentamento sócio-político da conjuntura e desafios profissionais;
- Analisar a organização dos estudantes de Serviço Social do ISSSC/ISMT e os principais contributos para as lutas da categoria profissional e a defesa dos direitos dos estudantes no período em análise;
- Identificar a existência da organização de estudantes de Serviço Social no âmbito do movimento estudantil nas Instituições de Ensino Superior em 2010 onde se ministra a formação em Serviço Social.

No sentido do cumprimento dos objectivos propostos recorreu-se a uma estratégia metodológica abrangente.

No Brasil, procedeu-se à pesquisa bibliográfica na Biblioteca da PUC-SP, à consulta dos arquivos do CRESS, à análise da documentação proveniente dos Encontros em que a investigadora participou, assim como à análise de vários *Trabalhos de Conclusão de Curso* referentes ao MESS.

A *História Oral* é dotada de uma forte dimensão ético-política. Portelli (2001) afirma que esta “expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade”. Nela, o *sujeito histórico e político* “é aquele que faz a acção ou a dirige (...) o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjectividade” (Wanderley, 1992).

Tendo em conta esta perspectiva, foram recolhidos depoimentos de sujeitos cuja sua acção na organização da categoria assumia uma forte dimensão política em 2008: Cristovão Braga (Braga, 2008), na altura Coordenador Nacional da ENESSO; Talita Tecedor (Tecedor, 2008), líder do MESS na PUC-SP e candidata à Coordenação Nacional da ENESSO no XXX Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS); Aurea Fuziwara (Fuziwara, 2008), Presidente do CRESS-SP e Ivanete Boschetti (Boschetti, 2008), presidente do CFESS. Apenas não foi possível a recolha do depoimento da representante da ABEPSS devido não ter comparecido ao encontro marcado.

A recolha dos depoimentos dos “sujeitos de pesquisa” decorreu no final do ano de 2008: Braga a 1 de Dezembro na cidade de Nossa Senhora do Carmo no Estado de Minas Gerais; Tecedor a 18 de Dezembro na PUC-SP; Fuziwara a 24 de Novembro na sede do

CRESS-SP e Boschetti a 10 de Dezembro na sede do CFESS em Brasília. Todos os depoimentos foram transcritos, analisados e inseridos na dissertação.

Em Portugal realizou-se o levantamento bibliográfico referente ao ME e procedente análise. Neste âmbito, a obra “Do Activismo à Indiferença – Movimentos estudantis em Coimbra” dos autores Elísio Estanque e Rui Bebiano, editada em 2007, apresenta-se como base teórica, colocando algumas reflexões acerca da trajectória, das práticas e das atitudes dos estudantes face ao associativismo estudantil.

Perante a escassez de informação referente à organização dos estudantes de Serviço Social, verificou-se a necessidade de realizar uma pesquisa documental, relacionando-a com factores históricos. A autora poderia ainda ter consultado os arquivos do ISMT, mas na altura em que a investigação teve início, estes não se encontravam organizados e disponíveis.

Para além deste procedimento metodológico, foram realizadas duas entrevistas a dois alunos do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (ISSSC) que, em contextos históricos diferentes, estiveram envolvidos na organização e no movimento estudantil da instituição e nas lutas da categoria profissional.

O testemunho de Rui Rato (Rato, 2010) incide sobre o percurso histórico das mobilizações dos estudantes do ISSSC no período pós 1974. Aborda a sua luta pela igualdade de direitos de acção social relativamente aos alunos da Universidade de Coimbra, a integração dos alunos na Associação Académica de Coimbra (AAC), assim como as transformações decorridas na formação e na própria instituição.

Por sua vez, Pedro Duarte (Duarte, 2010) relata as mobilizações políticas dos estudantes do ISSSC no processo de luta pela atribuição do grau académico de licenciatura, as transformações decorridas na instituição, as relações partidárias estabelecidas, a participação nos Encontros Nacionais de Dirigentes Associativos (ENDAs) como espaço político e, ainda, o processo de formação e constituição da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Privado e Cooperativo (FENAESP).

A primeira entrevista foi realizada a 16 de Abril de 2010, em Coimbra e a segunda em Gouveia no dia 17 de Julho do mesmo ano. Finalizado o processo de transcrição dos depoimentos, procedeu-se ao envio para correcção por parte dos “sujeitos”.

No sentido de obter um quadro geral da organização dos estudantes de Serviço Social na actualidade (2009/2010), procedeu-se ao levantamento das Associações de Estudantes (AEs) nas Instituições de Ensino Superior (IES) com formação em Serviço Social (1º Ciclo) e à procura dos seus contactos através da internet. Como primeira abordagem, os

contactos telefónicos às 21 AEs visaram obter informação geral acerca de cada uma delas e inferir se tinham Núcleo ou grupo específico de Serviço Social. Apesar dos esforços na tentativa de contacto telefónico ou via email, a Associação Académica da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (Politécnico de Viseu) foi a única em que se tornou impossível qualquer troca de informação. O resultado da informação recolhida nas 20 AEs constam na tabela em anexo, intitulada “Quadro geral da organização dos estudantes de Serviço Social na actualidade”. Os contactos telefónicos decorreram durante o mês de Abril de 2010.

Posteriormente, no sentido de analisar a participação dos estudantes de Serviço Social nas AEs e nos Núcleos de Serviço Social (NSS), assim como as actividades desenvolvidas pelos mesmos, seguiu-se o lançamento de um questionário. As AEs foram contactadas novamente e foi solicitada a colaboração dos seus dirigentes para o preenchimento do mesmo. Após o envio do questionário via email a 20 AEs e solicitação do Plano de Actividades (PA) como elemento complementar, apenas de cinco se obteve resposta: Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Castelo Branco (AEESECB); Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Beja (AEESEB); Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (AEESECS); Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (AEISCSP) e Associação Académica da Universidade da Madeira (AAUMA). Este processo decorreu durante o mês de Maio de 2010.

Assim, a presente dissertação está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, “O Movimento Estudantil em Serviço Social no contexto do Movimento Estudantil no Brasil” é abordada de forma descritiva a trajetória histórica do MESS, incidindo sobre os marcos do seu processo de reorganização e as suas conquistas. É analisada a composição da ENESSO, a sua importância para a categoria profissional e as relações estabelecidas entre as várias entidades da mesma. Os desafios colocados ao MESS e à categoria profissional pela actual conjuntura são abordados tendo como referência os depoimentos dos líderes das entidades representativas da categoria. O XXX ENESS “Os sonhos não envelhecem: 30 anos de reorganização do MESS”, devido às mobilizações político-partidárias de que foi palco, à sua importância no futuro da ENESSO e ao reflexo da crise do MESS, também é analisado neste capítulo.

No segundo capítulo é feito um resgate histórico da trajectória dos estudantes de Serviço Social, sendo que se dá maior relevância às mobilizações dos estudantes do ISSSC/ISMT. Assim, este capítulo contextualiza e descreve o “Movimento Estudantil em Serviço Social em Portugal”. Tendo como principal referência e apoio teórico as obras de Augusta Negreiros, é retratada a organização dos estudantes. Através da conciliação das referências teóricas com os depoimentos recolhidos, é apresentada a “participação dos estudantes de Serviço Social no decurso da Ditadura” e o MESS (pós 1974 aos anos 90), onde decorreram as lutas conjuntas da categoria profissional pela integração da formação no sistema universitário público e pela atribuição do grau académico de licenciatura. O quarto ponto deste capítulo refere-se especificamente à organização e mobilização dos estudantes do ISSSC/ISMT quanto à participação nas lutas da categoria profissional, às lutas internas, às relações estabelecidas com outras entidades associativas e, ainda, à constituição e dinâmicas da sua entidade representativa (Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social - AEISSSC/AEISMT).

Para finalizar, O terceiro capítulo incide sobre “a situação da organização estudantil em Serviço Social na última década do século XX e XXI” em Portugal. Resgata-se a realização dos ENSSs e é feita uma análise da “participação dos estudantes de Serviço Social nas AEs e nos Núcleos de Serviço Social em 2009/2010”. Neste ponto, é analisada a participação dos estudantes de Serviço Social nos Órgãos Dirigentes, nas principais actividades desenvolvidas nas AEs e nos Núcleos de Serviço Social (NSS).

Desta forma, em termos de síntese, o presente trabalho de investigação representa o primeiro passo para a construção da Identidade dos estudantes de Serviço Social e da sua trajectória histórica de organização. Resgata aspectos históricos das mobilizações dos estudantes de Serviço Social respeitantes às lutas pelo acesso à igualdade de direitos sociais relativamente aos estudantes do ensino superior público, pela integração da formação no sistema universitário oficial e pela atribuição do grau académico de licenciatura. Dá conta, ainda, da actual situação da organização estudantil nas IES onde é ministrado o 1º ciclo da formação em Serviço Social, analisando as dinâmicas das suas AEs e a participação dos estudantes nas mesmas, principalmente de Serviço Social. Por sua vez, o retrato da organização histórica do MESS no Brasil apresenta-se como um subsídio, uma referência que possibilite a reanimação da mobilização dos estudantes de Serviço Social portugueses, numa conjuntura adversa em que a necessidade do retorno da sua dimensão política e reivindicativa se impõe.

Capítulo I – O Movimento Estudantil em Serviço Social no contexto do Movimento Estudantil no Brasil.

A trajectória do Movimento Estudantil Brasileiro e a sua organização política estão intimamente ligadas à trajectória de luta, mobilização e organização dos movimentos de reivindicação da sociedade brasileira. Ao longo de diferentes conjunturas sociais e políticas, as organizações dos estudantes assumiram-se como sujeitos sociais de elevada importância em todos os processos de transformação.

A União Nacional de Estudantes (UNE), criada no final da década de 1930, é a entidade de representação máxima dos estudantes brasileiros, na qual os estudantes de Serviço Social e a sua estrutura organizativa estão inseridos. Através da UNE, as lutas estudantis assumem uma dimensão mais articulada, organizada e expressiva, fazendo com que os estudantes ganhem maior projecção no cenário político nacional ao lado dos segmentos populares e dos trabalhadores.

Os estudantes participaram na luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. Da mesma forma, sofreram influências de movimentos políticos e cívicos internacionais.

O ME, já em 1964, aquando do início da ditadura, apresentava uma organização forte. Segundo CAVALCANTE (2009, p.38), nas décadas 60 e 70, “as acções políticas do ME encontravam-se voltadas para a denúncia do descaso dos governos ditatoriais com a educação”, procurando fortalecer a luta contra o regime militar. Por estes motivos, a UNE foi desarticulada e colocada na ilegalidade pelo regime político. Contudo, esta realidade de repressão e clandestinidade não aniquilou a organização política dos estudantes.

Para Freire (2008), “as maiores oposições do movimento estudantil à ditadura militar ocorreram no Governo Costa e Silva (1967-1969)”. Neste sentido, a autora afirma que “a organização dos estudantes foi impulsionada na resistência às demissões arbitrárias de professores e aos limites impostos à autonomia universitária e sua organização, tendo como maior exemplo a extinção da UNE”. Para além disto, os estudantes passaram também a organizar-se “contra as injustiças existentes em determinadas instituições de ensino” (Freire, 2008). Neste contexto, pelo crescimento do número de estudantes no

ensino superior, o movimento estudantil encontrava-se em processo de ampliação, promovendo e participando em grandes manifestações com impacto na sociedade¹.

O Maio de 1968 proporcionou intensas transformações políticas, culturais e comportamentais. Mundialmente, assumiu fortes posições de contestação à guerra, ao autoritarismo e negação à sociedade capitalista. Foi um momento histórico de lutas reivindicativas, de natureza sindical², de apoio solidário ao movimento operário que influenciou o ME brasileiro. Segundo Palmeira (2008), as vanguardas estudantis lutavam “por indignação”, “porque a ditadura perturbava”, não permitia que se organizassem, “interrompia as aulas, a polícia invadia as Escolas...”. Afirmava ainda que “além da indignação geral por conta da ditadura, havia a vanguarda que queria mais, porque era socialista, queria uma transformação mais radical do Mundo”; não aceitando o estabelecido e fazia um “bom exercício desse espírito crítico”. Para o autor, o “principal legado desta geração” foi a Universidade Pública.

Durante a ditadura militar dos anos 70 e inícios de 80, surgiram “novos actores na cena política” cujo projecto democrático incidia na defesa das suas reivindicações pelos direitos sociais mais elementares e na resistência à asfixia por parte do regime militar. Os movimentos sociais populares urbanos foram considerados por alguns analistas como “fonte de renovação nas ciências sociais e na forma de fazer política” (Freire, 2008, p.138).

Nesta luta conjunta dos diversos segmentos da sociedade pela defesa do regresso ao Estado de Direito, o movimento estudantil assumiu uma posição de extrema importância. Os estudantes de Serviço Social estiveram inseridos activamente em todos estes processos de luta.

1. Marcos do processo de reorganização do MESS e as suas conquistas.

Neste ponto será abordada a influência do Movimento de Reconceptualização do Serviço Social Latino-Americano (no período 1965 a 1975) no MESS. Além disso,

¹ Foi o caso da manifestação que reivindicava a melhoria da alimentação fornecida aos estudantes pobres a 28 de Março de 1968, que levou à morte de um estudante pela polícia militar o acontecimento gerou uma indignação popular e fez com que um país se indignasse, abrindo caminho para a radicalização política (Freire, 2008, p. 137)

² Palmeira, 2008, p. 108

serão expostos os marcos do processo histórico de reorganização do MESS, assim como as suas conquistas.

Os estudantes de Serviço Social, para além de se terem empenhado democraticamente nos movimentos colectivos, enfrentaram os desafios inerentes à formação e à sua categoria profissional. Assumiram uma posição histórica de activismo e de mobilização. Os meados da década de 1960³ foram marcados pela ebulição das lutas e mobilizações pela busca da efectivação de direitos sociais e humanos questionando a racionalidade do Estado burguês e as suas instituições.

Segundo Netto (2004)⁴, esta movimentação social teve impacto e influenciou o Serviço Social ao nível mundial, no sentido do questionamento das suas respostas tradicionais frente às transformações sociais, económicas, políticas, ideológicas e culturais.

O profundo questionamento do Serviço Social tradicional ficou a dever-se ao amadurecimento dos sectores da categoria profissional, à sua aproximação com os movimentos sociais organizados, à laicização, com uma activa militância cívica e política, ao contacto com as ciências sociais, à incorporação de novas bases teóricas e, ainda, à participação do movimento estudantil. Este movimento levou à ruptura com as práticas profissionais conservadoras, que defendiam um projecto autocrático burguês. O movimento de Reconceptualização traz uma dimensão política à formação.

Neste contexto, as vanguardas estudantis do MESS foram claramente influenciadas pelas teorias críticas. Posteriormente, estas vanguardas assumiram postos de docência nas universidades, contribuindo de forma fundamental para a construção e acúmulo teórico e crítico.

Fortemente influenciados por este movimento, juntamente com os profissionais, no “Congresso da Virada” em 1979 (III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS), os estudantes realizaram críticas consistentes à direcção social da profissão dando, assim, o seu contributo para o novo direccionamento social para a profissão.

O processo de reorganização do MESS está intimamente ligado às lutas pela redemocratização do país e à efervescência dos movimentos sociais.

No período de 1978 a 1988, o MESS é marcado por um processo de reconstrução da base organizativa ao nível nacional e pela “reaglutinação política dos estudantes” (Santos, 2007, p.116).

³ Note-se que o movimento de Reconceptualização na América Latina ocorre justamente no período em que o Brasil estava sob um governo de ditadura militar.

⁴ Este ponto terá o apoio da obra “Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social” de Netto (2004).

O processo de reorganização do MESS é marcado pela realização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) em Londrina/PR⁵ no ano de 1978. Neste Encontro, os estudantes demonstraram a sua prática política com “o compromisso de se aprofundar a qualidade do ensino e da formação profissional dos assistentes sociais, sinalizando para uma ruptura com o conservadorismo e com as bases que norteavam a formação profissional” (Santos, 2007, p.114).

Os anos 80, segundo Pequeno (1990), assumiram um papel importante para o fortalecimento do MESS. Os estudantes adoptaram uma postura reivindicativa para a ocupação de espaços junto da categoria profissional, preocupando-se em construir alianças com as suas entidades representativas.

Segundo Ramos (2005), após uma década da reestruturação do MESS, em 1988⁶, foi criada a entidade nacional representativa dos estudantes de Serviço Social denominada Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional de Estudantes (SESSUNE). O objectivo principal desta entidade “era unificar e impulsionar as lutas no MESS, bem como as demais entidades da categoria profissional e do ME” (Santos, 2007, p.117).

É no início da década de 90, período marcado por ofensivas neoliberais que conduziram inevitavelmente à precarização do ensino e à expansão da sua mercantilização, que “o MESS demonstra necessidade de intensificar e aprofundar o debate acerca da formação profissional e as mudanças de paradigmas construídas pela categoria profissional, na direcção do que hoje chamamos Projecto Ético-Político” (Santos, 2007).

Em 1991, realizou-se o I Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS), cujo objectivo era “subsidiar, aprofundar e entender a demanda em torno dos debates acerca da formação profissional”. Este, não sendo um espaço deliberativo, apenas visa assumir-se como um espaço onde possam ser debatidas as questões relativas à formação profissional⁷.

Em 1993 (Ramos, 2005, p.99), no XV ENESS, devido a algumas divergências com a UNE e a uma necessidade de maior autonomia perante as lutas colocadas especificamente ao MESS, a SESSUNE passa a chamar-se ENESSO.

⁵ Embora antes do golpe militar a organização de Encontros Nacionais já se verificasse, foi convencionada a contagem dos mesmos a partir da reorganização política do MESS em 1978.

⁶ X ENESS, realizado na UFRJ (Santos, 2007)

⁷ Sendo que no ENESS não havia possibilidade de as debater e discutir com a profundidade necessária, pois existem outras demandas político-organizativas.

CAVALCANTE (2009, p.47) afirma que o “papel aglutinador assumido pela ENESSO está em consonância com a tendência presente no ME na década de 1990, das executivas se apresentarem com uma dinâmica de organização estudantil, a partir do desenvolvimento de lutas abrangentes, bem como de actividades específicas de determinada profissão”.

Devido à necessidade sentida de incorporação e aproximação à entidade competente por todas as problematizações e desenvolvimento de acções respeitantes ao eixo da formação profissional, o MESS desencadeou um processo de luta que culminou e se traduziu na conquista da garantia da representação dos estudantes na ABEPSS.

O estreitamento da relação política entre a ABEPSS e a ENESSO veio qualificar os debates em torno da formação profissional, facto que se torna vital para a organização da categoria.

Tecedor (2008), acerca da importância da parceria entre estas entidades, afirma:

... a categoria tem que estar de olho em quem está formando e se formando – a ABEPSS discute a própria formação e ela tem que manter a parceria para ter estudantes discutindo o que está acontecendo na categoria, trazer do movimento estudantil para categoria, para esses dois discutirem o que querem da ABEPSS e esta fazer o trabalho com os dois: é um ciclo que não pára. Quebrar a unidade entre essas três entidades é a morte dos três!

Os estudantes e a ENESSO participaram activamente em todos os debates importantes para a categoria. A revisão do Código de Ética, que se assumiu como um processo fundamental para o amadurecimento da profissão, entre 1991 e 1993, foi tema de vários encontros estudantis.

Os estudantes também contribuíram de forma essencial para a discussão e revisão do projecto de formação profissional, desencadeado em 1993 e concluído em 1996.

2. A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

2.1. Da composição aos desafios colocados à ENESSO em 2008.

A ENESSO⁸ é “a entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país⁹”. A sua responsabilidade reside na luta pela defesa da universidade pública,

⁸ Todas as informações que constam na caracterização da ENESSO têm como referência os Estatutos da ENESSO

⁹ É eleita anualmente no ENESS

gratuita, democrática, laica, popular e de qualidade e, juntamente com outros movimentos sociais, lutar por uma transformação societária¹⁰.

A ENESSO tem como finalidades¹¹:

- a) *Fomentar e potencializar a formação político-profissional dos estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas;*
- b) *Promover o fortalecimento político-organizacional das entidades de base (CA's ou DA's);*
- c) *Promover o debate acerca dos problemas dos estudantes de Serviço Social;*
- d) *Garantir o contato permanente dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas;*
- e) *Viabilizar a integração com os movimentos populares e sociais como forma de crescimento político dos estudantes e de reforço e ampliação das lutas desses movimentos;*
- f) *Consolidar o contato com as demais executivas de curso a fim de reforçar o papel destas no movimento estudantil e construir novas alternativas de luta para o movimento;*
- g) *Coordenar e organizar nos encontros Estaduais, Regionais e Nacionais, junto às escolas sede dos eventos, buscando a articulação com as demais entidades da categoria para a realização dos mesmos;*
- h) *Apoiar a construção e organização de CA's onde não existam os mesmos.*

Para atingir os seus objectivos, a ENESSO é dividida organizacionalmente em sete regiões¹².

A organização da ENESSO é composta por uma Coordenação Nacional e uma Coordenação Regional. Cabe à Coordenação Nacional¹³ a responsabilidade de elaborar e executar as deliberações tomadas no ENESS e mobilizar os estudantes no âmbito nacional. É função da Coordenação Regional¹⁴ levar a cabo um programa de trabalho de acordo com as orientações nacionais, tendo sempre em atenção as particularidades da região.

O cargo de “Secretário de Escola” surgiu recentemente para que o contacto dos estudantes com a ENESSO fosse mais próximo. A este é atribuída a função de acompanhar as actividades dos Centros Académicos (CAs)/Directórios Académicos (DAs) das instituições de formação, fazer o trespasse e a partilha de informação com a ENESSO.

¹⁰ Apesar de garantir autonomia perante a UNE, reconhece-a como “instância máxima de representação do Movimento Estudantil”, desde que vá ao encontro das lutas da ENESSO.

¹¹ Artigo 2º do Estatuto da ENESSO

¹² Na Pesquisa serão mencionadas apenas duas: a Região VII (São Paulo) e a Região V (Rio de Janeiro; Minas Gerais e Espírito Santo)

¹³ Composta por sete Coordenadores de uma região.

¹⁴ Composta, no mínimo, por dois Coordenadores da região.

São Instâncias Deliberativas do MESS¹⁵ o ENESS, Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS), o Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS) e o Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS).

Segundos os estatutos, o ENESS é

a instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil em Serviço Social, que tem por objectivo reunir anualmente os estudantes de todo o país em torno dos temas pertinentes à conjuntura, movimento estudantil, universidade, formação ético-político-profissional, cultura e outros temas relevantes ao Serviço Social, previamente definidos no CONESS, deliberando sobre o movimento e a organização política dos Estudantes de Serviço Social no país.

Por sua vez, no âmbito regional, o ERESS é também o encontro máximo de deliberações, que tem os mesmos objectivos do ENESS, no entanto, tratando de questões específicas de cada região, previamente definidas pelo CORESS e aprofundando a discussão das prioridades da Coordenação Regional da ENESSO.

Actualmente, o CONESS “reúne representantes de todas as entidade estudantis de Serviço Social a nível nacional para definir a pauta do ENESS e realiza discussões de formação política e profissional”. O CORESS realiza os mesmos objectivos que CONESS, mas no âmbito regional.

Os Seminários de Formação assumem-se como um espaço privilegiado de discussão acerca da formação profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, não possuindo um carácter deliberativo. São realizados ao nível nacional e regional: Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS) e Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil e Serviço Social (SRFPMESS). Ambos decorrem bianualmente, sendo o tema decidido no ENESS e no ERESS, respectivamente.

Desafios colocados à ENESSO

A realidade brasileira tem vindo a apresentar um declínio de todos os movimentos sociais. Não sendo o MESS excepção, actualmente, não assume o protagonismo nacional de outrora. Contudo, este facto não se encontra isolado das alterações políticas e culturais.

¹⁵ Título III do Estatuto da ENESSO

Assiste-se ao avanço do neoliberalismo. O Estado tem vindo a delegar e desresponsabilizar-se pela manutenção do Ensino Superior, deixando-a a cargo da iniciativa privada onde a “indicação é as instituições de ensino superior se organizarem e serem geridas como empresas económicas” (Freire, 2008, p.143). O Ensino Superior passa a ser um mercado cada vez mais procurado e, por isso, promissor, independentemente da fraca qualidade.

A progressiva expansão do sistema de ensino superior público na década de 60 gerou o aumento de vagas nas universidades e, conseqüentemente, o aumento do número de estudantes universitários. Em 1968 existiam cerca de 300 mil alunos no ensino superior e o movimento estudantil assumia uma posição de destaque nas lutas. Em 2008, o Brasil “tem quase 5 milhões de estudantes universitários, mas os protestos de rua praticamente desapareceram” (Freire, 2008, p.141). Contudo, “a quase ausência nas lutas articuladas aos grandes temas nacionais não significou a morte do movimento estudantil. Ao contrário, a mudança de estratégias e de acção do movimento estudantil, no fundo, apresenta as possibilidades de resistência dentro de um novo contexto em que o neoliberalismo se impôs como uma avalanche, que destruiu e redireccionou a actuação do Estado brasileiro no enfrentamento da questão social” (p.143). A autora afirma, ainda, que o movimento estudantil tem vindo a apresentar um “revigoreamento” através de movimentações localizadas, principalmente a partir de 2007.

Apesar de todos os desafios colocados pela mercantilização e precarização da formação, do refluxo dos movimentos sociais e dos períodos conturbados no seio do próprio MESS, o movimento estudantil e a ENESSO ainda demonstram uma forte dimensão política e reivindicativa, defensora da qualidade da formação e dos direitos sociais.

Os desafios mencionados neste ponto do trabalho são retirados dos depoimentos dos sujeitos de pesquisa, históricos e políticos. Braga e Tecedor (2008) assumiram papéis de liderança no MESS. Fuziwara e Boschetti (2008) assumem liderança no CFESS e CRESS e são ex-militantes do MESS.

O seu envolvimento no MESS e nas Entidades da categoria permitem-lhes mencionar os desafios que pensam ser colocados à categoria no seu todo.

Conjunturalmente, o MESS encontra-se perante um contexto de implementação de políticas neoliberais, onde a efectivação e a garantia de direitos se torna cada vez mais complexa. Esta realidade vai contra todas as conquistas que decorreram do processo de redemocratização, assim como contra o projecto profissional ético-político defendido pela categoria profissional.

A formação profissional sofre várias ofensivas, encontrando-se em crise. Desta forma, o MESS necessita fazer face à mercantilização e precarização da formação e do ensino superior, “à formação “ligeira”, superficial, às portas do conservadorismo” (Braga, 2008). Esta realidade verifica-se no *boom* do Ensino à Distância e das Instituições de Ensino Superior privadas¹⁶, com interesses económicos e sem qualquer preocupação com a qualidade da formação.

O resultado desta desresponsabilização do Estado verifica-se ao nível nacional. No que respeita à situação em São Paulo são mais de 50 as Instituições de Formação que ministram o Curso de Serviço Social sendo aceites numa delas 1500 alunos por ano. Braga comenta:

“Este é um desafio porque é uma precarização e mercantilização imensa da educação. Que profissional vai entrar no mercado [de trabalho]? Isso já está se reflectindo nas Entidades [da categoria profissional]! O perfil dos estudantes e do profissional já está mudando”.

Directamente ligado à mercantilização da formação está a precarização do trabalho que se verifica no contexto da formação nas Instituições de Ensino Superior.

Perante a precariedade das condições laborais dos docentes, coloca-se o desafio de analisar os reatamentos na qualidade da formação e, ainda, o impacto que essa formação terá no exercício profissional e nos utentes.

Boschetti (2008), refere o desafio em “assegurar a criação do mercado de trabalho com qualidade e com direitos” para o assistente social. Por sua vez, Fuziwara (2008) coloca ainda o desafio de reflectir de que forma o profissional vai “garantir direitos quando as relações de trabalho estão desregulamentadas, os trabalhadores perdendo direitos, as legislações flexibilizadas e o Estado cada vez menos responsável em efectivar direitos”. Tecedor (2008) alerta para a criação “inevitável” de um “exército de reserva”.

Perante este quadro, um dos maiores desafios que se apresenta ao Movimento Estudantil (e à categoria) é a implementação dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, subjacentes às directrizes da formação, fruto de um acúmulo de conhecimentos, em prol do Projecto Ético-Político e na afirmação dos princípios éticos.

¹⁶ Segundo Marilda Iamamoto - na sua comunicação no I Seminário Internacional de Serviço Social na Universidade Lusófona: SERVIÇO SOCIAL ENTRE O PASSADO E O FUTURO, AS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE (2 de Junho de 2010) – em 2009, existiam 334 Instituições Superiores de Ensino no Brasil, das quais 210 surgem depois do governo Lula da Silva. Sendo certo que 91% são privadas e em 11 Instituições têm o ensino à distância.

Boschetti (2008) acrescenta que “o grande e importante desafio é conseguir consolidar e avançar na incorporação do pensamento da tradição marxista. [ou seja] é fortalecer, consolidar e avançar na análise, incorporação e solidificação (...) da teoria crítica e analítica”, “se não for assim, o projecto ético-político será colocado em causa”.

Quanto aos estudantes e militantes, o desafio é a aposta no reforço da formação. Segundo Braga (2008), “na militância você é obrigado a estudar muito mais que qualquer outro estudante”. Para isso, é necessário que o MESS amplie a participação de base e a formação de novos quadros. Se não houver uma preparação de base dos estudantes, segundo Fuziwara (2008), “a gente desmobiliza e vai perder o crédito nas lideranças e nas entidades também”.

As lideranças têm consciência que é premente a formação de quadros, porque “você não pode simplesmente ser militante e não deixar ninguém no seu lugar [quando se assumem cargos dirigentes no MESS]” (Braga, 2008).

Com o objectivo de aumentar a participação da Base, de contribuir para o aumento do seu acúmulo e para a formação de novos quadros, o Centro Académico (CA)¹⁷ da PUC-SP “sempre teve o hábito de fazer os cursos de formação política, os cursos do MESS” (Tecedor, 2008).

Os cursos “*Como funciona a sociedade I e II* dão ferramentas se construir uma análise de como funciona o sistema de produção capitalista” (Tecedor, 2008), permitem a reflexão, o questionamento e a crítica da realidade que se apresenta. Além disso, estes cursos potenciam o surgimento de novos grupos políticos.

A maioria dos militantes do MESS de hoje continuarão a ser militantes em outros espaços no futuro, sendo as entidades da categoria um deles. Contudo, mesmo com os esforços desenvolvidos para a formação de novos quadros, “não está havendo pessoas de destaque, que você veja que têm potencial para essas entidades”, pois a precarização apresenta-se mais ameaçadora. Questiona-se, assim, o impacto desta situação na categoria: “o desafio é como esse perfil de militantes, aliás *pseudo*-militante, vai entrar na nossa categoria, nos nossos Conselhos, e vai regredir todas aquelas conquistas que a gente já obteve.” (Braga, 2008)

Boschetti (2008), em síntese, apresenta 3 grandes desafios colocados à categoria: “assegurar uma formação de qualidade, de lutar contra a reforma universitária que precariza a formação”; “se aliar aos movimentos sociais para lutar pela universalização

¹⁷ Representação máxima do discente na sua Faculdade.

das políticas sociais e dos direitos sociais, no sentido de democratização do acesso aos direitos” e “lutar pela garantia de condições técnicas e éticas de trabalho, que permita realizar o trabalho profissional nessa perspectiva de garantia de direitos”.

Outro desafio que ainda se apresenta é a necessidade de ter clareza quanto aos elementos desmobilizadores. Nesse sentido, os sujeitos apontam alguns, tais como a disputa de poder e vaidades, a falta de tempo para a militância. Para Braga (2008), “os desafios estão postos, a precarização da formação está forte, a desmobilização está crescente.” O ENESS de Londrina, no qual a investigadora participou, é referência desta conjuntura, como se documenta seguidamente.

2.2. XXX ENESS: “Os sonhos não envelhecem: 30 anos de reorganização do MESS”

Passados 30 anos do primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social e 20 anos da constituição da ENESSO realizou-se em Londrina (Pará) o XXX ENESS - “Os sonhos não envelhecem: 30 anos de reorganização do MESS”, decorrido entre 13 e 17 de Junho de 2008. Para além do intuito de comemorar o marco histórico acima mencionado, teve como objectivo reflectir e discutir a organização estudantil. As 5 “mesas”¹⁸ debruçaram-se sobre: *Conjuntura* – “Os (des)caminhos para a América Latina”; *Formação* – “O exercício profissional: um desafio para a afirmação do projecto ético-político”; *Cultura* – “A identidade de Classe: a opressão nos une, a classe nos divide”; *Universidade* – “Desafios da construção da universidade dos trabalhadores e a imposição da universidade burguesa” e Mesa de *Movimento Estudantil* – “40 anos do Maio de 68 e 30 anos de reorganização do MESS”. Para o debate destas “mesas” foram constituídos *Grupos de Discussão*, seguidas de *Plenárias* para aprovação das deliberações.

O último dia do Encontro teria como objectivos fazer os encaminhamentos para o próximo ENESS, fazer a apresentação das listas candidatas à Coordenação Nacional e Regionais da ENESSO e seu debate para, na *Plenária Final*, decorrer o processo de eleições¹⁹ e ser feita a avaliação final do Encontro. Contudo, o processo de eleição da

¹⁸ Entenda-se por “mesas”, painéis.

¹⁹ Das 3 listas candidatas para a Direcção da ENESSO uma apresentou objectivos e propostas de tendência anarquista, preconizando a abstenção ao acto eleitoral sem a pretensão de disputar os cargos directivos. Assim, o processo eleitoral decorreu com duas listas: “Maria Bonita” e “Frente de Esquerda

Direcção da ENESSO acabou por se tornar conturbado, marcado por fraudes e disputas partidárias²⁰.

Por conseguinte, ficou a ENESSO sem Coordenação Nacional e as deliberações tomadas no Encontro teriam de ser materializadas pelas Coordenações Regionais. Embora esta “crise do MESS” já tivesse apresentado alguns sintomas, este acontecimento veio tornar ainda mais preocupante a falta de direcção política e a colocação de interesses individuais e partidários acima do respeito pelos interesses colectivos.

Segundo Braga (2008), “não se pode cair na desresponsabilização dos estudantes. Onde estavam os estudantes? Onde estava a formação de Base? Faltou direcção? Os estudantes têm muita culpa. A gente também é responsável”.

A dificuldade de identificar novos líderes no ENESS, assim como o “esvaziamento das Plenárias”, são também para Braga (2008) sintomas da crise do MESS. Estes apresentam-se como “reflexo de uma falta de organização”.

Os estudantes participam nos Encontros pela sua importância na organização estudantil e por ser o espaço político de construção e aprovação de deliberações do MESS. Contudo, em 2008, assistiu-se à participação e ao surgimento de novos estudantes e faculdades devido a “uma corrida muito grande pelo certificado” (Braga, 2008), sendo que os estudantes para se formar precisam de ter uma carga horária que se completa ou pelo pagamento de uma disciplina lectiva/optativa ou pela participação em encontros estudantis e eventos. Neste sentido, a participação no movimento estudantil significa o atingir dessa mesma carga.

A categoria profissional encontra-se preocupada com o que aconteceu no XXX ENESS. O decorrido terá repercussões e consequências no MESS e, inevitavelmente, na categoria. Por esse motivo, no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS (encontro máximo de deliberação da categoria profissional), realizado em Brasília entre os dias 25 e 28 de Setembro de 2008, sob tema “Direitos, Trabalho Riqueza no Brasil: o Conjunto CFESS/CRESS na Defesa do Projeto Ético-Político Profissional”, foi lida e entregue uma carta dos Ex-Militantes do MESS à ENESSO. Neste documento foi sublinhado o processo histórico de luta do MESS, assim como a sua responsabilidade na formação política dos assistentes sociais e na defesa do projecto profissional ético-político.

do MESS”. A primeira era composta por estudantes do sexo feminino da Região VII (São Paulo). A segunda era constituída por estudantes da Região V, na sua maioria alunos da UFRJ.

²⁰ As informações aqui contidas são fruto da experiência pessoal da autora, decorrentes da sua participação no XXX ENESS.

Esta forte preocupação vem confirmar as estreita relação do MESS com as restantes entidades da categoria profissional, da qual se fará uma análise seguidamente.

2.3. A relação da ENESSO com as restantes entidades da categoria profissional

A relação entre as entidades da categoria profissional é histórica. A sua participação e aliança assumem uma importância fundamental para a profissão e para a realidade social. É esta relação que dá materialidade à construção e defesa do projecto profissional ético-político.

A categoria profissional dos Assistentes Sociais no Brasil é composta por todas as entidades representativas da profissão. Os profissionais estão representados pelo conjunto CFESS/CRESS, a academia e pesquisa pela ABEPSS e os estudantes (movimento estudantil) pela ENESSO²¹.

Segundo Ramos (2005, p.78), “as entidades têm se constituído (...) *locus* de debates teórico-políticos e lutas que põem em cena os limites e contradições da ordem do capital, contribuindo (...) para a construção do projecto ético-político profissional”. É através das mediações estabelecidas entre as entidades que este se materializa.

Desta forma, a categoria profissional configura-se como a expressão de organização política onde todas as entidades representativas assumem a sua responsabilidade e compromisso no questionamento, debate e posicionamentos colectivos e democráticos nas diversas áreas da profissão e na defesa do projecto profissional ético-político.

O Serviço Social Brasileiro conseguiu construir uma articulação fundamental entre o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO. Marcada historicamente pelo *Congresso da Virada* de 1979 (III CBAS), segundo Boschetti (2008),

esta articulação só foi possível quando as entidades passaram a ser assumidas do ponto de vista de direcção por profissionais, assistentes sociais, vinculados aos movimentos sociais e à perspectiva de fortalecimento das lutas colectivas, de construção de organizações colectivas, com o objectivo de lutas emancipatórias, (...) com perspectivas de análise da sociedade referenciadas pela perspectiva marxista. Essa articulação só foi possível porque a gente convergiu dimensões políticas.

Acrescenta, ainda que “o colectivo das entidades continua firme perante a defesa de um Projecto anti-capitalista, na construção de mediações, na luta pela realização dos

²¹ Nesta parte do trabalho as referências teóricas serão comprovadas com os depoimentos dos representantes de cada entidade da categoria profissional, com excepção da representante da ABEPSS. No entanto, deve ser sublinhado que também a ABEPSS participa activamente deste colectivo.

direitos e pela sua universalização, das políticas públicas, no quotidiano, no imediato”. A luta é colocada numa perspectiva de longo prazo, no sentido de “compor uma sociedade onde prevaleça a emancipação humana, a igualdade de condições e não apenas a igualdade de oportunidades, uma sociedade sem exploração de nenhuma espécie”.

Tendo cada entidade o seu âmbito particular de actuação, o processo de construção é colectivo, dinâmico, inter-dependente e articulado. Tecedor (2008) reforça esta dinâmica: “as entidades representativas não existem umas sem as outras porque é como se fossem continuidade e parceiras ao mesmo tempo”. Justificando

a categoria e o Conjunto CFESS/CRESS não têm em si uma base sem ter o movimento estudantil que esteja discutindo o que vai ser do profissional (...). A ABEPSS discute a própria formação e ela tem que manter a parceria para ter estudantes discutindo o que está acontecendo. (...) é uma construção conjunta... é um ciclo que não pára. Quebrar a unidade entre essas três entidades é a morte das três!

Boschetti (2008), partilhando desta ideia, acrescenta: “em todos os eventos, sejam da ABEPSS, CFESS, CRESS ou ENESSO (cada um no seu âmbito), todas as entidades estão sempre presentes, acompanham e participam activamente nos debates e, naquilo que é interface na formação e no exercício profissional constroem conjuntamente”.

A construção colectiva é fruto do aprofundamento e amadurecimento teórico com forte dimensão política e ideológica. Braga (2008), através da sua experiência, relata que as discussões “quando a gente se reúne pra discutir um tema, a discussão se prolonga. São discussões exaustivas e enquanto não se chega ao mínimo de consenso ou o mínimo de um debate aprofundado não se aprova nada”.

Boschetti (2008) justifica este processo de construção colectiva:

pode ser mais lento, mas ele é mais consistente do ponto de vista democrático da construção colectiva, e agrega mais, não só na discussão, mas na implementação porque quem participou na construção se sente parte disso, implícito, responsável e, então, vai também agir e intervir pra implementar.

O pluralismo faz parte da construção colectiva e da relação entre as entidades da categoria. Boschetti (2008) afirma que

é importante para o debate, é um princípio do Código de Ética. A articulação das entidades garante o pluralismo com hegemonia. A gente conseguiu uma estratégia que foi fundamental para construção do Projecto [Ético-Político]: foi essa articulação, mantendo a unidade na direcção política sem perder a particularidade e especificidades de cada entidade e seus objectivos - a ABEPSS na questão da formação, o Conjunto CFESS/CRESS na

questão do exercício profissional, a ENESSO na questão do movimento estudantil - mas numa articulação e construindo lutas conjuntas.

Para os quatros sujeitos de pesquisa aqui apresentados, usando as palavras de Boschetti (2008), “hoje, o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO são os espaços de resistência, de construção colectiva, de uma perspectiva de construção, mesmo que não seja imediata, de sociedade emancipada, de uma sociedade não capitalista”.

É com estes objectivos e esta relação dinâmica na construção do colectivo que a categoria profissional faz a diferença mesmo em conjunturas adversas.

2.4. Importância dos estudantes e do MESS na categoria profissional

Os estudantes são futuros profissionais em formação. São uma parte fundamental da construção do processo organizativo da categoria onde se assumem como agentes activos. A participação estudantil, o seu posicionamento político, encontram-se em todos os movimentos decisivos da história do Serviço Social da categoria profissional.

O MESS é a expressão colectiva dos estudantes e, como tal, *é um espaço vivo de acção política* (Ramos, 2005, p.100). Pela sua acentuada dimensão política assume-se como um importante aglutinador de estudantes, sendo nele que decorrem todos os debates, questionamentos e preocupações referentes à questão da formação. Também através dele, os estudantes dão o seu contributo para a realidade social e cultural, aliando-se à luta da classe trabalhadora.

Tecedor (2008) afirma que os militantes do MESS estão inseridos na realidade social e que cada um participa num movimento social e que “o MESS é solidário com as lutas dos movimentos sociais” porque “se busca um outro projecto de sociedade”.

Sendo o MESS um espaço reflexão, debate e questionamento da formação e da sociedade fortemente politizado, é nele que se encontram estratégias de enfrentamento aos desafios colocados. Segundo Tecedor (2008), “a gente luta pela defesa do projecto ético-político” e “se cada estudante tivesse o seu papel político no movimento estudantil, seria demais... seria um movimento sem igual...”

Os quadros das entidades da categoria profissional são maioritariamente compostos por ex-militantes do MESS. A este respeito, Braga (2008) assegura que “Todos os Conselheiros passaram pelo movimento estudantil, são ex-militantes. Todos os

Conselhos Regionais têm pelo menos um ex-militante. É interessantíssimo esse lado de ter ex-militantes em todos os conselhos!”.

A força do MESS advém do contingente largo de estudantes que, depois de formados, se inserem na categoria profissional.

Conforme o analisado neste capítulo, o MESS não só contribuiu para a construção da identidade do Serviço Social, como assumiu um lugar de destaque nas transformações da sociedade e da formação.

Capítulo II - O Movimento Estudantil em Serviço Social em Portugal

1. O Movimento Estudantil em Portugal

O Movimento Estudantil em Portugal teve expressões em vários pontos do país, contudo, esta parte da pesquisa dará maior importância ao movimento estudantil verificado em Coimbra. Os factos mencionados terão o apoio teórico da obra “Do Activismo à Indiferença – Movimentos estudantis em Coimbra” dos autores Elísio Estanque e Rui Bebiano.

Em Coimbra é histórica a tradição de luta estudantil marcada pelo inconformismo e resistência. Até à década de 60, as movimentações estudantis prendiam-se com a defesa do associativismo e não tanto com o questionamento do sistema universitário nem com o enfrentamento directo ao regime (2007, p.35).

Segundo os autores, é a partir desta década que, por contextos políticos nacionais, se assiste ao “despertar de um associativismo estudantil de massas²²”.

Apesar da repressão do regime, viviam-se tempos de intensa politização e crescimento do movimento associativo de teor reivindicativo, questionador dos valores políticos e culturais predominantes. O movimento colocava-se contra a opressão do regime, defendia a autonomia universitária e fazia uma clara oposição à Guerra Colonial.

Neste contexto político, jovens universitários e intelectuais insatisfeitos foram perseguidos, sendo alguns presos, outros incorporados nas forças armadas.

A *primeira verdadeira crise académica* (2007, p.35) em defesa do associativismo estudantil teve como marco a proibição do Dia do Estudante em Março de 1962.

A crise de 1969 é “na história do país, o maior movimento estudantil de massas erguido contra o facismo”²³. Embora este movimento tenha contado com influências do Maio de 68, a centralidade de luta manteve-se nas questões nacionais.

Apesar da repressão sofrida e do encerramento da AAC, durante os anos 1970 e 1974, o intenso movimento de politização dos estudantes manteve-se: a luta universitária

²² Bebiano (2007) cita Grácio (1990).

²³ Bebiano (2007, p. 36) cita Cruzeiro (1989, p.9)

continuou na ilegalidade, marcada pela consciência crítica da necessidade de “comprometimento social”²⁴, passando inclusive por um processo de radicalização.

No que refere ao activismo estudantil no contexto revolucionário pós 1974, os autores afirmam que o seu papel foi reduzido, justificando que “o movimento passara a intervir muito mais no plano cultural e da formação cívica do que como espaço de interferência na acção política, a nível das instituições e das relações formais de poder” (2007, p.38).

A década de 80 é marcada pelo acentuado refluxo das lutas estudantis e pela falência do movimento político-associativo. As preocupações e reivindicações passaram a ser de carácter gestor e dependentes de direcções partidárias.

A sociedade portuguesa e o próprio sistema de ensino superior têm vindo a sofrer consideráveis transformações. Segundo os autores, são exemplo desta realidade a democratização do acesso ao ensino superior (que permitiu a entrada nas universidades aos filhos da classe trabalhadora e possibilidade de mobilidade social), a feminização da universidade, a reestruturação das profissões, a desvalorização acelerada dos diplomas e, mais recentemente, a adesão ao processo de Bolonha. Estas transformações influenciam directamente o movimento estudantil, o seu associativismo, assim como as suas práticas e atitudes.

Estas transformações têm um impacto directo no perfil e nas práticas dos estudantes. Neste sentido, os autores constataam que

a recomposição da massa estudantil do ensino superior, lado a lado com as tendências sociais mais amplas, veio alterar drasticamente as práticas, as preocupações e as atitudes subjectivas dos estudantes, passando a moldar o seu quotidiano por valores e expectativas, sem dúvida, muito distintos daqueles que eram partilhados pelas gerações das décadas de 1960 e 1970. (2007, p.94)

Actualmente, verifica-se uma dificuldade de mobilização, uma escassa participação cívica e associativa. Para os autores, “a experiência participativa em colectivo foi-se esbatendo (...), a “escola da democracia” parece ter-se então dissociado gradualmente do colectivo, preenchendo funções de formação e afirmação de futuros quadros político-partidários” (2007, p.180).

Assim, a geração da consciencialização transformadora cedeu o lugar ao individualismo, ao “projecto de vida autocentrado”, à precariedade, ao excesso. A esta mutação de ideais e práticas, acresce-se o distanciamento e desconfiança dos estudantes para com os seus líderes.

²⁴ Bebiano (2007, p. 38) cita Cardina (2005).

A cultura continua a desempenhar “um papel fulcral na estruturação da acção colectiva e do activismo estudantil”; saliente-se que o maior índice de activismo e participação associativa ainda se encontram nos residentes das repúblicas.

Das memórias dos anos 60 e 70, existe um “aparente reconhecimento da importância dessas experiências”, embora a sua influência nas actuais dinâmicas estudantis seja “escassa”.

Contudo, os autores concluem que “o meio estudantil não mergulhou numa espiral de indiferença e de alheamento em relação aos problemas gerais da sociedade e da universidade”. Defendem que “a indiferença dos estudantes perante a vida pública e associativa será sempre sinónimo de fraqueza da instituição universitária e, consequentemente, de debilidade da própria democracia”. Desta forma, os confrontos e as lutas históricas dos estudantes parecem afirmar-se como “factor de unidade e exemplo de que a esperança é possível”. (2007, p.189)

2. A participação dos estudantes de Serviço Social no decurso da Ditadura

O MESS, embora integrado no ME global, construiu uma trajectória histórica própria, vinculada às lutas pela igualdade de direitos no ensino superior, pela inserção no ensino universitário público e pela atribuição do grau académico de licenciatura.

Com o objectivo claro e legítimo de fazer face à sua condição de alunos do ensino superior privado que lhe conferia uma situação de subalternidade, os estudantes contribuíram de forma activa para a conquista e efectivação de direitos através das suas acções mobilizadoras.

No decurso das diferentes conjunturas sociais e políticas (desde 25 de Abril de 1974 até à década de 90), os estudantes participaram activamente num amplo processo de transformação. Com o seu envolvimento na luta da categoria profissional contribuíram para a transformação do próprio Serviço Social (ao nível da formação, das práticas profissionais e defesa de novos ideais), assim como para o reforço e consolidação da sua Identidade. Através da inserção nos movimentos sociais, lutaram por uma transformação societária assente em direitos. Da mesma forma, no caso do ISSSC, usufruindo do princípio da representatividade foram parte integrante dos órgãos de gestão e das medidas de reforma institucional.

Na sua especificidade, a organização estudantil em Serviço Social demonstrou persistência em todos os processos de luta que assumiu como necessários, independentemente de todos os constrangimentos.

Embora a presente investigação não se centre na análise da participação dos estudantes de Serviço Social anterior a 1974, torna-se pertinente apresentar alguns elementos de contextualização histórica da mesma, assim como referenciar breves aspectos relativos à caracterização destes estudantes.

Em Portugal, as Assistentes Sociais, segundo o Decreto-Lei nº 30135 de 14 de Dezembro de 1939, eram católicas, conservadoras e algumas cúmplices do regime. (Martins, 1997, p. 15-26). Durante os anos 30 até ao início dos anos 60, os estudantes de Serviço Social eram elementos do sexo feminino, provenientes da classe média alta, fortemente ligados à Igreja.

Embora contra a lei vigente, é no ano lectivo de 1961/62, que o ISSSL admite rapazes na frequência do curso. Somente a 17 de Dezembro de 1964 o Despacho Ministerial autoriza a admissão dos mesmos no curso (Martins, 2002). No ISSSC, o primeiro estudante do sexo masculino deu entrada em 1973²⁵.

A partir da década de 60/70 assiste-se à entrada de estudantes provenientes das camadas sociais da pequena e média burguesia.

Relativamente à participação estudantil, pode afirmar-se que, até 74, não existiu uma organização formal dos estudantes de Serviço Social. Embora não tenham existido movimentações colectivas, verificaram-se acções de estudantes ao nível individual ou de pequenos grupos em articulação com movimentos e organizações de resistência à ditadura.

Consequência da sua condição de estudantes do ensino superior privado, não tendo acesso a direitos de Acção Social como os colegas do ensino público, os alunos de Serviço Social permaneceram isolados. Além disso, a população estudantil em Serviço Social era restrita, até 1970 o número de diplomados em Serviço Social era 1097 (Martins, 2010); fazendo uma aproximação entravam uma média de 30 alunos por ano em cada escola – o número de alunos era reduzido, apenas algumas dezenas. Os estudantes das 3 escolas antes de 1974 não estabeleceram articulações de forma a conduzir à organização estudantil em Serviço Social. Esta situação não pode ser desvinculada da conjuntura sócio-política da ditadura existente no país.

²⁵ Rui Rato, sujeito de pesquisa.

Apesar de se ter verificado num curto espaço de tempo, o curso de Serviço Social esteve inserido no ensino superior público. Em 1964, a criação do curso no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU) encontrou-se ligada a questões políticas e coloniais; foi implementado também um curso complementar de Serviço Social em 1967, equivalente a uma pós-graduação, dirigido aos profissionais já formados na área. Pretendia-se, por um lado, preparar profissionais para trabalhar nas colónias e, por outro lado, fomentar o desenvolvimento da formação em Ciências Sociais. Entre 1964 e 1968, algumas centenas de alunos frequentaram o curso, usufruindo dos mesmos direitos dos estudantes do ensino superior público. Contudo, em 1968 acabaram as inscrições e foram extintos os cursos (Negreiros, 1999).

O encerramento destes cursos no ensino superior público retira aos estudantes o direito à educação nesta área e o acesso à Acção Social no ensino superior. Esta situação vem a alterar-se após 1974 no que respeita à Acção Social e só no século XXI a formação em Serviço Social é integrada no ensino público.

Nos finais dos anos 60, a sociedade portuguesa sofria os efeitos da repressão do regime e da Guerra Colonial. Contudo, a título individual, algumas jovens intelectuais influenciadas pelos movimentos internacionais²⁶ marcados pelas revoltas estudantis não se nortearam pelo conformismo e passividade. Acreditavam na participação colectiva como elemento potencializador da transformação social e criador de condições para a participação cívica e democrática.

A partir dos anos 60 inicia-se o processo de afastamento da influência da Igreja Católica na formação. Os alunos do ISSSP desencadearam acções (manifestações) na Instituição de Ensino com propostas de supressão das disciplinas de carácter religioso²⁷. Deste modo, verifica-se que os estudantes de Serviço Social já demonstravam posições críticas quanto à formação, mobilizando-se no sentido de contribuírem para a sua alteração.

²⁶ Maio de 68; Movimentos políticos e profissionais na América Latina; movimentos pela paz; movimentos juvenis pela paz, contra a guerra do Vietname; movimento Hippie, entre outros.

²⁷ Com estas mobilizações, no ISSSP as disciplinas de orientação religiosa deixam de ser obrigatórias em 1965/66; no ISSSC a cadeira de “Teologia” deixou de fazer parte do curriculum, sendo substituída por “Cultura Religiosa” (opcional) em 1972 e no ISSSL as disciplinas de “Moral” e “Teologia das Realidades Terrestres” deixam de fazer parte do curriculum em 1971/72²⁷. As disciplinas optativas de carácter religioso acabam por ser supridas antes de 1974. MARTINS, Alcina (2003)

Na “Primavera Marcelista”, alguns estudantes com alguma consciência política e com ânsia de transformação social efectivaram intervenções não oficiais norteadas pela participação cívica e política, praticadas na singularidade.

Neste contexto de Ditadura, uma minoria da profissão afirmava a identidade do Serviço Social não ortodoxo e crítico. Esta defendia práticas de “desenvolvimento de estratégias de consciencialização social e de emancipação, uma orientação para a mudança social e para a transformação dos processos e das estruturas que perpetuam a dominação e exploração”, a que Martins (2007) denomina de *Serviço Social Crítico*. No entanto, segundo a autora, a ideia era mais de resistência às políticas vigentes do que propriamente a criação de novas políticas.

A influência dos movimentos no Serviço Social ao nível internacional como o *Movimento de Reconceptualização do Trabalho Social* na América Latina e o *Serviço Social Crítico e Radical* em países anglo-saxónicos caracteriza-se por ser parca e tardia devido à censura e ao isolamento a que as escolas se encontravam, registando-se uma maior divulgação após a revolução de 1974.

Nos últimos anos do regime, a maior amplitude dos movimentos de contestação e de resistência da sua radicalização proporcionou uma maior consciência política por parte de grupos de estudantes de Serviço Social. A dissertação de Mestrado de Adília Ferreira dá conta do envolvimento dos estudantes de Serviço Social em processos de oposição e resistência ao regime. É disso exemplo a participação de Berta Granja, antiga aluna do ISSSP em organizações da oposição que se apresentaram às eleições de 1973. Foi candidata pelas Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), encontrando-se inserida neste movimento. Segundo Ferreira (2004), existia uma “aproximação lógica (...) entre as assistentes sociais e este movimento, pela aproximação das problemáticas”.

Apesar de até 1977 não existir por parte dos estudantes mobilizações colectivas, existiam estudantes dotados de um discurso político, reivindicativo, intelectual e reflexivo.

3. Do associativismo ao Movimento Estudantil após 1974 aos anos 90.

Com o 25 de Abril e a gestão democrática das Escolas, os alunos passam a ser eleitos e a fazerem-se representar nos respectivos órgãos de gestão: no Conselho Directivo (que

integrava professores, alunos e funcionários), no Conselho Pedagógico (alunos e professores) e nos Plenários.

Ao nível interno, os estudantes através das Reuniões Gerais de Alunos (RGAs) debatiam e pronunciavam-se sobre todas as questões que lhes diziam respeito. A organização dos estudantes de Serviço Social ainda se manifesta através da constituição de AEs também sujeitas ao processo democrático na sua constituição e gestão.

É neste contexto que o movimento estudantil em Serviço Social se organiza numa dimensão colectiva com objectivos declarados. A trajectória de luta do MESS consistiu na reivindicação da igualdade de direitos de Acção Social relativamente aos alunos do ensino universitário público²⁸, na mobilização para a integração do curso nas estruturas universitárias públicas e, nos anos 80, no movimento de luta pela obtenção do grau de licenciatura.

3.1. A Luta pela integração da formação em Serviço Social no Sistema Universitário Público

As Escolas desenvolvem dinâmicas de mobilização que visavam conquistar, por um lado, o estatuto científico para a formação através da integração no sistema universitário público e, por outro lado, a laicização da formação rompendo com a referência doutrinária e construindo uma autonomia institucional e científica²⁹. Neste sentido, foram desenvolvidas acções internas de debate, reflexão e análise crítica acerca da necessária reestruturação da formação e acções externas para a mobilização do poder político. Os estudantes participaram neste processo de forma activa e comprometida.

O desenvolvimento das acções com o intuito de sensibilizar e mobilizar o poder político para a efectiva integração do curso nas estruturas universitárias públicas teve lugar em Agosto de 1974 numa reunião com o Ministro da Educação, onde os três Institutos articulados colocaram os seus propósitos. São informados que não seria possível dar uma resposta definitiva a curto prazo e que a questão deveria ser estudada por uma comissão mista constituída por representantes de cada Instituto e do Ministério da Educação. Esta estratégia não veio a concretizar-se.

²⁸ Que na presente pesquisa será analisada no ponto referente ao ISSSC.

²⁹ O processo de laicização e a completa desvinculação dos Institutos de Serviço Social da Igreja só acontece após o 25 de Abril de 1974 (MARTINS: 2003)

No entanto, nos meses de Dezembro a Fevereiro de 1975 decorreram um conjunto de acções com o objectivo de exercer pressão sobre o Ministério para que a referida Comissão fosse nomeada (Negreiros, 1999, p.136).

No ISSSL, no final de 75, os estudantes realizaram uma RGA. onde analisaram a situação. Foi aprovado um comunicado e convocada uma manifestação junto ao Ministério da Educação. Na entrevista com o ministro da Educação foi apresentado um documento onde, partindo de uma análise histórica e crítica da formação em Serviço Social, os estudantes expunham os seus propósitos.

No documento afirmava-se que se *impunha*:

- a) Uma efectiva democratização económica do ensino em serviço social, de modo a possibilitar o acesso à escola de todas as classes sociais e fundamentalmente da classe trabalhadora;
- b) Pôr fim ao isolamento da escola em relação ao sistema universitário português;
- c) Proporcionar uma formação em trabalho social que assente no corpo teórico das ciências sociais e na prática do processo de transformação da sociedade portuguesa, perspectivada na defesa intransigente dos interesses históricos da classe trabalhadora. (Negreiros, 1999, p. 137)

A organização colectiva dos estudantes expressava uma acentuada dimensão política e reivindicativa, sob influência do pensamento crítico e de correntes marxistas, demonstrando preocupação com a classe trabalhadora, defendendo a democratização e o direito ao ensino público.

A partir de Junho de 76 assiste-se ao processo de radicalização da luta e ao alargamento das alianças académicas.

Foram constituídos grupos de trabalho no ISSSL para debater e analisar o processo e as alternativas existentes. Foi, assim, discutida a criação de uma “Associação de Estudantes como organização de base da Escola”, no sentido de “criar um curso de extensão universitária com a missão de criar condições para que a Escola se coloque ao serviço das classes trabalhadoras e das suas lutas”, visto ter-se “consciência que a integração não vai colocar automaticamente o curso ao serviço das classes trabalhadoras”. (Negreiros, 199, p.142)

A questão da criação do curso de extensão universitária demonstra a preocupação da articulação dos estudantes com os movimentos sociais e o compromisso com a transformação societária – dimensão política da formação e da profissão. Estes reconhecem-se como motor potenciador da mudança política e da transformação social na luta contra o capitalismo.

O movimento pela integração no sistema universitário público vai atingir todos os espaços pedagógicos, inclusive a prática pedagógica. Uma das propostas consiste em que “a aprovação dos estágios realizados ao longo do ano, e a consequente passagem de ano lectivo, fiquem condicionadas pela aptidão demonstrada na prática da luta desenvolvida pela escola ” (Negreiros, 1999, p.143).

No decorrer deste processo, as relações com o Ministério tornaram-se tensas. Por sua vez, as relações entre os 3 institutos passaram a ser conflituosas, após a proposta da modalidade de integração solicitada pelo Ministério da Educação. A proposta apresentada pelo ISSSL consistia na criação do Instituto Superior de Intervenção Social (ISIS). Contudo, o ISSSC não aceitou e lançou outra proposta: a criação de 3 escolas superiores independentes no plano administrativo, pedagógico e financeiro. Este acontecimento gerou um movimento de contestação por parte dos alunos de Coimbra, que pretendiam impedir o que consideravam a destruição da Escola. Assim, as negociações entraram em processo de ruptura³⁰.

Em 1976, o Despacho 74/76 cria o bacharelato em Intervenção Social no ISIS (Fernandes, 2005). É então Ministro da Educação e Investigação Científica Sottomayor Cardia. Contudo, este Despacho não chegou a ser efectivado e a situação dos Institutos não vai sofrer alterações.

As mobilizações pela integração no sistema universitário público, apesar de fortes, não se concretizaram. No entanto, pela primeira vez, profissionais e estudantes demonstraram o seu potencial colectivo de questionamento e reivindicação ao poder político, lutando pelos direitos que consideravam legítimos.

3.2. Luta pela atribuição do grau de licenciatura

O processo de obtenção do grau académico de licenciatura decorrido entre 1985 e 1989³¹, por questões académicas e políticas foi longo e difícil.³² Colectivamente, a categoria profissional organizou-se no sentido de fazer face aos vários entraves colocados pelo Ministério da Educação, desenvolvendo estratégias que garantissem a

³⁰ Coimbra, ao afastar-se deste processo não deixou de o acompanhar. Este processo será abordado no ponto da pesquisa referente ao ISSSC.

³¹ A informação relativa aos marcos históricos neste ponto da pesquisa tem como base teórica Negreiros (1999, p. 143-290).

³² O ISSSC, pela sua Direcção desvinculou-se do processo de luta pela licenciatura mas os estudantes mantiveram-se na luta da categoria. Contudo, a sua maior mobilização decorreu internamente. Este ponto será desenvolvido no ponto relativo ao ISSSC.

concretização do objectivo. Os estudantes foram parte integrante desta luta, contribuindo com as suas acções e mobilizações.

Este processo teve início em Agosto de 1985 com a entrega do requerimento ao Ministério da Educação em que era solicitada a atribuição do grau de licenciatura ao curso³³. Devido à necessidade da qualificação científica do corpo docente em Serviço Social, é proposto o estabelecimento de um Protocolo de Intercâmbio com a PUC-SP³⁴. Em Abril de 1987, em resposta, a “Comissão de Especialistas” propôs a atribuição do grau bacharelato ao curso³⁵. Segundo Negreiros (1999), perante esta posição, verificou-se o “desencadeamento da mobilização do meio académico e do Corpo Profissional e a sensibilização da opinião pública” entre os anos 1988 e 1989.

Assim, foi constituída a *Comissão Nacional de luta pela obtenção do Grau de Licenciatura* na qual se encontravam inseridos todos os actores intervenientes no processo, num movimento colectivo: AEs e suas estruturas associativas; Institutos; profissionais e suas entidades (Associação de Profissionais de Serviço Social e Sindicato dos Técnicos de Serviço Social).

As AEs dos ISSSs de Lisboa e Porto desenvolveram acções de sensibilização pública (junto das rádios e jornais) e de mobilização, contribuindo de forma relevante para o sucesso do processo de luta³⁶.

Os estudantes apelaram à sensibilidade dos representantes do poder político quanto à morosidade do processo e aos impactos negativos para os alunos - embora sem resultados positivos, conseguiram ser recebidos pela Comissão Parlamentar da Educação. No mesmo sentido, também realizaram manifestações de rua em Lisboa e no Porto em Dezembro de 1988.

Com o objectivo de solicitar o apoio de outras AEs, os alunos do ISSSL inseriram-se e participaram activamente na Associação Académica de Lisboa (chegando alguns a fazer parte da lista vencedora em 1988), o que permitia o estabelecimento de contactos importantes no meio académico universitário.

³³ O documento é entregue pelo ISSSL.

³⁴ Tornavam-se necessários docentes capacitados com o grau de mestrado e doutoramento. Este protocolo foi assinado em Abril de 1986 pela PUC-SP e ISSSL e fruto desta articulação foi iniciado o primeiro curso de mestrado em Serviço Social (no ISSSL) em Fevereiro de 1987.

³⁵ Esta proposta gerou contestação e o questionamento da composição da comissão pela ausência de especialistas de Serviço Social. É solicitada uma reanálise do Plano de estudos de 5 anos mas o processo não é desbloqueado.

³⁶ A Associação de Estudantes do ISSSC também participou do processo de luta, como se verá no ponto seguinte.

Em Fevereiro de 1989, num encontro entre o Ministério da Educação e a Direcção da Associação Académica de Lisboa, é abordada a questão do Serviço Social. Os estudantes colocaram a necessidade de resolução do processo devido à sua situação de incerteza.

Em Março desse ano³⁷, decorreu a *Concentração frente ao Ministério da Educação* onde participaram Assistentes Sociais de todo o país, estudantes e professores dos ISSSs de Lisboa e Porto. É entregue uma moção que demonstra a expectativa da categoria perante a reanálise do processo e a sua preocupação com os sucessivos adiamentos verificados.

Para comprovar que aos Planos de Estudo Curriculares poderia ser atribuído ao grau académico de licenciatura, a partir de Março de 1989, procedeu-se à solicitação do parecer a 5 Universidades Estrangeiras conceituadas.

Os pareceres formam unânimes e inequívocos: aos Planos de Estudos deveriam ser atribuídos um grau de qualificação científica mais elevado, pois em algumas destas escolas o Plano já se comparava ao grau de *Master*.

O parecer da PUC-SP³⁸ afirma que o Plano Curricular apresenta

uma rigorosa informação teórica, específica e instrumentada, de modo que à capacidade de análise teórica se alie uma capacidade técnica de intervenção, adequada à realidade da sociedade portuguesa, alia num mesmo propósito ciência, técnica e discussão política, como faces integradas e integrantes do processo de formação profissional. (Negreiros, 1999, p.290)

Acrescenta e reforça, ainda, o salto qualitativo no processo de formação profissional que a proposta apresenta.

Após este processo, o Ministério da Educação continuou no impasse. A sua postura levou a *Comissão Nacional de Luta* à conclusão que o problema não se concentrava em questões de carácter científico ou técnico, mas político e laboral. Desta forma, é definida a nova estratégia de natureza política.

³⁷ No dia anterior, a Comissão Nacional (após um pedido de audiência) é recebida pelo Director Geral do Ensino Superior onde lhe é entregue um memorando no sentido de clarificar e justificar a exigência do grau de licenciatura. O Director coloca-se à disposição para diálogo e questiona a recusa do grau de bacharelato e do ensino politécnico. A questão foi respondida e foi colocado para esclarecimento o facto da Comissão de Especialistas que avalia o processo não ter na sua composição especialistas em SS. A justificação obtida por parte do Director foi a inexistência no país de especialistas doutorados na área. No sentido de contornar esta realidade e desbloquear o processo, foi proposto recorrer a pareceres de Universidades Estrangeiras. Desta forma, o Director admitiu a reabertura do processo para obtenção do grau de licenciatura.

³⁸ Representado pela Prof. Doutora Aldáza Sposati.

Estrategicamente, as AEs estabeleceram alianças políticas com partidos. O Partido Socialista, o Partido Comunista e o Partido Social Democrata demonstraram-se apoiantes e solidários na luta.

O impasse do processo estava a causar perturbação aos alunos que tinham iniciado o novo Plano Curricular em 1985/86, principalmente aos que estavam dependentes da decisão do Ministério para concluir o curso. Assim, na tentativa de desbloquear o processo, o representante da AEISSSL entregou uma petição ao Presidente da Assembleia da República na qual solicitava o agendamento da questão no Plenário.

Mesmo perante a situação de incerteza e instabilidade quanto ao futuro, os estudantes mantiveram-se coesos, solidários e participativos na causa.

Após todo este processo de luta, caracterizado pela morosidade do poder político e pela resistência da categoria, atravessado por questões académicas, profissionais e políticas, a atribuição do grau de licenciatura foi anunciada em Julho de 1989 numa audiência com o Director Geral do Ensino Superior.

Em Setembro de 1989, sai a Portaria 793/89 que reconhece do grau de licenciatura à formação no ISSSL. O reconhecimento em Coimbra efectiva-se com a Portaria 15/1990 de 9 de Janeiro.

Esta conquista assume-se como um marco crucial aos níveis académico, científico e profissional. Simboliza, por um lado, o reconhecimento da profissão, contornando e contrariando a (até então) subalternidade e, por outro lado, a abertura à construção e produção de conhecimento. Além disto, simboliza a efectivação dos direitos inerentes ao grau de licenciatura quer ao nível da formação (para os estudantes, docentes e instituições superiores de ensino), quer ao nível profissional (no exercício profissional e o seu impacto na realidade social).

Neste intenso processo de luta colectiva, os estudantes demonstraram o seu poder de organização, mobilização e reivindicação. A construção da História e da Identidade do Serviço Social Português regista a participação activa e empenhada do movimento estudantil.

4. O Movimento Estudantil no ISSSC/ISMT

A Escola Normal Social/ISSSC foi a segunda escola de Serviço Social a ser fundada em 1937 em Portugal, encontrando-se vinculada à Junta da Província da Beira Litoral, a

actual Assembleia Distrital de Coimbra. Ao longo dos tempos foi sofrendo mudanças internas, fruto das transformações sociais, económicas e políticas vividas não só na conjuntura sócio-histórica portuguesa como também no próprio Serviço Social, nacional e internacionalmente.

Embora a Escola se tenha afastado em alguns momentos das lutas da categoria, os alunos participaram nelas colectiva e activamente. Lutaram pela construção de uma sociedade de mudança e pela efectivação de direitos.

Rui Rato³⁹, em 1973, acerca da primeira impressão do ISSSC: “julgava que tinha entrado num colégio de freiras (...) vejo só mulheres, pessoas muito educadas (...) tudo muito caseiro, parecia uma casa de hóspedes (...) tudo muito escuro, velho, sem luz”⁴⁰.

A gestão do ISSSC centralizava-se na Directora e no Conselho Escolar composto por docentes do Instituto, “conceituados” professores da Universidade de Coimbra. Os estudantes faziam-se representar por delegados de ano.

Até ao 25 de Abril de 1974, os estudantes do ISSSC (denominados “Os Sociais”) encontravam-se inseridos no ensino superior particular (não universitário), não lhes sendo conferido o grau académico de licenciatura. Embora tivessem os mesmos professores, as mesmas disciplinas que os colegas do ensino universitário público, não tinham quaisquer direitos ou benefícios sociais (cantinas, bolsas de estudo, serviços médicos, residências e acesso à cultura). Segundo Rato (2010), esta situação vivenciada pelos estudantes “(...) não era bem menoridade, era de desconforto, de desigualdade”. Contudo, ainda assim, alguns alunos colaboravam e participavam em organismos culturais da AAC.

É com a Revolução dos Cravos que se dá início a um profundo processo de transformação, não só ao nível conjuntural e político do país⁴¹, mas também ao nível do próprio Serviço Social.

É neste contexto sócio-histórico que tem lugar um questionamento interno dos estudantes, surgindo “(...) todo um trabalho de identificação, de consciencialização e de reivindicação”, com impacto directo ao nível da formação e exercício profissional.

³⁹ Rui Rato foi o primeiro aluno do sexo masculino a ingressar o curso de Serviço Social no ISSSC, em 1973, onde assumiu a liderança da organização dos estudantes. Actualmente, é professor e coordenador de um curso profissional de nível 4 e Técnico de Educação em uma *Comissão de Protecção de Crianças e Jovens*.

⁴⁰ Os extractos do depoimento de RR recolhidos pela autora que constam neste ponto serão identificados por Rato (2010)

⁴¹ A queda do regime fez com que todas as IESs iniciassem um processo de questionamento e reflexão. O ISSSC, internamente, também passou por esse processo, visto estar ligado institucionalmente um organismo que tinha sido posto em causa, a Assembleia Distrital de Coimbra.

Por outro lado, a influência do movimento de Reconceptualização do Serviço Social Latino-Americano, a militância de algumas Assistentes Sociais em movimentos de natureza política e a influência de correntes do pensamento marxista permeavam os meios académicos e sociais do país.

Com o derrube da Ditadura, as Ciências Sociais adquirem um lugar na formação mais alargado e significativo, contribuindo para lhe conferir uma maior dimensão social e importância política.

Os alunos do ISSSC ao nível nacional participaram na luta pela inserção do curso no ensino universitário público e na luta pela atribuição de direitos sociais, estando presentes (através do princípio de representatividade) em todas as reuniões entre os Institutos para as quais foram convocados⁴². Estas reuniões conjuntas contribuíram para uma maior consciencialização, concomitantemente uma maior mobilização.

Nas palavras de Rato (2010), era a primeira vez que os alunos dos três institutos se encontravam. Decorria assim uma mobilização estudantil no seio do Serviço Social, na qual os estudantes de todos os institutos se encontravam envolvidos.

Este processo passou por vários momentos e propostas. Uma das delas foi “a criação de um tronco comum do âmbito das Ciências Sociais e Humanas (...) e nessa altura deixariam de existir Institutos e passaríamos a fazer parte da Universidade. Houve legislação quase preparada para sair”, contudo o processo não chegou a ser concluído.

Outra proposta liderada pelo ISSSL foi a criação do ISIS, cuja ideia geral seria a unificação das 3 escolas num só Instituto no sentido de obter “uma autonomia relativamente ao movimento federativo universitário”. Contudo e segundo o representante dos estudantes do ISSSC, “não víamos com muita premência a criação de uma só Faculdade. O que nos importava era estabilidade institucional e, claro, financeira da Escola”, pelo que Coimbra decidiu desvincular-se desta proposta⁴³.

Ao nível interno, os estudantes do ISSSC confrontavam-se com a desigualdade de direitos relativamente aos colegas da Universidade. Nas palavras de Rato (2010), enquanto alunos “estávamos a querer reivindicar o estatuto de igualdade face aos nossos colegas com quem convivíamos diariamente, com quem agora discutíamos opções políticas, com quem partilhávamos discussões no café, na Associação Académica”.

⁴² Na altura, era Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica o Prof. António Avelãs Nunes, função que exerceu de Dezembro de 1974 até 12 de Setembro de 1975.

⁴³ O desenvolvimento deste processo encontra-se explanado na criação do Despacho 74/76 (bacharelato do ISIS) de Sottomayor Cardia.

Colocava-se o desafio da abertura a iguais direitos e deveres e o estabelecimento de estratégias para atingir este propósito.

Este processo de enfrentamento e de luta pela alteração desta situação faz-se com a contribuição e participação de algumas alunas mais esclarecidas, detentoras de maior consciência política reivindicativa, juntamente com alguns professores mais jovens que tinham entrado recentemente na carreira universitária.

Assim, à semelhança do que acontecia ao nível nacional foram constituídos órgãos de gestão democráticos com representantes de alunos, professores e funcionários da Escola, realizando-se eleições democráticas de representantes em Reuniões Gerais de Escola (RGE)/ Plenários e RGAs.

Na Assembleia Magna de 1974, realizada no Teatro Académico Gil Vicente, os alunos do ISSSC fizeram-se representar⁴⁴, solicitando autorização para expôr a sua situação e preocupações académicas. Segundo Rato (2010), nessa Assembleia Magna, foi aceite que os alunos do ISSSC passassem a ter todos os direitos enquanto elementos da Academia - “foi aprovado por aclamação. (...) A partir daí, nós passámos a ir de peito aberto para a Associação Académica! Os *Sociais* lá estavam, os *Sociais*!”.

Neste contexto, a participação dos alunos do ISSSC no movimento associativo da AAC passou a ser activo e de elevada importância. Os *Sociais* passaram a fazer parte das listas para os órgãos dirigentes da AAC e em todas elas existiam representantes de Serviço Social: “obrigatoriamente, quer partidos políticos, quer os movimentos organizados de estudantes iam buscar alguém aos *Sociais*”⁴⁵, tornando-se plena a sua inserção nas dinâmicas de mobilização no meio académico universitário⁴⁶.

No sentido dos direitos serem efectivados e regulamentados, os alunos procederam ao estabelecimento de contactos com o Ministério do Ensino Superior que veio a culminar na publicação do Despacho de 17 de Março de 1976. Este vem garantir que “através da verba inscrita no Orçamento Geral do Estado, os Institutos de Serviço Social vão funcionar, pela primeira vez, em condições de propinas e vencimentos idênticos aos praticados no ensino superior oficial” (Fernandes, 2005). Com o financiamento do Estado, as propinas passaram a ser similares às do ensino público; contudo, esta

⁴⁴ Por Rui Rato, sujeito de pesquisa.

⁴⁵ Porém, mais tarde, no início dos anos 80- no contexto da criação da Aliança Democrática (AD), por questões políticas (por politicamente defenderem as ideologias de esquerda), todos os alunos de todos os Institutos foram expulsos da AAC.

⁴⁶ Como exemplo desta sinergia, temos a participação do Instituto no primeiro encerramento da Universidade no pós 25 de Abril e consequente plenário. Além disso, os alunos do ISSSC participavam nas *Assembleias Magnas* e nas dinâmicas das questões colocadas ao ensino universitário.

situação não foi duradoura. Esta conquista veio permitir também que qualquer aluno de Serviço Social pudesse ter acesso em igualdade de circunstâncias aos serviços de acção social.

Afirma Rato (2010) que esta realidade teve impactos ao nível da auto-estima do estudante de Serviço Social e sublinha: “foi extraordinário! Porque depois já vivíamos o movimento académico, já perfeitamente integrados, sem qualquer discriminação”. Foi garantida, assim, a igualdade de direitos associativos e sociais.

Ao nível institucional os alunos do ISSSC participaram activamente na reestruturação dos órgãos de gestão da instituição, na redefinição do corpo docente, no acesso a novos instrumentos de trabalho e de estudo.

Nesse período, foram eleitos novos órgãos de gestão para a Escola. “Algumas pessoas que se entendiam conotadas com o regime deposto são pura e simplesmente afastadas do ensino; é-lhes rescindido o contrato”. O quadro de docentes é renovado, entram novos professores com novos ideais. Foram constituídos dois órgãos: “Comissão Directiva” (que, pela primeira vez, garantia a igualdade de circunstâncias entre professores, alunos e funcionários) e o Conselho Pedagógico. Este último era composto por professores e por um representante dos alunos eleito democraticamente por cada ano de curso. O Conselho Pedagógico era o espaço onde discutiam conjuntamente “questões de currículo, de cadeiras, eliminação de umas, surgimento de outras, contratação de professores, rescisão de contratos, de funcionários, de estágios... tudo passava pelo Conselho Pedagógico, como todo o formalismo e toda a democracia, sem qualquer estatuto de minoridade”.

O redireccionar do Serviço Social “para uma perspectiva interventiva, apeladora dos direitos e liberdades; a problemática social associada aos mais desfavorecidos, todo aquele conjunto de aspectos que só se podem viver em democracia” fazem com que se sinta a necessidade de aceder a obras literárias e bibliográficas condizentes com os novos ideais: “Sentimos a necessidade de reformular a nossa biblioteca que agora vai ter outra preocupação: tem que se comprar livros no âmbito da ciência política, da economia, da economia social, da sociologia marxista”.

Sendo ensino transmissivo e escolástico, as *sebentas* eram uma essencial forma de estudo. No ISSSC não existia secção de textos, os alunos tinham de recorrer aos serviços de textos da Universidade. Havia dificuldade de acesso a alguns livros e publicações. Além disso e apesar dos alunos já terem os mesmos direitos sociais, “os

serviços de textos não se vocacionavam nem estavam interessados em polícopiar os textos [de Serviço Social]”.

Face à preocupação em ter acesso a materiais que consubstanciassem e fundamentassem a sua formação e intervenção social, os alunos colocaram ao Conselho Pedagógico e à Comissão Directiva a proposta de criação de uma secção de textos, uma estrutura onde se pudesse polícopiar o material necessário, à semelhança do que já acontecia em algumas faculdades.

A proposta foi aceite. A escola comprou ou alugou os equipamentos, de elevado custo na altura, e atribuiu um fundo de maneio para a inauguração. Esta secção de textos foi gerida pelos próprios alunos, por uma comissão autónoma dotada de um forte empenho e responsabilidade:

éramos nós que batíamos os textos à máquina ou recebíamos os textos batidos e cedidos pelos professores, recebíamos os livros, fotocopiávamos as páginas que entendíamos! Repare o empenho e o movimento cívico. Durante meses e anos fizemos de funcionários gratuitamente! Tínhamos um horário entre nós, vendíamos, fazíamos contas e prestávamos contas à Direcção. Havia uma obrigatoriedade cívica. (...) Nós nunca tivemos um funcionário. Fomos sempre nós que vendemos, polícopiámos... fazíamos pequenas encadernações. (Rato, 2010)

Esta dinâmica demonstra a força da mobilização estudantil dentro do Instituto. Orgulhosamente, Rato (2010) afirma: “os estudantes que já tinham esta estrutura! *(risos)* Isto é muito importante, ver que o Serviço Social acompanha o movimento académico universitário”.

Pelo referido, os alunos do ISSSC, não só acompanharam e participaram no movimento académico universitário, como também se organizaram e se mobilizaram internamente nas suas lutas. Através de “uma proximidade muito grande entre as pessoas”, “com muito entusiasmo e muita partilha”, eles foram elementos essenciais em todo o processo de transformação.

Estas transformações foram possíveis por meio de uma militância política. Os ideais marxistas e a preocupação social com a fundamentação das intervenções levam os estudantes de Serviço Social à inserção nos movimentos sociais.

Houve procura de novos campos de intervenção e de novas problemáticas. Os estágios, além de serem realizados nos locais usuais (asilos, albergues de mendicidade, hospitais) passaram também a decorrer em sindicatos, cooperativas, comissões de moradores, movimentos cívicos, no SAAL, à semelhança de todo o país.

Rato (2010) relata as suas experiências de inserção em movimentos sociais, através dos estágios académicos que integravam a formação dos Assistentes Sociais. “Lembro-me de participar em reuniões na Conchada para a criação de um bairro popular em vez das barracas que lá existiam. Íamos à noite para lá trabalhar com aquela população!”. Refere ainda que iam para uma cooperativa agrícola “ver como é que o operário agrícola fazia o seu quotidiano, ali a trabalhar no campo a levantar às três da manhã, ir com eles para o campo a lavrar, a arar, a fazer cama ao gado, a ver como é que uma cooperativa agrícola funciona”.

Faziam sessões de esclarecimento político junto da população. Projectavam filmes de cariz reivindicativo no sentido de criar consciência cívica e um movimento político. Promoviam, inclusive, a alfabetização da população.

Coimbra tinha o lema “vamos sensibilizar uma realidade que não é a nossa”. Os alunos lutavam no seu quotidiano pelos novos ideais e pela redefinição do Serviço Social. Toda esta actividade de inserção e participação nos movimentos sociais reivindicativos era “impensável na Europa nos anos 70, isto só na América Latina! Transplantámos os movimentos da América Latina!”.

Em síntese, integração dos estudantes do ISSSC na AAC apresentou-se como uma estratégia de reforço para a conquista de direitos. Pela primeira vez, os alunos de Serviço Social assumiram e envolveram-se em formas de luta colectivas. O seu envolvimento foi activo e directo, tomando o protagonismo nas conquistas atingidas. Através deste envolvimento consciente, contribuíram de forma vital para a transformação da formação e da própria estrutura de ensino. As novas estratégias e práticas de organização distanciam-se do alheamento, demonstrando uma forte componente política de reivindicação.

Luta pela atribuição do grau académico da licenciatura

Nos finais da década de 80, a luta pela atribuição do grau de licenciatura era a bandeira da categoria profissional. Pedro Duarte⁴⁷ dá o seu testemunho, demonstrando que os alunos estiveram intimamente ligados a todo este processo.

⁴⁷ Pedro Duarte, aluno do ISSSC, inicia a sua formação em Serviço Social em 1987; foi Presidente da AEISSC e líder no movimento de luta pela atribuição do grau de licenciatura. Actualmente, é docente no Instituto Politécnico de Viseu.

Em 1987, o único órgão dirigente da Escola era a Comissão Administrativa. Esta foi criada em Maio 1985, nomeada pela Assembleia Distrital de Coimbra⁴⁸ e concentrava todas as competências de anteriores órgãos de gestão democrática: administrativa, financeira, científica e pedagógica. A sua “influência político-partidária” não permitia a participação dos estudantes nas decisões, colocando em causa a gestão democrática do ISSSC, ao contrário do que se verificou no pós 25 de Abril. Segundo Duarte (2010)⁴⁹, “os alunos não tinham representatividade nesta Comissão”.

O ISSSC, “pela sua Direcção, manteve-se à parte da luta pela licenciatura” (Duarte, 2010). Porém, os estudantes não estando de acordo com esta tomada de posição continuaram a participar na luta enquanto “elementos mobilizadores” dos actores sociais e políticos envolvidos (estudantes e poder político) através de várias acções organizadas e colectivas, independentemente de todos os constrangimentos subsequentes.

O conflito de ideias entre os alunos e a direcção do ISSSC⁵⁰ era claro. No confronto directo à Instituição, os alunos levaram a cabo greves aos exames e ao pagamento de propinas. Duarte (2010) afirma que foi ameaçado na altura pela Direcção: “se avançássemos por aquela linha de luta que estávamos a seguir, eu poderia ter um processo de expulsão, eu e a Associação de Estudantes”. Contudo, mesmo perante as pressões exercidas, os alunos consideraram a sua luta legítima e deram-lhe continuidade.

Nas palavras de Duarte (2010), “fizemos, de certa forma, uma guerra interna na Escola, no sentido de transformar essa mentalidade dos alunos para o objectivo final: todos estarem a engrandecer a luta pela licenciatura. Sofremos muitas pressões, mas conseguimos que toda a Escola se mobilizasse nesse sentido.”

A “Associação de Estudantes participou como órgão colateral” na *Comissão Nacional de Luta pela Licenciatura*, na medida em que os estudantes participaram nas reuniões em Lisboa “como observadores”. Contudo, internamente a linha de acção consistia na

⁴⁸ Segundo Martins (2007), da composição da Comissão Administrativa faziam parte “3 elementos representantes da Autarquia titular do alvará e por 3 elementos do Instituto, sendo constituída por um Presidente o Prof. Doutor Joaquim Antero Romero Magalhães e integrava os seguintes vogais: Dr. Henrique José Lopes Fernandes, Dr. Mário Nobre João, Dr. Fernando Luís Marinho, Dr Manuel Augusto Soares Machado, Dr Armando Martins Tavares. Os dois últimos elementos são representantes, respectivamente, da Câmara Municipal de Coimbra e da Câmara Municipal de Condeixa, que juntamente com o Presidente da Comissão representavam a Assembleia Distrital de Coimbra”.

⁴⁹ O testemunho de Pedro Duarte será identificado neste ponto como Duarte (2010).

⁵⁰ Na altura, “fazia parte da Direcção do ISSSC o Prof. Doutor Henriques Fernandes”. Quando (Duarte, 2010) profere “Direcção”, refere-se à Comissão Administrativa.

mobilização de todos os alunos e na sensibilização do poder político, dado que as questões políticas influenciavam directamente todo este processo.

A luta pelo grau académico de licenciatura do Curso de Serviço Social (essencialmente em Coimbra) estava cercada de “questões político-partidárias”, sendo que a própria direcção da AAC manifestou o seu “parecer negativo” relativamente à atribuição do mesmo. Duarte (2010), afirma:

Houve até uma certa mobilização por parte do Presidente da Associação Académica⁵¹. Ele apresentou uma proposta em como Serviço Social não poderia ser licenciatura (...). O Viegas era do PS também... (...) o PS estava muito ligado ao órgão directivo da Escola”. Ainda assim, “embora os interesses político-partidários instalados tivessem sido um obstáculo, não se constituíram como bloqueio.

Com o intuito de sensibilizar o poder político para a causa, os alunos tiveram várias reuniões com o Director Geral do Ensino Superior. Por outro lado e dado que o alvará do ISSSC pertencia à Assembleia Distrital, os alunos também promoveram uma acção de sensibilização para a qual convidaram o Governador Civil de Coimbra. A este respeito, Duarte (2010) afirma:

Fizemos também uma acção de sensibilização, convidámos o Governador Civil de Coimbra, porque o alvará pertencia à Assembleia Distrital, no sentido de que ele pudesse também estar sensibilizado para essa mesma luta. Aliás, na altura o Governador Civil este também um pouco metido ao barulho: um conjunto de factores que politicamente nos eram externos mas que tiveram consequências.

A EAISSSC⁵² insurgiu-se contra poder instituído da Escola e, durante os anos 1987 e 1989, tendo-se aliado à *Comissão de Luta pela Licenciatura*. As relações tensas entre os estudantes e a Comissão Administrativa do ISSSC, assim como a pressão exercida por esta, tornavam inviável o desenvolvimento de qualquer debate. Desta forma, as acções respeitantes à questão da licenciatura, teriam de decorrer em lugares exteriores à Escola. Para o efeito, o Teatro Paulo Quintela da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra reunia as condições necessárias.

Em 1989, a AEISSSC, em parceria com a *Comissão de Luta*, organizou o Colóquio com o tema “Serviço Social nos anos 90”⁵³. Neste encontro, professores e estudantes desenvolveram um forte e aceso debate. Esta iniciativa desencadeou o interesse por parte da comunicação social e teve impacto ao nível nacional.

⁵¹ José Manuel Viegas, Presidente da AAC em 1989. Fonte:

http://www.aaeclisboa.com/site/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=39.

⁵² Já fundada a 18 de Março de 1983 (questão que será analisada em outra parte da investigação).

⁵³ Informação cedida por Doutora Alcina Martins que proferiu uma Comunicação neste encontro.

As acções de mobilização dos estudantes do ISSSC eram acompanhadas de forma intensa pela comunicação social, como refere Duarte (2010):

Fizemos RGAs com os jornalistas à porta que aguardavam que déssemos algumas comunicações para publicar imediatamente. Aquilo era um assunto nacional. Na altura, a Escola tinha cerca de 600 alunos e o [Teatro] Paulo Quintela não tinha espaço para tanto aluno.

Em 1989 este “movimento de transformação com mobilização empenhada” da comunidade estudantil (professores e alunos), resultou na Portaria 15/1990 de 9 de Janeiro que reconheceu o grau de licenciatura do curso de Serviço Social.

A conquista do grau académico de Licenciatura gerou um processo de transformação no próprio Instituto. Em Outubro de 1989, o Presidente da Assembleia Distrital nomeou o Professor Luís Filipe Requicha Ferreira como Director do ISSSC que vem a constituir o Conselho Científico nesta altura. Na primeira reunião deste Conselho foi aprovado o Plano de Estudos em Serviço Social com 5 anos. É nesta altura que os alunos voltam a ter representatividade nos órgãos de gestão da Escola.

Na sequência de uma possível integração dos alunos do ISSSC no Politécnico, houve ainda uma tentativa de desvinculação da Assembleia Distrital, pois esta incorporação colocaria em causa o próprio grau académico recentemente conquistado.

Esta tentativa consistiu naquilo a que Duarte (2010) denominou de “manifestação atípica” na *Porta Férrea* da Universidade. Esta manifestação ocorreu com autorização do Reitor onde os alunos apresentaram ao Ministro da Educação⁵⁴ os seus objectivos, anseios e apreensões⁵⁵.

A par das transformações internas do Instituto, a AE não só manteve as suas relações com a AAC, como também se integrou nos órgãos representativos dos estudantes ao nível nacional.

Desta forma, os alunos passaram a participar nos Encontros Nacionais de Dirigentes Associativos (ENDAs) e nos Encontros Nacionais de Juventude, que funcionavam como importantes espaços políticos, com impacto e visibilidade na comunicação social.

⁵⁴ Na altura, Roberto Carneiro.

⁵⁵ Quando Duarte (2010) se refere à “manifestação atípica” estará a referir-se à manifestação que decorreu a 1 de Março de 1990 na abertura solene das Comemorações do VII Centenário da Universidade de Coimbra.

(Fonte: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vshmhkw5iy0J:dspace.unav.es/dspace/bitstream/10171/10915/1/AH%C3%8D_II_CR%C3%93NICAS_23.pdf+Ministro+Roberto+Carneiro+em+Coimbra+-+1990&cd=5&hl=pt-PT&ct=clnk&source=www.google.com)

As decisões tomadas nos ENDAs eram reivindicadas no Conselho Nacional de Educação. Devido ao poder político deste organismo, as grandes forças políticas da juventude estavam presentes e “era interessante a forma como os dirigentes se mobilizavam em torno das votações por interesses políticos”.

Os alunos do ISSSC lideraram o movimento estudantil ao nível nacional, estando embrionariamente ligados à criação da Federação Nacional de Associações de Estudantes de Ensino superior Particular e Cooperativo.

Devido aos problemas que se faziam sentir no ensino privado e cooperativo, em 1990, Duarte (Presidente da AE), organizou o primeiro Encontro Nacional de Estudantes do Ensino Particular e Cooperativo. Realizou-se no Teatro Paulo Quintela da Faculdade de Letras da Universidade e contou com “a presença de 12 a 14” AEs, das 25/30 contactadas.

O objectivo deste encontro, era debater conjuntamente os problemas sentidos pelos alunos destas instituições e criar um organismo representativo de todos os estudantes do ensino particular e cooperativo que tivesse “assento no Conselho Nacional de Educação” para a defesa dos seus direitos. Segundo Duarte (2010), “havia um reconhecimento [dos direitos] mas não era pleno”, “havia outro tipo de benefícios sociais que os estudantes poderiam usufruir e que (...) não eram ainda transversais a todo o ensino superior privado”. Assim, “era uma questão de legitimidade para o reconhecimento dos direitos fundamentais dos estudantes”, como o acesso a bolsas de estudo e a residências.

Neste primeiro encontro e segundo Duarte (2010) “estivemos a tentar perceber o que é que íamos criar. Sentíamos que havia necessidade de criar ali aquele organismo”. Posteriormente, organizou-se uma segunda reunião⁵⁶, onde “estivemos a debater os aspectos legais da criação da estrutura (...) os seus contornos, (...) as suas limitações”. A terceira⁵⁷ “foi já o limar das arestas daquilo que poderia ser a estrutura”, os objectivos e as linhas de orientação a seguir, assim como os aspectos legais para a constituição da entidade representativa.

Duarte (2010) salienta que nesta última reunião em que participou “já sentia que havia ali mobilizações político-partidárias que tinham interesses em ocupar este tipo de cargos.”

⁵⁶ A segunda reunião decorreu na Universidade Lusíada do Porto.

⁵⁷ Decorrida na Universidade Lusíada de Lisboa.

Ao analisar a trajectória da organização dos estudantes do ISSSC constata-se que se envolveram no movimento e luta da categoria profissional pela qualificação da formação em Serviço Social e no desencadear de estratégias que viabilizassem a participação democrática de alunos e professores no debate destas questões, e na defesa dos direitos não só dos alunos de Serviço Social, mas também de todos os que se integravam em instituições de ensino superior particular e cooperativo. A luta colectiva de um pequeno grupo de estudantes constituiu uma alavanca para o movimento estudantil para o MESS.

4.1. O Movimento Estudantil na AEISSSC/AEISMT

A AEISSSC foi constituída a 18 de Março de 1983⁵⁸, mas a organização dos estudantes do ISSSC já anteriormente analisada, inicia-se após 25 de Abril de 1974 com a sua integração na AAC. Desta forma, torna-se pertinente resgatar alguns aspectos históricos antecedentes à criação da AEISSSC.

Após a implementação da democracia, através do processo de luta desenvolvido, os alunos conquistaram a inserção na AAC. Verificou-se um estreitamento de relações estratégicas e a constituição de alianças. Nos anos 80, pela sua ideologia de esquerda, os alunos do ISSSC foram afastados da AAC⁵⁹. Também por questões político-partidárias, em 1987, a Direcção da AAC não foi solidária com a luta dos estudantes de Serviço Social (obtenção do grau de licenciatura).

É neste contexto político que a AEISSSC é fundada, assumindo-se como uma AE “democrática, apartidária, arreligiosa e independente do poder político, regendo-se pela Lei e pelos Estatutos” (art. 1º), tem por fins⁶⁰: “defender os interesses dos seus associados e representá-los”; “participar na definição da política educacional com vista a manter a democraticidade da gestão”; “lutar pelo grau de Licenciatura e oficialização

⁵⁸ Segundo cópia do documento “CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO” do Quarto Cartório Notarial de Coimbra, cedida a 28 de Junho de 2011.

⁵⁹ No ano de 1982, o Presidente da AAC era Guilherme Carlos Carreira e em 1983 era Luis Parreirão. Ambos os líderes estavam ligados ao Partido Social Democrata (PSD).

Fonte: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:V16F8P5E-csJ:www.aaec-lisboa.com/site/index.php%3Foption%3Dcom_content%26task%3Dview%26id%3D81%26Itemid%3D39+Presidente+da+Associa%C3%A7%C3%A3o+Acad%C3%A9mica+de+Coimbra+-+Viegas+-+1987&cd=8&hl=pt-PT&ct=clnk&source=www.google.com

⁶⁰ Artigo segundo.

do Instituto”; “fortalecer os laços de solidariedade dos seus associados e dos estudantes em geral” e “promover o seu desenvolvimento cultural e físico”.

A criação da AE está estritamente vinculada às questões da luta da categoria profissional e comporta uma forte dimensão política. Declaradamente, a luta e a organização dos estudantes prendia-se com a obtenção do grau de licenciatura, assim como pela inserção no sistema universitário público. Além da defesa dos interesses dos estudantes, a entidade representativa pretende assegurar democraticamente a sua participação activa nas decisões da instituição, sendo que estas têm um impacto directo na sua formação. Os estudantes assumiam, assim, a responsabilidade nas lutas da categoria e na definição da política educativa do seu instituto.

No ano 2000⁶¹ há uma revisão dos estatutos, assim como no sentido dos seus objectivos. A AEISMT norteia-se pelos princípios fundamentais da “liberdade individual e participação democrática”, “sendo uma estrutura apartidária, de carácter não confessional e independente e autónoma face ao Estado e a qualquer outra entidade exterior” (art. 2º).

Os seus objectivos (art. 3º) passam por: “representar e unir os estudantes do ISMT e defender os seus interesses sem excepção nem discriminação”; “estimular a participação dos estudantes do ISMT na vida associativa e académica, bem como na discussão dos problemas educativos”; “contribuir para a formação cívica, física, cultural e científica dos seus membros, nomeadamente, através da prestação de serviços e apoio social, cultural, pedagógico, desportivo e recreativo” e “reforçar as relações entre os estudantes, nomeadamente, através da participação em estruturas federativas regionais, nacionais e internacionais cujos princípios não contrariam os definidos nos estatutos”.

Em 1983 existiam preocupações do foro político e de participação activa dos estudantes de Serviço Social na gestão democrática da Instituição. Em 1998, o ISSSC passou a designar-se ISMT, contemplando neste período outras formações, constituindo-se num factor que levou à revisão dos Estatutos da AEISSSC. Assim, em 2000, esta revisão dos estatutos da AE leva à alteração dos objectivos, nomeadamente, a “discussão de problemas educativos”. A participação activa dos estudantes deixa de se centrar na democraticidade das decisões e dá lugar à participação na vida associativa e académica. A centralidade deixou de ser o colectivo da categoria e passou a ser o estudante na sua dimensão pessoal, social e académica. Contudo, aparentemente, a AE não pretende

⁶¹ Sai em DIÁRIO DA REPÚBLICA. III SÉRIE Nº 149 – 30 de Junho de 2000 (pág. 26)

isolar-se, pois é seu objectivo o reforço das relações entre estudantes, mas apenas em estruturas federativas.

O carácter político e reivindicativo de 1983 esvaneceu-se. A AE tende a encaminhar-se para a passividade e a virar-se para o seu interior.

É no Guia do Caloiro de 2005 da AEISMT que se verifica esta viragem para o interior do Instituto. Apenas se pretende “participar na política educacional da escola”, “manter a democraticidade da gestão interna” e “fortalecer os laços de solidariedade entre os estudantes do Instituto”. As relações apenas com “Associações similares e demais organismos escolares” pretendem ser estabelecidas por razões “culturais, sociais e desportivas”. A preocupação prende-se com o acesso à informação interna e externa em detrimento da participação activa nas questões colectivas e conjunturais.

Seguidamente, serão analisadas a constituição, as dinâmicas de organização e das actividades da AEISMT, assim como a participação dos estudantes na sua entidade representativa. O período analisado incidirá entre 2005 e 2007, altura em que a investigadora fez parte da AE⁶².

Em 2005⁶³, a AEISMT era constituída por 16 Núcleos⁶⁴. Importa destacar o *Núcleo de Apoio aos Estudantes de Serviço Social* cujos objectivos eram “Colaborar com os elementos do Conselho Pedagógico” e “fazer a ponte entre os alunos e a AE acerca dos problemas pedagógicos”. Este estabelecia uma relação de proximidade com os alunos de Serviço Social no sentido de oscultar as suas necessidades e reivindicações para, posteriormente, virem a ser debatidas em Conselho Pedagógico.

Ao *Núcleo de Política Educativa* competia recolher e organizar as Leis internas e externas existentes, acompanhar o surgimento de novas Leis de Educação, “manter os alunos informados acerca das novas alterações curriculares, provenientes do Acordo de Bolonha” e, ainda, “organizar uma secção de apontamentos de todos os anos de todas as licenciaturas do ISMT”. Apesar da importância dos seus objectivos, este núcleo acaba por assumir um carácter burocrático, em que os alunos (passivamente) são depósitos de

⁶² Anos em que a investigadora pertenceu à AEISMT. Em 2005 como membro do Núcleo de Política Educativa, e do Conselho Consultivo. Em 2006/2007 como membro do Grupo de Intervenção e Voluntariado, Vice-Presidente Suplente (e posteriormente, Vice-Presidente Efectiva) e representantes dos estudantes no Conselho de Organização das Comemorações dos 70 anos do ISMT.

⁶³ A informação acerca deste ponto encontra-se no GUIA DO CALOIRO`05 da AEISMT.

⁶⁴ Um Núcleo de Apoio ao Estudante por cada curso existente no ISMT; Núcleo de Política Educativa; Núcleo de Desporto; Núcleo de Apoio à Praxe; Núcleo Cultural; Núcleo de Internet e Jornalismo; Núcleo de Projectos e Voluntariado; Núcleo de Apoio às Comissões de Curso; Núcleo de Marketing e Publicidade; Núcleo de Apoio ao Trabalhador-Estudante; Núcleo do Baile de Gala e Núcleo de Criação da Associação dos Antigos Alunos do ISMT.

conhecimento de Leis e informação. Este núcleo poderia contribuir de forma activa e ser uma *mais-valia* no debate e construção das questões pedagógicas e de formação do ISMT. Neste sentido, o facto dos estudantes dominarem as Leis não significa a participação nas decisões internas respeitantes à sua formação.

Com os objectivos de “estabelecer protocolos com instituições que se disponibilizem a receber voluntários do ISMT”, “organizar conferências, colóquios, cafés-conversa, Congressos e Workshops” e “apoiar todos os projectos dos alunos” foi constituído o *Núcleo de Projectos e Voluntariado* que, em 2006, passou a designar-se *Grupo de Intervenção e Voluntariado Social* (GIVS) com estatutos próprios. Embora fundado por alunos de Serviço Social, estava aberto à participação de todos os alunos dos diferentes cursos.

O GIVS desenvolveu um trabalho sério e comprometido com a comunidade estudantil, com o ISMT e com a sociedade. Contribuindo para o aumento de formação dos estudantes, para a sua participação nas dinâmicas da AE, para uma maior visibilidade da Instituição no exterior e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Apesar da sua actividade de cariz voluntário (e, de certa forma, assistencialista), as suas actividades desenvolvidas no plano da formação e da Acção Social promoveram a aproximação dos estudantes à realidade social envolvente e a preocupação pelo debate e questionamento, no sentido da procura de estratégias para a mudança.

Em 2006/2007, ingressaram no ISMT os alunos dos cursos de Serviço Social pós-laboral, os alunos dos novos cursos e, ainda, os alunos do Protocolo estabelecido com a Universidade da Paraíba (Brasil), todos no âmbito do 1º ciclo de formação. No sentido de acompanhar estas transformações e apoiar os novos alunos na sua integração, a AE cria um grupo de apoio a estes estudantes.

Também neste ano, a AE participou no Conselho/Comissão de Organização das Comemorações dos 70 anos do ISMT. Cabia ao representante dos estudantes a função de apresentar os projectos e as actividades a que se propunha realizar neste âmbito.

Em suma, até 2006/2007, a AEISMT primou pela defesa dos direitos e interesses dos estudantes. Era sua prática a aposta no estabelecimento de relação de proximidade com e entre os alunos e o apoio directo às suas actividades. Da mesma forma, eram estreitas e democráticas as relações com os órgãos de gestão do Instituto: os alunos tinham representatividade no Conselho Directivo, Conselho Pedagógico e no Conselho Consultivo. Os alunos sentiam-se representados e defendidos, participando de forma activa nas dinâmicas da AE. Embora esta fosse composta por alunos de todos cursos, os

de Serviço Social eram os que mais participavam. O mesmo se passava na composição das Direcções em que os seus líderes foram ininterruptamente alunos de Serviço Social. O distanciamento dos estudantes de Serviço Social (e da AE) quanto aos desafios da categoria profissional deve-se por um lado, ao alargamento da formação no ISMT, à inserção dos alunos dos diferentes cursos na sua dinâmica e à consequente descentralização das questões do Serviço Social e, por outro lado, à viragem dos objectivos da AE para o interior do Instituto. Apesar disto, os alunos de Serviço Social não descuraram a sua responsabilidade cívica e social.

O ano 2007/2008 representa para a AE o esvanecer do seu activismo relativamente à defesa de direitos, à participação activa dos estudantes e à sua dimensão política. Pela primeira vez, o representante dos estudantes não é aluno de Serviço Social e estes passam a ser uma minoria na participação das dinâmicas da AE. Anteriores projectos de interesse académico e social deixam de ser realizados, dando lugar à realização de actividades lúdicas e desportivas. O poder reivindicativo da AE e a sua dimensão colectiva perde importância perante aspectos de carácter de afirmação individual.

Para além disto, decorrente das transformações da própria formação inerentes ao Processo de Bolonha, assiste-se a uma diminuição da participação dos estudantes na AE.

A AE passa a ser palco de disputas de poder e vaidade, os alunos deixam de despender tempo para a militância ou até perdendo o interesse na participação das actividades e dinâmicas da AE.

Ao longo dos tempos, aquela que foi constituída como uma AE de elevada dimensão política acaba por nos tempos actuais viver numa apatia, exceptuando a sua preocupação em actividades desportivas e de lazer.

Capítulo III - A situação da organização estudantil em Serviço Social na última década do século XX e XXI

1. Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social

Os desafios colocados à categoria profissional nas décadas 70 e 80, além de terem contribuído para a afirmação do Serviço Social, possibilitaram o fortalecimento do movimento estudantil e a consistência da sua organização.

Nos anos 90, os estudantes passam a realizar ENESS organizados pela Comissão Nacional de Estudantes de Serviço Social (CNESS). Segundo informações recolhidas⁶⁵, durante os anos 1990 e 2000 foram realizados pelo menos seis ENESSs.

Isabel Freire⁶⁶ afirma que, nos finais da década de 90, o principal objectivo de luta dos estudantes “era conseguir que o curso se tornasse público”⁶⁷. Para o efeito, “pressionámos o Estado até com algumas reuniões e manifestações”. As acções desenvolvidas pelos estudantes contribuíram para a criação do curso na Universidade dos Açores. Outro objectivo de luta incidia sobre a estrutura curricular e a sua disparidade nos três Institutos.

Assim, foi apurada a realização dos seguintes ENESS:

- III ENESS – “Serviço Social: novas realidades, novas exigências”: realizado nos dias 25 e 26 de Novembro de 1998 no Porto, promovido pelas AEs do ISSSL, ISSSP e ISMT;
- IV ENESS: realizado em Coimbra nos dias 8 e 9 de Dezembro de 1999, organizado pela AEISMT e pela CNESS. Neste Encontro, Fernanda Rodrigues realizou a Comunicação “Balanço da licenciatura”;
- V ENESS: realizado em Lisboa nos dias 19 e 20 de Março de 2002. Foi organizado pela Associação Académica de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- VI ENESS - “Olhar o presente, construindo o futuro...”: realizado nos dias 6,7 e 8 de Dezembro de 2004, organizado pela AE do ISSSP, no Fórum da Maia. Neste Encontro, Manuel Menezes proferiu a Comunicação “Novos Desafios para o Mercado de Trabalho no Contexto da Declaração de Bolonha”.

⁶⁵ Várias tentativas junto das AEs do ISSSP e ISMT, onde decorreram 2 dos ENESSs para consulta dos seus arquivos, tornaram-se infrutíferas. A informação recolhida relativamente aos ENESSs resultou da consulta de páginas online onde diplomados de SS inseriam nos seus CV a participação nesses encontros. Só foi possível encontrar registo de alguns ENESSs.

⁶⁶ Licenciada em SS pelo ISMT em 2002, pertenceu à CNESS durante os 5 anos de formação (segundo apresenta no seu *Curriculum Vitae*).

⁶⁷ Informação disponível por email.

A realização destes Encontros marca o início da organização ao nível nacional dos estudantes em Serviço Social após a conquista da licenciatura nos anos 90 e os primeiros anos do século XXI. Os temas dos Encontros e algumas das comunicações proferidas constituem indicadores do interesse por parte destes estudantes em acompanhar as transformações da formação. O local onde se realizaram os Encontros também demonstra que os alunos das novas instituições de ensino demonstraram preocupação em se inserir e participar nestes encontros e, por conseguinte, na organização estudantil.

No decurso do séc. XX e XXI, verificou-se um crescimento exponencial das IES com a formação em Serviço Social. Até aos anos 90 a formação em Serviço Social encontrava-se em três Instituições privadas: ISSSL; ISSSC e ISSSP. Segundo Martins (2010), “nos anos 90, quase duplica o número de cursos até então existentes. Criam-se 2 em IES isoladas (Instituto Superior de Serviço Social de Beja e Instituto Superior Bissaya Barreto), e 3 em universidades privadas: Universidade Católica Portuguesa, Universidade Fernando Pessoa e Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias”⁶⁸.

Em 2010, eram 21 as IESs onde era ministrado o 1º ciclo em Serviço Social: 5 no Ensino Universitário Público, 5 no Ensino Politécnico Público, 2 no Ensino Politécnico Privado e 9 no Ensino Privado⁶⁹.

Apesar do direito à integração do curso no ensino superior público ter sido defendido e reclamado intensamente pela categoria profissional antes e após Abril de 1974, é “só na alvorada do séc. XXI” que se materializa. (Martins & Tomé, 2008)

O Processo de Bolonha, a par das críticas, resistências e consensos, veio essencialmente tornar ainda mais profundas as transformações do ensino superior. Em linhas gerais, defende uma maior flexibilidade dos planos de estudo, uma lógica interdisciplinar capaz de estabelecer e promover ligações académico-científicas mais latas e sinérgicas. Tem como base “harmonizar (...) os graus de ensino superior e os diplomas atribuídos, para

⁶⁸ Martins, A. Comunicação de 26 de Fevereiro de 2010

⁶⁹ Esta informação foi recolhida com o apoio do artigo: Alcina Martins; Maria Rosa Tomé “O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal - problemas e desafios à organização profissional”. 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, IFSW e CFESS, Brasil, Salvador - Bahia, 2008.

facilitar equivalências e mobilidade entre as universidades dos 45 países subscritores e a empregabilidade no espaço comunitário”⁷⁰.

A qualidade da formação dá lugar à precarização da mesma, à competitividade e à lógica de mercado, atendendo à globalização.

Da mesma forma que o processo terá impactos no exercício profissional pela massificação de diplomados com formação precária, também serão sentidos impactos directos nos estudantes. Os estudantes do ensino superior alterarão as suas práticas, o seu quotidiano, as suas preocupações, os seus valores e as suas atitudes, rumando cada vez mais para o individualismo e competitividade.

Martins (2010) afirma que “em 1970, o número de assistentes sociais ultrapassava o milhar: 1097”. Até ao ano 2008, formaram-se 13964 em Portugal, “dos quais 53% (7439) nos últimos 11 anos (1997-2008)” encontrando-se 930 em situação de desemprego em Dezembro de 2008⁷¹.

Se nos anos 90, os estudantes demonstravam ainda algum dinamismo na sua organização, com a precarização da formação e do mercado de trabalho proporcionado pela actual conjuntura, no século XXI, reunidas todas estas condições, verifica-se a tendência à diluição do MESS.

2. A Participação dos Estudantes de Serviço Social nas AEs e nos Núcleos de Serviço Social em 2009/2010.

Actualmente em Portugal, a formação em Serviço Social existe em 21 IES, sendo 5 no Ensino Universitário Público, 5 no Ensino Politécnico Público, 2 no Ensino Politécnico Privado e 9 no Ensino Universitário Privado. Em todas estas instituições, existe uma AE. Neste associativismo estão envolvidos estudantes de Serviço Social e todos eles têm possibilidade de participar no movimento estudantil. Assim contabilizam-se 21 AEs⁷².

⁷⁰ Tomé, R. *O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à Formação e à Profissão*. Acedido em 7, Maio, 2011, em <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%C3%A9.pdf>

⁷¹ Martins, A. – Comunicação 26 de Fevereiro de 2010. Estes dados têm como fonte as Estatísticas de Ensino Superior do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e o trabalho de Martins & Tomé (2008).

⁷² As 21 Associações de Estudantes são: a Associação Académica da Universidade de Coimbra (AAC) com o Núcleo de Estudantes de Psicologia e Ciências da Educação (NEPCE) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação; a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (AEISCSP), pertencente à Universidade Técnica de Lisboa; a Associação Académica da Universidade dos Açores (AAUA); a Associação Académica da Universidade da Madeira (AAUMA); a Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD); a Associação de Estudantes da Escola

2.1. A participação dos estudantes de Serviço Social nos Órgãos Dirigentes das AEs

Foram cinco AEs que responderam ao questionário. Três são Associações do Ensino Politécnico Público (Leiria, Beja e Castelo Branco) e dois do Ensino Universitário Público (Universidade da Madeira e ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa).

Através da análise dos questionários verificou-se que a participação dos estudantes de Serviço Social nos Órgãos Dirigentes (Direcção, Conselho Fiscal e Assembleia Geral) das suas AEs é reduzida e em alguns casos inexistente. O mesmo cenário se encontra em anteriores órgãos dirigentes – informação mais detelhada referente a este ponto da investigação encontra-se em APÊNDICE no Quadro *A Participação dos Estudantes de Serviço Social em Órgãos dirigentes das Associações de Estudantes*.

No que respeita à Composição das Direcções, importa salientar que das cinco AEs, em três os estudantes de acupam cargos dirigentes. Estes desempenham cargos nas Direcções da AEESECB (presidente), da AEESECS (vice-presidente) e da AEESEB (vogal). Em 2009 a direcção da AEESECB também integrava alunos de Serviço Social. Na composição da Assembleia Geral verifica-se que, à excepção da AAUMA, a participação dos estudantes de Serviço Social é inexistente na actualidade e reduzida em anteriores Assembleias.

A AAUMA afirma que a sua Assembleia Geral é composta por 3000 alunos, inserindo-se os alunos de Serviço Social. Mediante a análise dos dados, conclui-se que todos os alunos da Universidade fazem parte da mesma. Por lapso, terá existido uma confusão por parte de quem respondeu à questão, entre o órgão dirigente Assembleia Geral com a RGA.

Superior de Educação e Ciências Sociais (AEESECS), pertencente ao Instituto Politécnico de Leiria; a Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Portalegre (AEESEP); a Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Castelo Branco (AEESECB); a Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Beja (AEESEB); a Associação Académica do Instituto Superior Politécnico de Viseu, onde o curso de Serviço Social é ministrado na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego; a Associação de Estudantes do Instituto Superior Politécnico de Gaya (AEISPGaya); a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Empresariais e Turismo (AEISCET); a Associação Académica da Universidade Lusíada (AAUL), antigo ISSSL; a Associação Académica da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa (AAULHT); a Associação de Estudantes da Universidade Lusófona do Porto (AEULP); a Associação de Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga (AEISMT), antigo ISSSC; a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (AEISSSP); a Associação de Estudantes da Universidade Fernando Pessoa – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (AEUFP). Resta enumerar as Associações de Estudantes pertencentes à Universidade Católica: a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa (AEFCH); a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais de Braga (AEFCS) e a Associação Académica da Universidade das Beiras em Viseu (AAVUCP).

A participação dos estudantes de Serviço Social no Conselho Fiscal existe apenas na AEESECS. Este estudante ocupa o cargo de Vice-Presidente.

Em anos anteriores a participação dos estudantes de Serviço Social foi mais expressiva: existiu em duas AEs, sendo elas a AEESEB e a AEESECB⁷³.

Sendo os discentes parte vital de qualquer IES, fará todo o sentido que estes participem das suas dinâmicas e decisões. Desta forma, a participação dos estudantes nos órgãos de gestão das IESs – Conselho Consultivo, Conselho Pedagógico, entre outros – é um direito, devendo também ser encarado como um dever, pois é nestes espaços que os alunos podem defender de forma directa os seus interesses.

Das cinco AEs que responderam, três têm representantes dos estudantes nos órgãos de gestão da respectiva IES: a AAUMA participa no Conselho Geral com três representantes; a AEISCSP tem um representante no Conselho Consultivo e a AEESECB faz parte do Conselho de Representantes com 4 estudantes. No entanto, em nenhuma se verifica a existência de estudantes de Serviço Social. Na AEESECS e na AEESEB⁷⁴ não há participação dos estudantes em qualquer órgão da IES.

Será pertinente colocar para reflexão futura, o tipo de papel desempenhado pelos estudantes nestes conselhos representativos, o grau de responsabilidade que assumem na luta e tomada de decisões quanto às reivindicações dos seus direitos nas suas instituições de formação.

Nesta dinâmica dialéctica de representatividade será necessário que se questione, reflita e avalie a relação dos estudantes com a própria IES e os seus órgãos de gestão. A participação dos discentes nas dinâmicas e decisões da IES deverá ser activa e a construção deverá ser democrática e colectiva.

Por outro lado, será essencial que os estudantes reflectam sobre o seu interesse em participar activamente. Para este efeito é vital que estes tenham consciência do seu poder e potencial político na luta por uma formação de qualidade e na construção de uma sociedade justa e democrática.

Em síntese, é na AEESECS que os alunos de Serviço Social assumem mais cargos nos órgãos dirigentes da AE. Nos corpos dirigentes da AAUMA, a participação dos alunos de Serviço Social encontra-se apenas na Assembleia Geral.

⁷³ Na AEESEB no ano anterior e na AEESECB em 2007/2008.

⁷⁴ Embora esta AE não tenha representação dos alunos nos órgãos dirigentes da ISE, representa os estudantes, defendendo os seus direitos, em todas as Associações, Federações e Organizações exteriores.

Por ausência de resposta, da parte da AEISCSP apenas se pode referir que na Direcção da AE não se encontra nenhum aluno de Serviço Social, assim como na representação no Conselho Consultivo.

Na AEESECB, apenas o Presidente da Direcção é estudante de SS. Contudo, a presença de estudantes de Serviço Social em anteriores Direcções trespassa todos os órgãos dirigentes.

Assim, no total das AEs, encontram-se a ocupar cargos nos órgãos dirigentes, apenas 4 estudantes de Serviço Social. Acrescenta-se a este número os alunos da Assembleia Geral da AAUMA.

2.2. As principais actividades desenvolvidas pelas AEs e a participação dos estudantes.

Face à informação recolhida através dos contactos telefónicos far-se-á uma breve apreciação da participação dos estudantes nas suas AEs, dando especial atenção aos de Serviço Social, visto ter sido o único contributo de algumas AEs para a pesquisa – informações mais detalhadas constam em APÊNDICE no Quadro *Associações de Estudantes Núcleos de Serviço Social em Portugal em 2009/2010*.

Embora seja uma realidade a inexistência confirmada de NSS em quinze AEs, sete afirmam que realizam actividades para a comunidade estudantil e que os alunos de Serviço Social participam como qualquer aluno de outro curso.

Efectivamente, os estudantes de Serviço Social participam e estão inseridos nas actividades das AE's. É o caso da AAUMA, da AEESECS, da AEESECB, da AEESEB, da AEFCH da AEISCET, sendo que nesta última, destaca-se a realização de actividades direccionadas para Serviço Social.

Quando abordada a questão da participação dos estudantes nas actividades promovidas pela AE, a representante da AEISMT refere que, embora os alunos de Serviço Social participem nas actividades desenvolvidas, “são uma minoria, ao contrário de outros tempos”.

Segundo a AEUFP, os estudantes de Serviço Social participam de forma esporádica nas actividades desenvolvidas, no entanto “a AE ajuda nas actividades que queiram desenvolver sempre que peçam”.

São duas AEs a declarar que, embora desenvolvam actividades, os estudantes não são participativos. Nesta situação encontra-se a AEISPGaya (“a comunidade estudantil não

é participativa”) e o NEPCE da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra que informa serem “poucos os alunos de Serviço Social que estão inseridos nas actividades”.

Apenas AAUA diz que no momento não desenvolve qualquer tipo de actividades para a participação dos estudantes de Serviço Social.

Das restantes AEs, para além da informação registada acerca da não existência de NSSs, não foram prestadas informações adicionais, sendo referido que seriam fornecidas posteriormente através dos questionários, o que não veio a acontecer.

Uma AE é a estrutura representativa e unificadora dos estudantes. É seu dever oscultar, defender e lutar pelos interesses e necessidades dos alunos junto das entidades competentes, contribuindo para uma formação de qualidade e uma melhoria das condições de estudo.

Da mesma forma, deve apostar na aproximação à comunidade estudantil promovendo o contacto com e entre alunos, promover o estreitamento de inter-relações institucionais e sociais, bem como prestar informação útil e necessária.

A formação cívica e académica enquanto elemento potencializador de enfrentamento aos desafios colocados pela actualidade e pelo futuro é também objecto de acção de uma AE.

Pelo exposto e indo ao encontro daquilo que afirma a AAUMA, uma AE deve ser regida pelos princípios basilares da democraticidade e representatividade. A estes princípios deverão ser acrescentados, a independência partidária e religiosa e o respeito pela liberdade e pelos Direitos Humanos.

Seguidamente, através da análise detalhada dos PAs de cada AE, proceder-se-á a uma síntese do tipo de actividades desenvolvidas pelas mesmas e os objectivos nelas contidos.

É através do PA que a AE apresenta as propostas para o respectivo ano lectivo, por meio de actividades e objectivos de trabalho. Representa e reflecte as motivações dos estudantes, a sua preocupação com a realidade, evidenciando também a sua dimensão política. A identidade da AE encontra-se vinculada e materializada no seu PA.

Constatou-se que as actividades desenvolvidas pelas AEs centram-se maioritariamente nas comemorações académicas e realização de festas. Da mesma forma, também as actividades de desporto, de arte e cultura assumem elevada relevância.

Por outro lado, verifica-se a preocupação com o desenvolvimento de projectos de cariz social (Acção Social), com actividades no âmbito da formação e de prestação de apoio

aos estudantes. Fazem parte também do PA as actividades referentes às dinâmicas de gestão e organização da própria AE.

As comemorações académicas⁷⁵ fazem parte da tradição e são o marco, o festejo de cada etapa da vida académica. As actividades referentes a estas comemorações têm com objectivo proporcionar momentos de diversão e convívio aos estudantes, assim como prestar homenagem à comunidade escolar em que o estudante se encontra inserido.

Assim, para além da preocupação com o estudante na sua dimensão humana e social, promove-se o envolvimento de todos os componentes da comunidade escolar - discentes, docentes e funcionários de cada IES.

Neste contexto festivo, a AEESEB destaca-se por ser a única que demonstra preocupação em “sensibilizar para os comportamentos de risco”, no decorrer das comemorações. Este objectivo verifica-se em todas as actividades propostas nesta área. Esta prática é potenciadora da mudança.

Também com o objectivo de proporcionar à comunidade estudantil momentos de lazer, diversão e convívio entre os alunos, a realização de festas assume-se como uma forte aposta de todas as AEs. Este tipo de actividades tem como finalidade promover a integração dos alunos, proporcionar o envolvimento da comunidade estudantil nas iniciativas da AE e, simultaneamente, potenciar o “espírito académico”.

Por outro lado, a realização destes eventos festivos significa a possibilidade de “angariação de fundos para a aquisição de equipamentos necessários e melhoramento de condições para os alunos”, segundo afirma a AEESECS. Verifica-se aqui a preocupação em fazer face e dar resposta às necessidades existentes que deveriam ser colmatadas pelas próprias IES.

As actividades de artes e espectáculos assumem considerável empenho por parte das AEs. Aspiram estimular os alunos para as práticas culturais e fornecer uma formação cultural ampla e diversificada que satisfaça as exigências dos estudantes. Para tal, verifica-se a preocupação em conhecer as preferências e perfis culturais por parte da comunidade escolar.

Em todas as AEs é patente a preocupação com a inserção dos estudantes no exterior tornando-os parte da cidade que os acolhe - aproximando os estudantes à cidade e aos seus habitantes gera-se um sentimento de pertença. Para além disto, estas actividades são fulcrais para a divulgação dos talentos existentes no seio da comunidade estudantil.

⁷⁵ São exemplo: Queimas das Fitas; Recepção ao Caloiros; Bênção das Pastas; entre outras.

Na dinamização destas acções e abordando a questão da multi/interculturalidade, as AEs possibilitam uma alteração dos perfis culturais da comunidade escolar.

As actividades de desporto desenvolvidas visam promover a actividade física e divulgar a prática desportiva. O objectivo de incentivar e desenvolver o espírito de competitividade saudável entre os alunos e os diferentes cursos é transversal a todas as AEs.

Na AAUMA, o desporto é encarado como “uma ferramenta fundamental na formação e educação”. Constata-se uma preocupação com o espírito de equipa e com o “fairplay na comunidade académica”. Segundo o seu PA, estas actividades já demonstraram resultados positivos: o número de estudantes a praticar desporto pela AA “aumentou significativamente”, tendo já alunos a representar a entidade em campeonatos nacionais e internacionais.

Todas as AEs prestam apoio às actividades promovidas pelos alunos.

De seguida, proceder-se-á à análise das actividades que demonstram alguma dimensão política. Isto é, embora traduzam uma prática conservadora e existencialista, no domínio das actividades descritas são as que poderão contribuir de forma mais directa para a transformação social. O associativismo e o movimento estudantil são formas de expressão e demonstração do poder político e da capacidade de gerar mudança social. Deste modo, os estudantes são sujeitos e actores políticos, com forte influência neste domínio.

As actividades de cariz social, designadas de “Acção Social”, inseridas em todos os PAs analisados, contemplam projectos ou actividades que têm como principais objectivos a construção de uma cidadania responsável e o incentivo à participação cívica activa por parte dos estudantes. Estas iniciativas pretendem estimular o voluntariado, bem como as práticas solidárias.

Neste âmbito, destacam-se a AEESECS⁷⁶, a AEISCSP⁷⁷ e a AAUMA⁷⁸, pois os seus projectos e actividades demonstram uma preocupação com práticas solidárias e cívicas, transparecendo uma acentuada responsabilidade social.

Os estudantes têm consciência da realidade que os envolve e usam o seu potencial para fazer face às necessidades e desafios que lhes são colocados.

⁷⁶ Através de actividades como “Dia da Criança” e “Projecto de Acção Social”.

⁷⁷ Através de actividades propostas como “Feira do Voluntariado”, criação do “Sistema de Voluntariado Activo”, projectos “Livros Académicos Usados” e “Biblioteca da AE” e a instituição de um Sistema de Explicações.

⁷⁸ Com o Projecto “UMajuda”.

As AEs, assumindo a importância da construção e acúmulo de conhecimento para a construção de um futuro profissional, valorizam as actividades relativas à formação.

A AEESECS destaca como objectivos “adquirir novos conhecimentos acerca das várias áreas de ensino, consolidar conhecimentos, abrir novos horizontes, fornecer (in)formação extra e enriquecimento pessoal e curricular”. Da mesma forma, a AAUMA, tendo consciência “das profundas transformações sentidas no Ensino Superior Português”, propõe-se a desenvolver actividades e projectos, para que os estudantes possam investir na sua formação complementar, na procura de “enriquecimento de aptidões pessoais” que sejam uma *mais-valia* para o futuro.

Estas actividades concretizam-se nas mais diversas e amplas formas, desde a realização de palestras, workshops, seminários, acções de formação, ao desenvolvimento de projectos desenvolvidos em parcerias com várias entidades.

Estes projectos aspiram à inserção do estudante na realidade social como forma de aprendizagem profissional, potenciando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

As AE's prevêm ainda actividades de apoio aos estudantes. Consideram-se neste âmbito, as actividades de cariz informativo, a gestão, elaboração e implementação de documentos e regulamentos que permitam proporcionar uma melhor qualidade dos serviços prestados.

Uma das funções das AEs é permitir e facilitar o acesso à informação. Somente alunos informados poderão participar activa e regularmente nas actividades propostas e na organização estudantil.

Segundo os dados analisados, são quatro as AEs que assumem o acesso à informação como objectivo declarado.

Neste sentido, a AEISCSP preocupa-se em publicar folhetos informativos para divulgação das suas actividades, fazendo uso (também) das novas tecnologias. É exemplo disto o projecto “Rádio Online”⁷⁹ que pretende “criar um espaço de difusão de informação e entretenimento para a comunidade ISCSPiana”.

⁷⁹ Inserido pela AE nas actividades de Formação, este projecto pretende também “ser um meio para os alunos da licenciatura de Ciências da Comunicação possam colocar em prática uma actividade que se insere no contexto da sua licenciatura que lhes poderá servir como experiência profissional”.

O empenho na dinamização de meios informativos também se verifica na AEESEB, onde se realiza a “distribuição de informação e de conteúdos do interesse dos alunos” e a “promoção das actividades da AE”. Esta ideia é também partilhada pela AEESECS.

Valorizando a comunicação directa, a formação e informação a vários níveis para e com os estudantes, a AAUMA defende a uniformização da informação.

Toda a AE é composta por estatutos e regulamentos. Não deverá ser objectivo destes instrumentos normativos a criação de um sistema burocrático que bloqueie a sua dinâmica democrática, mas sim, permitir um nível de organização que permita um funcionamento adequado às necessidades a que se propõe dar resposta. Neste aspecto, a única AE que insere a criação de regulamentos para uma melhor gestão é a AEISCSP.

As AEs englobam ainda actividades referentes aos Corpos Dirigentes. A tomada de posse dos Corpos eleitos democraticamente e a RGA, são exemplos de actividades próprias da dinâmica política de qualquer AE. Esta preocupação consta de forma directa no PA da AEESEB.

Todo o aluno tem oportunidade e dever de participar na RGA. Esta é o espaço político com maior legitimidade colectiva, pois possibilita a todos os alunos a exposição das suas necessidades, a expressão das suas reivindicações, a apresentação das suas propostas. Assim, na organização estudantil de cada IES, este é o espaço com maior dimensão política, poder de debate e construção colectiva; é nele que se concentra o objectivo de qualquer AE e segundo a ESEB é o local de “discussão e aprovação de medidas que defendam os direitos e interesses dos alunos”.

Da análise dos PAs interessa sublinhar as actividades que acarretam consigo uma forte dimensão política. São elas que caracterizam a dinâmica da organização estudantil, que podem fazer a diferença entre um movimento apático e um movimento de transformação, de reivindicação e de activismo numa construção colectiva. As relações de proximidade, dialógicas e pedagógicas são o caminho a seguir para o movimento estudantil dinâmico e dialéctico, afastado da alienação.

Neste contexto, destacam-se as AEs que assumem como preocupação o estabelecimento de relações mais próximas com os alunos, com os núcleos existentes, com os órgãos dirigentes das IES, com entidades representantes dos estudantes, ou outras onde estes estejam inseridos ou ainda, das quais dependam institucionalmente.

Na AEISCSP estas actividades assumem elevada importância, demonstrando preocupação e aposta na promoção de uma relação mais próxima com os conselhos e núcleos. Desenvolve debates periódicos, “de modo a criar sinergias entre os núcleos ou

uma melhor coordenação global das suas actividades”. Afirmar ainda que procura conhecer a realidade dos núcleos, para “poder apoiá-los o melhor possível nas suas actividades”.

Nesta forma de actuação denota-se que, por parte dos dirigentes da AE, reconhece-se a importância de chegar a todos os alunos, a fim perceber as necessidades sentidas por eles. Para este efeito, esta AE procura “promover uma relação mais próxima entre os núcleos e os delegados de turma, como uma forma de aproximação dos alunos de cada curso ao respectivo núcleo e de conferir um apoio mais directo aos mesmos”. Periodicamente esta AE aplica “um inquérito, sobre as actividades desenvolvidas e a desenvolver”, procurando criar estratégias de melhoramento contínuo, tais como caixas de críticas e sugestões.

Estas actividades demonstram interesse em ouvir os alunos, proporcionando reflexão e questionamento das suas práticas, da sua intervenção e do seu trabalho. Ou seja, a avaliação é um processo contínuo que contribui para a construção colectiva. Conforme se pode verificar, a dimensão política desta AE é acentuada.

A AESEB também reforça a sua dimensão política e organizativa. Propõe-se a defender os interesses dos alunos junto dos órgãos de gestão da IES, do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, assim como participar nas reuniões da Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico, do ENDA e na Federação Nacional de Associações Juvenis. Pelo exposto, constata-se que esta AE tem consciência do seu poder reivindicativo nos adequados espaços políticos em que os estudantes estão inseridos.

No questionário, a AAUMA acrescentou práticas que acentuam a dimensão política: de reivindicação/manifestação, de debate e reflexão acerca da formação e/ou profissão. Tais práticas denotam conhecimento da conjuntura política, económica e social. Materializa-se nos propósitos de “estimular nos alunos o interesse pela actualidade regional e nacional”, de “promover a produção de trabalhos escritos”, pretendendo a sensibilização, esclarecimento e debate. Preocupa-se em informar para melhor lutar pelos direitos e sua efectivação.

Falar em dimensão política leva-nos à abordagem pertinente dos aspectos e motivos que conduzem os estudantes a participar nas actividades propostas pela sua AE⁸⁰.

⁸⁰ Informação de apoio a este ponto encontra-se em APÊNDICE na Tabela *Actividades das Associações de Estudantes e Participação dos Estudantes*.

A base de uma AE é o interesse colectivo e associativo, a defesa e concretização dos direitos dos estudantes. Para que haja uma construção colectiva, tem que haver, necessariamente, o interesse colectivo capaz de lutar pela transformação social. Os estudantes, só conseguirão atingir os seus objectivos se lutarem em conjunto por um ideal hegemónico.

Perante as respostas ao questionário e a análise dos PAs verifica-se que, de facto, a participação dos estudantes existe por interesses colectivos, tais como a qualidade de formação, universalidade de direitos, luta por um futuro profissional, acesso a lazer, divertimento, desporto e cultura. Contudo, as AEs estão fortemente voltadas para o interior das suas IES.

A preocupação por parte dos estudantes com o colectivo e com a realidade social envolvente, verifica-se na sua inserção extra-académica em diversos grupos de cariz cultural, político-partidário, social, desportivo e ambiental.

Ainda que prevaleçam interesses colectivos, é natural que a participação e envolvimento dos estudantes nas dinâmicas da AE, tenha na sua essência interesses individuais.

No questionário foram lançadas várias possibilidades de resposta relativas a interesses pessoais à participação dos estudantes nas actividades propostas ou promovidas pela AE: auto-construção pessoal; construção e acúmulo de conhecimento; diversão e hobby; aumento de currículo; alcance de status e poder e, por fim, estabelecimento e fortalecimento de relações interpessoais.

Perante as respostas obtidas, verifica-se que os alunos participam nas actividades da AE, em primeiro lugar, para construção e acúmulo de conhecimento; seguidamente, encontra-se a questão da procura de diversão e hobby. O estabelecimento e fortalecimento de relações também se encontram elegido, como uma das principais razões de participação. Segundo as respostas, a auto-construção pessoal e o aumento de currículo assume menos relevância. O alcance de status e de poder parece não ser um motivo que leve os estudantes a participar nas actividades.

Os estudantes participam com maior frequência em actividades de formação, de debate e reflexão acerca da formação e/ou exercício profissional e de cariz social (Acção Social). Na mesma medida, encontra-se a participação em actividades de carácter festivo. Predomina, assim, por parte dos estudantes, a preocupação com construção e acúmulo de conhecimento, e a busca pela diversão.

Com o intuito de uma auto-avaliação foi proposto às AEs que definissem o nível de participação dos seus estudantes.

As AEs que qualificaram como “forte” o nível de participação dos estudantes são as que demonstram ter uma dimensão política acentuada e onde os alunos assumem posturas mais politizadas. São elas a AEESEB e a AAUMA. A primeira destaca-se pela ampla actividade cultural e pela preocupação com a representatividade dos estudantes em todos os órgãos e entidades em que estejam inseridos; a segunda prima pelo discurso e acções politizadas, sendo a única que aborda directamente as questões da conjuntura actual, das transformações ocorridas no ensino superior e na sociedade.

Embora a AEISCSP não tenha respondido a este item, de referir que também demonstra uma forte dimensão política, que o seu PA é abrangente, demonstrando preocupação com a construção colectiva.

A AEESECS considera o nível de participação dos estudantes médio. Contudo, no seu PA consta que um dos seus objectivos é “incutir na comunidade escolar o hábito de poder contar com a associação de estudantes”.

Devido ao “desinteresse dos estudantes pelas actividades desenvolvidas e pelo associativismo”, a AEESECB afirma que o nível de participação dos estudantes é fraco. Contudo, o seu PA elege como objectivo “promover uma relação de proximidade com toda a comunidade escolar, aliando os nossos projectos e o nosso trabalho aos objectivos de todos, estimulando e desenvolvendo o espírito crítico e interventivo, promovendo uma maior participação dos próprios estudantes na condução da sua vida académica”. Acrescenta-se que os estudantes se encontram inseridos em associações culturais (Tunas; Rancho Folclórico), associações juvenis de desporto e também nos escuteiros.

Relativamente à necessidade de abertura ao exterior, todas as AEs assumem esta preocupação sendo que algumas lhe conferem especial destaque, mas esta abertura atende maioritariamente a objectivos lúdicos e promocionais da própria entidade.

Nos seus objectivos, a AEISCSP aponta a promoção da IES exteriormente. A AEESECS desenvolve as suas actividades de acção social em parceria com o poder autárquico local.

Na AEESEB, uma das formas encontradas para o efeito foi a representatividade na “OviBeja”⁸¹, que permite a troca de experiências e informação entre as entidades presentes. Além disso, verifica-se uma ampla actividade cultural ligada à cidade.

Esta necessidade de abertura ao exterior e de representatividade conduz à questão do reforço da identidade. Os estudantes que se sentem parte integrante e activa da Comunidade Académica, encontram mais motivações para a participação estudantil.

Na AAUMA, o desenvolvimento das actividades persegue o objectivo de se materializar no “orgulho dos estudantes em ser parte integrante do quotidiano e dos destinos da Uma, sentimento que será, com certeza, comum a todos os membros da Comunidade Académica”⁸².

É na linha de Acção “A universidade” da AAUMA que a organização estudantil apresenta algumas similaridades com a organização do MESS no Brasil.

A AA assume que a sua intervenção é uma ferramenta importante e estratégica na defesa dos interesses de todos os estudantes, principalmente “em tempos de profundas mudanças”. Acompanhando a transformação do Ensino Superior, a AA “luta pela permanente e sistemática qualidade do ensino na UMA”.

Os seus projectos visam “fomentar e manter uma colaboração entre a Académica e os grupos a que está, directa ou indirectamente ligada, abrindo a UMA e a sua AA ao exterior”.

Pelo analisado, verifica-se que as AEs, embora façam denotar uma dimensão política e interventiva nas suas actividades, são as de lazer e festivas que ganham maior destaque nos planos de trabalho e que, possivelmente, apresentam maior adesão por parte dos estudantes. Acrescente-se o facto destas serem as mais dispendiosas e com menos impacto na transformação social.

2.3. Os Núcleos de Serviço Social nas AEs

Num universo de 21 IES em apenas quatro AEs existe um núcleo ou grupo específico de NSS. Duas encontram-se no Ensino Universitário Público (AEISCSP e na AAUTAD) e as restantes no Ensino Privado (AAUL e a AEISSSP). Não existem

⁸¹ “OviBeja” é uma feira em que a AE participa com o “Bar da AEESEB”.

⁸² Linha de acção “A Minha Universidade” do PA da AAUMA.

grupos ou núcleos específicos de Serviço Social (NSS) nas AEs do Ensino Politécnico, quer público, quer privado.

No Ensino Universitário Público, os núcleos são recentes devido ao facto da entrada do Serviço Social no ensino público datar do início do séc. XXI.

No que diz respeito às AEs do Ensino Privado: AAUL e a AEISSSP, estas estão associadas respectivamente ao ISSSL, que em 2006 é integrado na Universidade Lusíada e ao ISSSP que, até 2008, ministrava exclusivamente o curso de Serviço Social. Correspondem, assim, às escolas fundadoras desta formação.

Relativamente às cinco AEs que responderam ao questionário (das 21 AE's solicitadas), constata-se que apenas na AEISCSP existe um NSS⁸³. Este surgiu no sentido de “apoiar os alunos de PS/SS na sua integração na vida académica e unir os estudantes de PS/SS para acções de solidariedade”; inseridas nas rubricas de Acção Social e Formação do respectivo plano de actividades da AE⁸⁴.

Perante os objectivos e as actividades propostas inseridas no âmbito destas duas rubricas, denota-se dinamismo nos estudantes, preocupados e empenhados em dar uma resposta aos desafios colocados, quer ao nível das questões relacionadas com a formação, quer ao nível da Acção Social. Todavia, esta dimensão política assume um carácter conservador, à semelhança das actividades relatadas no ponto anterior.

A AEESECS justifica a inexistência de um NSS afirmando que, aquando das eleições, não foram apresentadas listas por alunos de Serviço Social, contudo reconhece a importância da sua existência, tendo demonstrado preocupação em organizar uma lista para o efeito.

Quanto ao número reduzido de NSS podem-se avançar algumas considerações. A primeira poderá estar ligada à falta de motivação dos estudantes para a participação activa nas dinâmicas das AE, alheando-se dos desafios que se colocam à formação e à profissão na actual conjuntura. Por outro lado, os alunos de Serviço Social poderão estar inseridos como qualquer outro estudante nas actividades gerais promovidas pela AE, não considerando necessária a criação de um núcleo específico. Outra explicação poderá residir na dificuldade das AEs em promoverem a sua função de mobilização de estudantes, quer pela apatia e indiferença dos estudantes, quer pelas dificuldades de efectivar os seus propósitos.

⁸³ Este núcleo era de Política Social (PS), mas com a mudança do nome do curso para SS passou a chamar-se Núcleo de Serviço Social (NSS).

⁸⁴ Como por exemplo, a promoção da *Feira do Voluntariado*.

Na AEISMT (do antigo ISSSC) e até 2007, para além do NSS foi constituído também o Grupo de Intervenção e Voluntariado Social (GIVS), inicialmente direccionado exclusivamente para os alunos de SS e, numa fase posterior integrava alunos de todos os cursos que pretendiam participar nas actividades desenvolvidas, conforme foi analisado no ponto desta investigação relativo à AEISMT.

Os NSS não adoptam, portanto, uma postura activa de acordo com a dimensão política dos princípios que regem a sua formação e futuro exercício profissional, nem apostam na defesa da qualidade da sua formação, demonstrando um aparente alheamento do potencial da sua acção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização dos estudantes de Serviço Social em Portugal após 1974 foi além da participação pontual nas lutas travadas pela categoria profissional, sendo marcada pelo estabelecimento de alianças e defesa de direitos transversais a todos os estudantes. Presentemente, verifica-se que o MESS deixou de existir, os estudantes não se mobilizam, permanecendo num estado de apatia.

Por ser a primeira aproximação ao tema, a dissertação não consegue dar conta de todos os aspectos do MESS. Por este motivo, o tema merece um aprofundamento em futuros trabalhos de investigação, quer ao nível do processo histórico de mobilização dos estudantes, quer no contexto actual.

A metodologia da *História Oral*, baseada nos testemunhos de sujeitos políticos activos vinculados de forma directa ao MESS e à organização da categoria profissional, constituiu-se como um enriquecimento ao trabalho de Investigação, possibilitando um resgate da trajectória histórica do MESS em Portugal e uma análise da organização representativa dos estudantes no Brasil. No entanto, sendo a memória susceptível à falha ou deturpação, tornou-se necessária a articulação com fontes documentais (nem sempre possível pela falta de registos) assim como a confrontação com factos históricos. Para posterior aprofundamento das relações estabelecidas entre os estudantes do ISSSC e a AAC no período de 1974 a 1983 será pertinente a consulta dos respectivos arquivos. A concretização da presente dissertação foi dificultada por vários condicionalismos. O primeiro entrave prendeu-se com a falta de participação das AEs quando solicitada a sua colaboração e apresentados os objectivos da investigação. A maioria dos elementos das AEs contactados não respondeu aos questionários, sendo que algumas não mostraram qualquer interesse ou preocupação em colaborar. O acesso aos arquivos consistiu na segunda dificuldade. Por parte da EAISMT, os arquivos com possibilidade de acesso foram destruídos por ser ignorada a sua importância. Por último, a inexistência de documentos escritos referentes à realização dos ENESS impossibilitou o desenvolvimento e análise dos objectivos de MESS nos anos 90 e inícios da última década.

O MESS em Portugal e no Brasil, embora tenham alguns pontos em comum na sua trajectória histórica de lutas, decorreram em contextos sociais, políticos, económicos e

culturais diferentes. Embora o MESS brasileiro se encontre num período de crise, a sua organização deve ser encarada como uma referência para os estudantes de Serviço Social portugueses. Por meio dele, os actuais estudantes portugueses poderão perceber o seu potencial transformador, o seu poder político no enfrentamento dos desafios colocados à formação e a sua importância nas lutas da categoria profissional. O seguimento do seu exemplo pode contribuir para um despertar do MESS em Portugal, para a materialização de uma luta colectiva dos estudantes em estruturas representativas e para a defesa do Projecto Profissional Ético-Político.

Embora a centralidade da luta do MESS seja a formação, o MESS no Brasil caracteriza-se pela forte mobilização e organização política na reivindicação e defesa dos direitos sociais e direitos humanos, pela inserção nos movimentos sociais e pela solidariedade com a classe trabalhadora.

Os estudantes de Serviço Social brasileiros construíram uma organização colectiva forte. Apesar dos seus momentos cíclicos de crise, através das suas estruturas representativas com elevada dimensão política, enfrentaram (e continuam a enfrentar) activamente os desafios colocados à formação, ao exercício profissional e à sociedade. A sua importância política foi sempre reconhecida como vital pela categoria profissional, pois é do estudante em formação que depende o seu futuro.

A organização estudantil dos alunos de Serviço Social em Portugal inicia-se com o pós 25 de Abril de 1974 e com a consequente democratização do ensino. Até então, apenas existiam algumas acções individuais por parte de alunos mais politizados. As escolas não apresentavam uma gestão democrática. É com o 25 de Abril que se verifica uma abertura dos alunos ao movimento estudantil: é o despontar do MESS. Os alunos passam a participar activamente no processo de transformação da sociedade, nas lutas da categoria profissional e na gestão democrática das suas instituições de ensino através do princípio da representatividade.

O MESS existiu durante as décadas de 70, 80 e 90 e princípios de 2000. As suas mobilizações demonstraram a força e o vigor da sua organização.

Na década de 70, após Abril de 1974, devido à sua condição de estudantes do ensino superior privado, a organização dos alunos do ISSSC caracteriza-se pela inserção na AAC (maior associação de estudantes europeia na época) como estratégia de luta pela igualdade de direitos relativamente aos colegas do sistema universitário público. Os alunos do ISSSL e do ISSSP constituem as suas próprias AEs; a adopção de estratégias e trajectórias diferentes encontra-se relacionada com as particularidades de cada Escola.

Nesta altura, aliados à categoria profissional, os estudantes lutavam pela integração da formação no ensino superior oficial.

A década de 80 representa o período de maior organização e mobilização colectiva dos estudantes. No processo de luta pela obtenção do grau académico de licenciatura, pela primeira vez, todos os alunos se aliaram à categoria profissional, desenvolvendo uma forte mobilização com impacto nacional. A categoria profissional reconheceu a importância da participação dos estudantes para a materialização da luta. O contributo dos estudantes para esta conquista foi essencial. Através deste processo, os estudantes demonstraram o dinamismo comprometido da sua mobilização e o poder da sua união.

Enquanto a partir dos anos 80 o movimento estudantil entra em declínio e apresenta um refluxo da sua mobilização, os estudantes de Serviço Social, num movimento de contrarota, demonstram o seu período de maior vigor da sua organização, o seu expoente máximo.

Nos anos 90 e princípios de 2000, os estudantes organizaram-se como estrutura, promovendo Encontros Nacionais de debate e reflexão acerca das questões relativas à formação e aos desafios colocados na altura: pretendia-se que fosse efectuada a inserção da formação no sistema universitário público (luta que tinha sido anteriormente abandonada pela categoria).

Alem disso, os estudantes do ISSSC tiveram um papel significativo na articulação entre todos os estudantes do país, principalmente com os do ensino particular e cooperativo. No princípio dos anos 90, foi a AEISSSC que fomentou a criação da Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Privado e Cooperativo.

Os estudantes do ISSSC romperam com o isolamento promovido pela Comissão Administrativa face à luta da categoria profissional pela licenciatura, acabando por se aliar, se inserir e participar nela com destaque ao nível nacional. A sua organização e mobilização ascendente contribuiu para o sucesso das lutas da categoria e para o movimento estudantil global.

As transformações do ensino superior decorridas recentemente, conduziram “ao aumento dos ingressos nas universidades mas criou um novo problema nas saídas profissionais, conduzindo a um ambiente de maior competição e esforço para obter bons resultados que, inversamente, reduziu o tempo para vivenciar a vida universitária”. (Silva, 2009, p.10)

A implementação do Processo de Bolonha, a inserção da formação em Serviço Social no ensino superior público, o aumento das IES em que se passa a ministrar o curso,

assim como o aumento dos cursos dentro das mesmas, em vez de potenciar o MESS, veio torná-lo apático, à semelhança do que acontecia antes de 1974.

Depois de 2004 (data do último ENESS), a organização estudantil decaiu, tornando-se imperceptível. As AEs viraram-se para o interior da sua instituição desenvolvendo as suas actividades maioritariamente direccionadas para o lazer. As suas actividades de carácter solidário assumem características conservadoras e assistencialistas.

Além disto, a participação dos estudantes nas dinâmicas das suas organizações passou a ser um meio para atingir objectivos pessoais, curriculares e políticos. Os princípios individuais acabam por se sobrepor aos colectivos. Estes últimos resumem-se à defesa dos interesses dos alunos dentro das suas instituições sem qualquer participação ou integração na categoria profissional. As AEs não têm a dimensão política de outrora.

Se as AEs se apresentam abrangentes nas actividades que desenvolvem, é pertinente reflectir no motivo pelo qual as AEs não se destacam na defesa da qualidade da formação e na participação política e interventiva. Além disto, urge-se questionar a fraca participação dos estudantes, particularmente de Serviço Social, nas suas entidades representativas.

Neste aspecto o MESS vai ao encontro do que acontece no movimento estudantil em que Silva (2009, p.10) afirma “esta [recente] realidade [de transformações no ensino superior] reconfigurou a forma de integração no ambiente universitário e a universidade passou a ser vista pelos próprios estudantes como instrumentalizada e enquanto espaço de conquista de projectos pessoais, profissionais e políticos”.

Se por um lado, a inserção no ensino público teve implicações positivas no que respeita à efectivação do acesso a direitos e à formação a um maior número de alunos, por outro lado, contrariando a possibilidade de se tornar um factor de reanimação da organização estudantil, veio acabar com a mobilização dos estudantes de Serviço Social que agora apenas participam nas suas AEs, de forma isolada.

O aumento dos cursos nas IES onde é ministrada a formação em Serviço Social e a consequente abertura das AEs aos alunos de todos os cursos veio ampliar obrigatoriamente o leque de actividades de forma a todos se sentissem inseridos. Este facto levou ao investimento em actividades de carácter recreativo e interno, sendo a dimensão política relegada para segundo plano. Estas transformações vieram diluir a força dos estudantes de Serviço Social, assim como a desfalecer (e até findar) a relação que existia nas décadas anteriores entre os alunos das várias escolas.

A actual conjuntura política, social, económica e cultural e as decorrentes mudanças da formação, para além de terem vindo alterar significativamente o perfil dos estudantes, acentuaram a sua situação de fragilidade.

Ao mercado de trabalho, cada vez mais neo-liberal e precário, é vantajosa a formação de profissionais menos pensantes, que apliquem as políticas sociais assistencialistas sem questionamento. Assiste-se a um retrocesso dos ideais defendidos, à retirada dos direitos democraticamente conquistados. Perante este cenário, a dimensão colectiva acaba por ser asfixiada e desconsiderada pelos próprios estudantes. As suas referências históricas são desvalorizadas e predomina o excesso de preocupação com o futuro.

Actualmente, O MESS poderia ser um espaço político de resistência, de defesa pela qualidade da formação e pelos direitos sociais. O número de alunos de Serviço Social aumentou consideravelmente, os desafios da precarização da formação e do mercado de trabalho são cada vez mais colocados aos estudantes e à categoria profissional, a sociedade necessita de profissionais que defendam os seus direitos. Porém, mesmo com estes reptos, os estudantes continuam apáticos. Perante estas transformações, os alunos não reagiram, apenas se adaptaram.

Desta forma, não faz sentido falar em MESS em Portugal na actualidade: os alunos de Serviço Social não se mobilizam, não há uma organização entre eles nem uma entidade colectiva que os represente, ao contrário do que acontece no Brasil onde os estudantes enfrentam activamente os desafios que lhes são colocados.

De qualquer forma, não se pretende a culpabilização dos estudantes. A sua ausência de mobilização, conforme o analisado, tem na sua base factores conjunturais.

Além disso, também ao contrário do Brasil, as relações dos estudantes com as entidades da categoria são inexistentes (salvo alguns casos isolados e pontuais). Os estudantes, futuros profissionais, não são vistos como parte integrante e essencial da categoria profissional, não lhes reconhecida importância nas lutas. O seu contributo activo nas lutas e conquistas do passado caiu no esquecimento.

Os estudantes de hoje são os profissionais de amanhã. Como tal, estudantes apáticos e indiferentes de hoje representarão a categoria profissional no futuro. Desta forma, inevitavelmente, será mais difícil á categoria profissional responder activamente aos desafios.

No entanto, este ciclo poderá ser quebrado quando a categoria profissional voltar a reconhecer a importância da participação dos estudantes e a potenciá-la. Tomando como exemplo o Brasil, só com uma estreita e forte relação entre os estudantes e a as restantes

entidades da categoria se poderá fazer face aos desafios colocados pela actual conjuntura.

O revigoração do MESS passa também pela reformulação da formação, visto esta consistir no primeiro espaço de mobilização. Será necessária a inserção de disciplinas de dimensão política, de debate e reflexão, em que os docentes estimulem os estudantes a estas práticas.

Além disto, é ainda necessário que as AEs apostem no seu carácter político e que valorizem o colectivo, que fortaleçam as relações com a sociedade, com outras associações e com os profissionais. É essencial que as AEs se abram ao exterior tendo como objectivo de luta a transformação social e da formação numa conjuntura adversa aos direitos e ao colectivo.

Mediante o quadro apresentado, mais que necessário, torna-se vital o reanimar do MESS. É primordial que os estudantes reconheçam o seu poder reivindicativo e mobilizador, que se tornem mais politizados e críticos perante a realidade que os rodeia. Só assim se poderão destacar como agentes activos de transformação.

É essencial que os estudantes de Serviço Social se consciencializem da relevância do seu percurso histórico onde assumiram uma posição de sujeitos políticos, activistas da construção da identidade e afirmação do Serviço Social, de modo a resgatar e revitalizar a legitimidade e o impacto de outrora.

BIBLIOGRAFIA

Abramides, M. B. (2007). Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, 91, 34-48.

Baptista, M. V. (2006). *A investigação em Serviço Social*. São Paulo: Veras Editora.

Barroco, M. L. (2004). A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, 79, 27-42.

Bava, S., & Santos, G. (2006). Movimentos Sociales, Ong Y Partidos Políticod en América Latina: Una Mirada Sobre Sus Relaciones. *ALOP*, (edição não especificada), 19-38.

Bonetti, D., Silva, M., Sales, M., & Gonelli, V. (2008). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez Editora.

Braz, M., & Matos, M. *30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social*. Texto de apoio cedido em orientação, em 27 de Março de 2010.

Cavalcante, M. L. (2009). *Movimento Estudantil e Serviço Social no Capitalismo*

Contemporâneo: tendências e particularidades. Tese de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Couto, B. (2002). *Passado, Presente e Futuro: Os Primeiros Passos para a Ordem dos Assistentes Sociais*. Serviço Social – Unidade na Diversidade – Encontro com a Identidade Profissional, Aveiro.

ENESSO. (2004). *Estatuto da ENESSO*. Acedido em Maio, 2010, em <http://www.enesso.xpg.com.br/enesso/estatuto.htm>

Estanque, E. (2005). Movimentos Sociais, média e cidadania. *Jornal Campeão das Províncias*. Publicação do dia 25 de Maio.

Estanque, E., & Bebian, R. (2007). *Do Activismo à Indiferença – Movimentos estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Fernandes, E. (2005). *A Singularidade do ISSSL - Primeira Escola de Assistentes Sociais em Portugal*. Acedido em 7, Junho, 2011, em <http://www.cpihts.com/Nova%20pasta/SingISSS.pdf>

Ferreira, A. (2004). *O Discurso da Resistência ou a Resistência do Discurso - Os assistentes sociais no movimento de oposição ao Estado Novo (1969-1973)*. CPIHTS.

Frederico, C. (1994). *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez Editora.

Freire, S. M. (2008). *Movimento Estudantil no Brasil: Lutas Passadas, Desafios Presentes*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Gohn, M. G. (2000). *Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, debatida no seminário do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS), na PUC-SP em 23 de Setembro de 2008, sob a coordenação da Prof^a Doutora Maria Lúcia Carvalho da Silva.

Iamamoto, M. V. (2007). *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora.

Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (2007). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (21^a ed.). São Paulo: Cortez Editora.

Iasi, M. L. (2007). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.

Khoury, Y. A. (data desconhecida). *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. Texto de Apoio do Núcleo de Identidade e História Oral, PUC-SP, cedido em Novembro de 2008.

Martinelli, M. L. (1999). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora.

Martinelli, M. L. (2006). *Pesquisa Qualitativa: elementos conceituais e teórico-metodológicos*. Texto de Apoio do Núcleo de Identidade e História Oral, PUC-SP, cedido em Maio de 2008.

Martinelli, M. L. (2008). *A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise – Texto de apoio*. São Paulo.

Martins, A. (1997). *As Mulheres e as suas Organizações na Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Serviço Social no Feminino, Lisboa, CPIHTS, pág. 15 a 26.

Martins, A. (2007). *70 anos de Formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia*. Comunicação no Colóquio 2007, Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga.

Martins, A. (2007). *Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura*. CPIHTS.

Martins, A. (2010). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português* (2ª ed.). Lisboa: Encadernação Progresso.

Martins, A. (2010, Fevereiro). *Seminário: Produção do Conhecimento para a intervenção profissional – contributos do Mestrado em Serviço Social*.

Martins, A., & Tomé, M. R. (2008). *O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal - problemas e desafios à organização profissional*. 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, IFSW e CFESS, Brasil, Salvador – Bahia.

Martins, J. S. (2008). *A sociabilidade do homem simples* (2ª ed.). São Paulo: Editora Contexto.

Negreiros, M. A. (1998). Qualificação académica e profissionalização do Serviço Social – o caso português. *Serviço Social e Sociedade*, 56, 152-174.

Negreiros, M. A. (1999). *Serviço Social Uma Profissão em Movimento – A Dinâmica Académico-Profissional no Portugal pós-74*. Tese de Doutoramento, PUC-SP, São Paulo.

Negreiros, M. A., Martins, A., Henríquez, B. A., & McDonough, J.F. (1999). *Serviço Social – Profissão & Identidade – Que trajetória?*. São Paulo: Veras Editora.

Netto, J. P. (1996). Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 50, 87-132.

Netto, J. P. (1999). *Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social*, debatida na disciplina “Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social I”, na PUC-SP, em 17 de Junho de 2008, ministrada por M. Carmelita Yazbek.

Netto, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e serviço social* (3ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.

Netto, J. P. (2004). *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (7ªed.). São Paulo: Cortez.

Nogueira, M. A. (2008). *Potência, limites e seduições do poder*. São Paulo: Editora Unesp.

Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista. (1997). *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista. (1997). *Ontologia Social, Formação Profissional e Política*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Palmeira, V. (2008). 1968: O Protagonismo do Movimento Estudantil no Brasil. *Revista em Pauta*, 21, 101-115.

Paula, L., & Duriguetto, M. (2006). Um Convite à Rebeldia: Movimento Estudantil de Serviço Social no Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck – Faculdade de Serviço Social/UFJF. *Libertas Online*, v.6 e 7, n.1 e 2, 149-174.

Pequeno, A. (1990). *História dos Encontros Nacioanis de Estudantes de Serviço Social (1978-1988)*. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRJ, Rio de Janeiro.

Portelli, A. (1997). Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Revista Projeto História*, 14, 7-24.

Portelli, A. (1997). Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, 15, 13-50.

Portelli, A. (2001). A História Oral como gênero. *Revista Projeto História*, 22, 9-36.

Ramos, S. (2005). *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco.

Santos, T. (2007). *A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação Profissional*. Trabalho de Conclusão de Curso não publicado, PUC-SP, São Paulo.

Silva, I. A. (2009). *Movimento Estudantil e Resistência Cultural em Coimbra na Década de 1980*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Wanderley, L. (1992). Os Sujeitos Sociais em questão. *Serviço Social e Sociedade*, 40, 141-156.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Relatório 1º Semestre PUC-SP/ISMT (2008)

APÊNDICE B - Relatório 2º Semestre PUC-SP/ISMT (2008)

APÊNDICE C – Guião de recolha dos depoimentos

APÊNDICE D – Questionário às AEs

APÊNDICE E – Quadro: Associações de Estudantes e Núcleos de Serviço Social em Portugal em 2009/2010

APÊNDICE F – Quadro: Participação dos Estudantes de Serviço Social em Órgãos Dirigentes das Associações de Estudantes

APÊNDICE G – Quadro: Actividades das Associações de Estudantes e participação dos estudantes

APÊNDICE A – Relatório 1º Semestre PUC-SP/ISMT (2008)

O presente relatório vem apresentar, sucintamente, as actividades desenvolvidas no mestrado, no período de permanência na PUC, no âmbito do protocolo estabelecido entre o ISMT e a mesma.

No primeiro semestre foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Participação em Disciplinas

1. Tendências Teóricas Metodológicas do Serviço Social I

Prof. Maria Carmelita Yazbek

A disciplina teve como eixo programático a “análise do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, em seu movimento histórico e teórico na sociedade brasileira contemporânea”. Foi a bordada a concepção de profissão orientadora do curso, a questão social e suas novas configurações como âmbito privilegiado do exercício profissional, as novas demandas para a profissão, a relação com a política social e seu novo perfil na sociedade brasileira, a relação com a Assistência Social, com a filantropia e com o Terceiro Sector e, finalmente, a construção do Projecto Ético-Político da profissão nos anos 90.

Realizei o seminário do texto de Vicente Paula Faleiros, cujo título é *Serviço Social: questões presentes para o futuro*, no dia 18 de Março.

Como trabalho final, elaborei “Projecto profissional ético-político do Serviço Social em Portugal: amigo invisível, sombra ou companhia e espelho? Reflexões”.

Nota final: 10 valores

- Participação em Actividade Programada – ATP

1. Cidade e Práticas Urbanas: desafios da crítica social

Prof. Vera da Silva Telles

Sabendo que as cidades têm sofrido transformações nas últimas décadas, o curso teve como propósito a construção de parâmetros críticos e descritivos. Assim, o curso colocou “em foco a cidade vista sob o ângulo de novas formas de mobilidade urbana, bem como suas mediações e mediadores, conexões e conectores sociais que tecem as tramas urbanas a serem bem compreendidas”.

- Participação como ouvinte

1. Disciplina **Método em Marx**

Prof. Lúcia Barroco

2. Disciplina **Política Social**

Prof. Evaldo Vieira

- Participação em Núcleos

1. **NEP: Trabalho e Profissão: Transformações do trabalho. Redefinições da política social e exercício profissional do Assistente Social.**

Profs: Raquel Raichelis (coordenadora) e Maria Carmelita Yasbek (colaboradora)

Este núcleo adoptou como ementa “o exercício profissional do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais – processos e relações de trabalho. Transformações contemporâneas do mundo do trabalho e suas implicações na materialidade e subjectividade do *ser social que vive do trabalho*. Impactos e particularidades destas transformações no trabalho do assistente social”.

2. **NEPI: Identidade e História Oral**

Prof: Maria Lúcia Martinelli

A participação no núcleo permitiu o primeiro contacto teórico com a História Oral e consequente aprofundamento dos conhecimentos acerca da sua metodologia. Tornou-se, desta forma, um contributo essencial para a realização da pesquisa.

Foram convidados pesquisadores que partilharam as suas experiências com a metodologia em/da História Oral no desenvolvimento das suas pesquisas.

As leituras realizadas proporcionaram uma apropriação de elementos conceptuais e teórico-metodológicos essenciais para a fundamentação da minha pesquisa. Trouxeram à reflexão o significado ontológico da pesquisa, a centralidade do sujeito e sua subjectividade, a importância do sujeito histórico, da riqueza das suas experiências e dos significados que lhes atribui.

Eduard Thompson tornou-se uma referência teórica para a minha pesquisa. Ao falar-se em organização da categoria dos assistentes sociais é impossível a dissociação entre a história e os sujeitos que a construíram; a relação entre as principais categorias de Thompson (cultura, consciência e experiência) vão permitir o conhecimento do sujeito histórico e o significado social da sua experiência.

Realização conjunta do seminário do texto “A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social” de Jussara Ayres Bourguignon, no dia 22 de Fevereiro.

Avaliação pessoal da frequência académica

O meu primeiro contacto académico com a pós graduação em Serviço Social da PUC-SP teve como objectivo a inserção na dinâmica institucional e de formação. Este exigiu um grande esforço de adaptação territorial, cultural e social, mas, principalmente, ao nível das relações e do acúmulo de conhecimento.

No início tinha a sensação de défice teórico. No entanto, ao logo do tempo fui desenvolvendo capacidades e maior consciência crítica, construindo e acumulando conhecimento. Este estímulo foi proporcionado pelas professoras e colegas, pela vontade pessoal de aprender, reformular ideias e concepções da realidade e da profissão e, principalmente, me tornar uma pesquisadora de qualidade.

As disciplinas e núcleos também me proporcionaram uma aproximação à dimensão política da profissão, ao sujeito histórico e político e à ideologia marxista, de aproximação a autores clássicos e das suas teorias, de diferentes formas de conceber e abordar da realidade. Foram de suma importância para reflectir sobre as especificidades do Serviço Social português e da sua/minha categoria profissional.

Este período foi, assim, a possibilidade de amadurecimento pessoal, profissional, teórico-metodológico e político. Foi reflexivo, intenso de questionamentos, na procura de respostas e de superação de limites pessoais e académicos e enfrentamento de desafios.

- Reunião de Orientação

Durante o primeiro semestre, foi feita apenas uma reunião de orientação com a prof. Maria Lúcia Martinelli.

Vários motivos estão implícitos neste ponto. Em primeiro lugar, por ter sido um período de adaptação; em segundo por achar que para progredir no trabalho de pesquisa necessitava de ampliar o meu conhecimento teórico (só conseguido através da dedicação às disciplinas a que me propus). Infelizmente, o último motivo, por questões de saúde fiquei presencialmente afastada da academia por um mês (não incluindo o período de recuperação).

Nesta reunião, senti um forte apoio pessoal e académico; senti a solidariedade perante a situação vivida e o encorajamento na continuação do percurso. Obtive as primeiras recomendações bibliográficas que me incentivaram e mostraram que *a única*

luta que se perde é aquela que se abandona e que nenhum caminho é percorrido na solidão.

Em termos metodológicos, foi debatida a necessidade de delimitação do objecto de estudo.

- Participação em Eventos

1. ***Encontro de Pesquisa em Serviço Social*** realizado pelos Núcleos de Serviço Social da PUC-SP, nos dias 3 e 4 de Março de 2008.

Neste encontro foi o primeiro contacto com a *Pesquisa* no Brasil e a apresentação dos núcleos existentes na pós graduação da PUC, da sua história, das suas actividades desenvolvidas e propostas de futuros trabalhos.

2. ***Encontro Preparatório do II Seminário Nacional de Pós Graduação – ABEPSS/ Região Sul***, realizado na PUC-SP, no dia 5 de Março.

O primeiro contacto com a organização da categoria dos assistentes sociais e seus representantes decorreu neste evento; para além do estabelecimento de relações, foi essencial para me colocar a par dos desafios colocados à categoria profissional, principalmente ao nível da formação. Do mesmo modo, foi um espaço de observação da dinâmica do colectivo, da sua forma de debate maturo e resistência ao processo de precarização da formação e da prática profissional.

3. ***Oficina Regional da ABEPSS - Região Sul II***, realizada na FMU no dia 25 de Abril.

Participaram nesta oficina os representantes de universidades de S. Paulo, os representantes do CFESS/CRESS e ENESSO.

O objectivo centrou-se no debate da precarização da formação, cuja maior ameaça actual é o ensino à distância. Foi um espaço de debate, no sentido de ter uma visão real do problema, da sua materialidade na formação e nas universidades, de tomar um posicionamento político e encaminhamento para estratégias de combate.

4. Seminário ***Maio de 68: 40 anos de um Movimento que não morreu***, promovido pelo Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Educação e Cidadania (GEMDEC), com o

apoio do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais da PUC-SP (NEMOS), decorrido na Unicamp no dia 9 de Maio.

5. Curso de Formação Política: *Como funciona a sociedade I*, curso para o movimento estudantil, promovido pelo Centro Académico da PUC-SP e instruído pela *Associação 13 de Maio (Educação Popular)*, decorrido nos dias 17 e 18 de Maio.

O curso teve como objectivo problematizar a sociedade actual e os seus problemas (riqueza e pobreza), assim como, a exploração capitalista (salário, mais-valia e acumulação) e a concepção de Estado e Ideologia.

Foi um curso intenso e intensivo, com forte vínculo à militância das ideologias marxistas, que gerou o questionamento das certezas e concepções tradicionais e burguesas. Um curso recomendável para o início de um questionamento e tomada de posição política.

6. Curso de Formação Política: *Como funciona a sociedade II*, realizado nos dias 7 e 8 de Junho.

Sendo uma continuação do ponto anterior, neste curso foram trabalhadas as características fundamentais do capitalismo de acordo com o pensamento liberal e com a percepção dos trabalhadores, a crise do capital e a intervenção do Estado na economia, assim como, as perspectivas e desafios para a classe trabalhadora.

7. XXX ENESS – ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL – *Os sonhos não envelhecem: 30 anos de reorganização do MESS*, decorrido em Londrina (Pará) entre os dias 13 e 17 de Julho, totalizando 57 horas.

Através deste Encontro Nacional, tive a oportunidade estabelecer contactos com estudantes de todo o país e analisar a situação actual do Movimento Estudantil de Serviço Social no Brasil, a sua forma de organização, os desafios que lhe são colocados, os debates necessários, a forma de resposta e as estratégias propostas, assim como as relações de poder existentes.

Participei nos Grupos de Trabalho, das Assembleias e no processo eleitoral. Tornou-se uma experiência de privilégio, única e impar, tendo em linha de conta a situação política da categoria e o período de crise do movimento estudantil.

Avaliação pessoal da participação nos eventos

Como complemento ao acúmulo construído na frequência curricular académica, os eventos nos quais estive presente e participei foram essenciais para o meu processo de amadurecimento teórico, reflexivo, pessoal, profissional e político.

Estas experiências foram basilares para a reflexão do Serviço Social português, nas suas semelhanças com o brasileiro, mas, mais importante: nas suas especificidades. Serviram para uma melhor análise do processo histórico e dos seus impactos no presente, no processo dialéctico de construção da Identidade e da organização do colectivo; despertaram-me para a verdadeira importância da construção do Projecto Profissional Ético-Político, para a adopção de uma dimensão política mais forte tanto ao nível do exercício profissional, quanto da formação no sentido de impulsionar um debate forte e maduro da categoria.

Se antes da minha vinda para o Brasil entendia ser necessária a constituição de uma organização profissional e estudantil coesa, fundamental para a legitimação e regulamentação da profissão que essa necessidade tem de ser acolhida por todos os intervenientes e entidades da profissão, hoje não concebo outro caminho ou forma de atingir os fins desejados.

*No curso da viagem há sempre alguma transfiguração,
de tal modo que aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa.*
(Octavio Ianni)

APÊNDICE B - Relatório 2º Semestre PUC-SP/ISMT (2008)

O relatório apresentado vem apontar e apresentar sucintamente as actividades realizadas no segundo semestre de permanência no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP, assim como as actividades em processo de desenvolvimento.

- Participação em Disciplinas

1. Serviço Social: Identidade e Contemporaneidade II

Prof. Maria Lúcia Martinelli

A presente disciplina tem como principal eixo analítico a relação cultura e sujeitos na acção profissional quotidiana.

O objectivo incide no “ aprofundamento da reflexão sobre o quotidiano da acção profissional como espaço de interacção entre sujeitos políticos e a prática profissional como fecundo campo de mediações para a socialização de saberes, para a construção de conhecimento e de comportamentos políticos novos”

Apresentação em parceria do Seminário (dia 28 de Agosto) sobre o capítulo *Um Olhar Político*, da obra “Paisagens Imaginárias – intelectuais, arte e meios de comunicação” da autoria de Beatriz Sarlo.

Esta disciplina tem continuidade até ao final do semestre.

2. Seminário de Dissertação

Prof. Maria Lúcia Carvalho da Silva

A disciplina “propõe-se a apoiar e subsidiar teórica e metodologicamente os alunos na elaboração da dissertação de mestrado”, auxiliando-os a na definição do seu projecto de pesquisa e qualificação da mesma.

Ela possibilita, entre outros aspectos, uma reflexão sobre a natureza, a finalidade, o significado da dissertação e os motivos que conduziram à escolha do seu tema.

São desenvolvidos seminários onde cada mestrando expõe o seu projecto no sentido da promoção de discussões, reflexões e contribuição colectiva. Este método proporciona, assim, uma troca de conhecimentos, ideias, experiências e preocupações sobre o tema de pesquisa.

A apresentação do meu projecto de pesquisa decorreu no passado dia 8 de Outubro. Este momento tornou-se extremamente construtivo e rico pela pertinência das questões colocadas, pela problematização feita e pelo debate gerado.

Continuam a decorrer os trabalhos agendados para a disciplina.

- Participação em Actividades Programadas - ATP

1. Origens da ontologia do ser social: Marx e Lukács

Prof. Celso Frederico

Esta disciplina possibilitou uma maior e mais qualificada aproximação aos pensamentos de autores de referência (Marx, Lukács, Hegel, Feuerbach, Benjamim e Brecht).

Os impasses do jovem Marx e o marxismo nos anos 20, a inflexão ontológica, o primado do real, a defesa do realismo, a categoria da particularidade, o humanismo de Lukács e a polémica com Brecht e, por fim, o símbolo e a alegoria em Lukács e Benjamim foram os temas abordados nas sessões realizadas.

Suscitaram-me especial interesse para reflexão as questões como a *identidade sujeito/objecto e teoria/prática*, a consciência como reflexo, as discussões sobre o *particular, universal* e o *singular*, a *realidade como essência e aparência*, a totalidade e fragmentação.

2. Teoria Política, Estado e Hegemonia em Gramsci

Prof. Marco Aurélio Nogueira

A presente Actividade Programada referente a Gramsci abordou os seguintes pontos teóricos: reorganização do capitalismo, crise do Estado e política; a Revolução no Ocidente e Estado ampliado; novos sujeitos e novas

exigências para a acção política; representação e participação; democracia, alianças e reformas; hegemonia e sociedade civil; a questão dos intelectuais; cultura e política; Globalização capitalista e modernidade radicalizada: revolução passiva, democratização e individualização; Gramsci diante da sociedade, do Estado e políticas sociais.

Mesmo na impossibilidade de frequência em todas as actividades, destaco a importância da apreensão das questões da organização, participação e estrutura social (Estado, associativismo e sindicatos) para Gramsci e as reflexões possibilitadas, de extrema importância para o meu tema de pesquisa.

- Participação em Núcleos de Pesquisa

1. NEMOS- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais

Profs. Maria Lúcia Carvalho da Silva e Mariangela Belfiore Wanderley

Este núcleo, que se propõe a ser um espaço interdisciplinar e cuja temática incide nos Movimentos Sociais: Formação e Participação Política, “tem como foco, no contexto da democratização, na perspectiva da reforma política, o estudo dos espaços, possibilidades e limites de formação e participação política desses sujeitos colectivos”.

Tendo em conta o actual momento político de eleições estaduais, o núcleo tem dado especial atenção à pesquisa e exercícios de campo, ao acompanhamento da conjuntura dos Movimentos Sociais e à participação nas actividades do *Observatório dos Direitos do Cidadão da Cidade de São Paulo* (Parceria Polis e PUC).

Paralelamente, realizam-se seminários e procede-se ao levantamento de produção teórica e sua discussão.

Avaliação pessoal da frequência académica

Embora as actividades descritas não tenham sido terminadas na sua totalidade, é possível avaliar a sua contribuição na construção académica do conhecimento e na minha construção como sujeito histórico e político.

A participação nas aulas, a leitura de textos, aproximação às várias concepções dos autores tem possibilitado um processo de construção dialéctica muito rico e capacitado.

A dinâmica da produção de conhecimento alicia e motiva-me cada vez mais a uma postura investigativa. A indagação, os questionamentos e a reflexão crítica passaram a ser constantes.

Sinto, de facto, um amadurecimento teórico e uma maior capacidade de reflexão, de crítica e interpretação da realidade que, materialmente, se tem verificado na minha maior segurança na colocação de ideias, quer ao nível escrito, quer oral.

- Reunião de Orientação

Até ao presente momento foram realizadas duas reuniões de orientação.

No dia **29 de Agosto** estabeleceu-se um diálogo acerca da minha avaliação académica do semestre anterior, da minha participação nos diversos eventos e da relação estabelecida com as entidades representativas da categoria: a minha avaliação foi muito positiva.

Foi dada continuidade ao diálogo estabelecido anteriormente acerca da necessidade de maior delimitação do objecto de estudo proposto.

Foram entregues os trabalhos propostos na primeira reunião de orientação.

A segunda reunião de orientação do semestre decorreu no dia **12 de Setembro**. Martinelli fez uma avaliação dos trabalhos entregues anteriormente, os quais mostravam uma crescente maturação crítica, reflexiva e teórica; contribuiu com alguns pontos para o pretendido artigo sobre o Projecto Profissional Ético-Político. Foram feitas algumas recomendações teóricas que vão ao encontro da metodologia da história oral.

A próxima reunião terá a presença da professora Carmelita Yasbek para decidir quais os sujeitos a ser entrevistados na pesquisa.

- Participação em Eventos

1. Curso de Formação: *Análise de Conjuntura*, promovido pelo Centro Académico da PUC-SP e instruído pela *Associação 13 de Maio (Educação Popular)*, realizado nos dias 9 e 10 de Agosto.

O curso seguiu como objectivo o fornecimento de instrumentos para a compreensão e realização de uma análise de conjuntura (cenários, acontecimentos, actores e relação de forças); também trabalhou a relação conjuntura/cultura e permitiu a realização de exercícios práticos.

Saí do curso com uma melhor capacidade de analisar a sociedade, suas transformações e com um acúmulo que possibilita a procura de transformação da mesma.

2. 19ª Conferência Mundial de Serviço Social: *O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual*, em Salvador-Bahia, entre os dias 16 e 19 de Agosto.

3. II Encontro Estadual da COFI – CRESS.SP, decorrido no dia 29 de Agosto.

A COFI é o aparelho de fiscalização do exercício profissional.

Neste encontro, tive a oportunidade de assistir à palestra de Tânia Diniz (1ª Secretária do CFESS) cujo tema foi “O papel político-pedagógico da Cofi e da Sub-Cofi”.

Seguidamente, participei na reunião onde foram colocadas questões para discussão: o levantamento em processo sobre as escolas de graduação à distância e o necessário levantamento da realidade dos campos de estágio. Ambos os levantamentos vêm demonstrar a exigência de um maior trabalho de fiscalização.

4. Assembleia Geral do CRESS-SP, dia 30 de Agosto.

A Assembleia decorreu com a seguinte pauta de trabalhos: declaração/prestação de contas do CRESS-SP; eventos realizados pelo referido CRESS durante o ano de 2007; colocação de propostas a serem discutidas no Encontro Nacional

CFESS/CRESS; aprovação em Assembleia da minha participação no Encontro Nacional (constado em acta) e votação para os Delegados de Base.

Foi um lugar privilegiado de contacto directo com o meu objecto de estudo, recolha de informação para a minha pesquisa, para o estabelecimento de relações e, principalmente, de enriquecimento político - onde tive (mais uma vez) a oportunidade de participar num espaço de debate maduro e deliberações democráticas.

5. Participação na palestra ***A Ética Profissional e o Projecto Ético-Político***, ministrada pela Prof^a. Dra. Elza Koumrouyan, promovida pela Secretaria de Estado da Saúde (coordenadoria de serviços de saúde – Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital), realizada no dia 16 de Setembro.
6. Participação no **37º Encontro Nacional CFESS/CRESS**, com o tema ***Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: o conjunto CFESS/CRESS na Defesa do Projecto Ético-Político Profissional***, realizado em Brasília/DF, entre os dias 25 e 28 de Setembro.
7. Participação na palestra **“POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO SOCIAL: POLÉMICAS EM DEBATE”**, proferida pela Profa Dra Marilda Villela Iamamoto, organizada pelo Instituto de Estudos Especiais (IEE) da PUC-SP, com a carga horária de 3 horas – dia 18 de Novembro.

- Palestras e Comunicações proferidas

1. **CONVERSA SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM PORTUGAL.**
Evento realizado na **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, organizado pelo Núcleo de Estudo sobre a Criança, Adolescente e Família (NECAD) e o Programa de Educação Tutorial do Curso de Serviço Social (PET/SSO). Decorreu no dia 6 de Novembro com a carga horária de 2 horas.
2. Palestra **“A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DO SERVIÇO SOCIAL - uma perspectiva comparativa: Brasil e Portugal”**.
Evento decorrido na disciplina *Planejamento de Programas e Projetos Sociais*, cuja responsável é a Profa Dra. Maria Manoela Valença, no **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PGSS - UFSC)**, no dia 7 de Novembro, com a duração de 4 horas.

3. Palestra **“O SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO-ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL”** no II Seminário de Serviço Social e Saúde, promovido pelo Projeto de Extensão em Serviço Social e Saúde do Curso de Serviço Social da **Universidade do Sul de Santa Catarina** (UNISUL), realizado no dia 10 de Novembro – carga horária de 3 horas.
4. Palestrante no **IX SEMINÁRIO REGIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL**: “Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la” (Bertold Brecht) - **Abordagem sobre a Formação Profissional em Portugal e a Experiência Pessoal do Movimento Estudantil em Portugal e no Brasil**. Palestra realizada em Limeira/SP, no dia 16 de Novembro, totalizando a carga horária de 4 horas.
5. Palestra **“OS DESAFIOS DE PENSAR O SUJEITO HISTÓRICO E POLÍTICO”**
Evento decorrido dia 27 de Novembro, com a carga horária de 3 horas, na **Universidade FAMA** em São Paulo.

APÊNDICE C – Guião de recolha dos depoimentos

Aos líderes da organização da categoria profissional no Brasil

- Trajectória histórica de militância do sujeito de pesquisa;
- Relação entre as entidades da categoria profissional e sua materialização;
- Relação com os Movimentos Sociais;
- Desafios colocados à categoria profissional;
- Estratégias desenvolvidas pela categoria profissional para fazer face aos desafios;
- Dimensão do sujeito político no enfrentamento dos desafios.

Aos representantes dos estudantes em Portugal - trajectória histórica da organização dos estudantes de Serviço Social

- Organização dos estudantes na altura;
- Contexto político;
- Transformações na formação;
- Participação dos alunos nos órgãos de gestão do ISSSC;
- Condições de estudantes do ensino privado;
- Lutas travadas pelos estudantes;
- Contributos para as lutas da categoria profissional;
- Relações estabelecidas com outros estudantes;

APÊNDICE D – Questionário às AEs

Questionário

Nome da Associação de Estudantes: _____

Número de discentes da Instituição Superior de Ensino: _____

Número de Estudantes de Serviço Social: _____

Número total de participantes da Associação de Estudantes: _____

Número de participantes de Serviço Social na Associação de Estudantes: ____

A) ORGÃOS DIRIGENTES

1.Composição da Direcção:

1.1. Número de membros? _____

1.2. Integra a Direcção algum estudante de Serviço Social? Sim ☐ Não ☐

1.2.1 Se Sim, número de elementos? _____

1.2.1.1 Que cargo(s) ocupa(m)?

- Presidente ☐

- Tesoureiro ☐

- Vogal ☐

- Vice-Presidente ☐

- Secretário ☐

1.2.2. Se Não, em anteriores Direcções houve a participação de estudantes de Serviço Social? Sim ☐ Não ☐

1.2.2.1. Se sim, quando? _____

2.Composição da Assembleia Geral

2.1. Número de membros? _____

2.2. Integra a Assembleia Geral algum estudante de Serviço Social? Sim ☐ Não ☐

2.2.1 Se Sim, número de elementos? _____

2.2.1.1 Que cargo(s) ocupa(m)?

- Presidente ☐

- Tesoureiro ☐

- Vogal ☐

- Vice-Presidente ☐

- Secretário ☐

2.2.2. Se Não, em anteriores Assembleias Gerais houve a participação de estudantes de Serviço Social? Sim ☐ Não ☐

2.2.2.1. Se sim, quando? _____

3.Composição do **Conselho Fiscal**:

3.1. Número de membros? _____

3.2. Integra o Conselho Fiscal algum estudante de Serviço Social? Sim ☐ Não ☐

3.2.1 Se Sim, número de elementos? _____

3.2.1.1 Que cargo(s) ocupa(m)?

- Presidente ☐

- Relator ☐

- Vice-Presidente ☐

- Vogal ☐

3.2.2. Se Não, em anteriores Conselhos Fiscais houve a participação de estudantes de Serviço Social? ☐ Sim ☐ Não

3.2.2.1. Se sim, quando? _____

4. Existe participação dos estudantes em algum **órgão de gestão da Instituição Superior de Ensino**? Sim ☐ Não ☐

4.1. Se sim, em qual/quais? _____

4.1.1.Quantos representantes? _____

4.1.2. Quantos representantes de Serviço Social? _____

4.2. Se não tem, já teve estudantes de Serviço Social? Sim ☐ Não ☐

4.2.1. Se Sim, em qual/quais? _____

4.2.2 Quando? _____

B) ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES – GERAL

1. Que tipo de actividades desenvolve?

2. Quais os objectivos?

Nota: Por favor, anexar o Programa Eleitoral ou o Plano de Actividades.

C) NÚCLEO OU GRUPO DE SERVIÇO SOCIAL

1. Tem núcleo ou grupo de estudantes de Serviço Social que se tenham constituído no âmbito da Associação de Estudantes? Sim ☐ Não ☐

1.1. Se Sim, desde quando? _____

1.1.1. Qual o porquê do seu surgimento?

1.1.2. Que tipo de actividades/eventos desenvolve?

- Institucionais (relativas à Instituição de Ensino e/ou política de formação da mesma) ☐
- Formação ☐
- Carácter social ☐
- Carácter festivo ☐
- Reivindicações/manifestações de dimensão política ☐
- Debate e reflexão acerca da Formação em Serviço Social e/ou da profissão (exercício profissional) ☐

1.1.3. Quais os objectivos?

Nota: Por favor, anexar o Plano de Actividades.

1.2. Se não, quais as razões? _____

D) COMUNIDADE ESTUDANTIL

1. Qual o nível de participação dos estudantes da Vossa Instituição Superior de Ensino nas actividades propostas/promovidas pela Associação de Estudantes?

Forte ☐ Médio ☐ Fraco ☐ Inexistente ☐

2. Em que actividades os alunos participam com maior frequência?

- Institucionais (relativas à Instituição de Ensino e/ou política de formação da mesma) ☐
- Eleições dos Corpos Dirigentes da Associação de Estudantes ☐
- Formação ☐
- Carácter social ☐
- Carácter festivo ☐
- Reivindicações/manifestações de dimensão política ☐
- Debate e reflexão acerca da Formação e/ou de exercício profissional ☐

3. Caso o nível de participação dos estudantes da Vossa Instituição Superior de Ensino nas actividades propostas/promovidas pela Associação de Estudantes seja **fraco ou inexistente**, quais pensa serem os motivos (factores de desmobilização)?

4. O que leva os estudantes a participar na Associação de Estudantes e nas actividades propostas/promovidas?

- Interesses pessoais ☐

Quais?

- Auto-construção pessoal ☐

- Construção e acúmulo de conhecimento ☐

- Diversão/hobby ☐

- Aumento de currículo ☐

- Alcance de status e poder ☐

- Estabelecimento/fortalecimento de relações interpessoais ☐

- Outras ☐ Quais? _____

- Interesses colectivos e associativos ☐

5. Os estudantes da Vossa Instituição Superior de Ensino estão inseridos em mais alguns grupos culturais ou políticos, enquanto cidadãos?

Sim ☐ Não ☐

5.1. Se sim, quais? _____

Obrigada pela Vossa colaboração nesta Pesquisa!

APÊNDICE E – Quadro: Associações de Estudantes e Núcleos de Serviço Social em Portugal em 2009/2010

IES com 1º ciclo em Serviço Social	Associação de Estudantes (AE)	Núcleo de Serviço Social inserido na AE	Notas acerca da representação/participação dos alunos de Serviço Social nas respectivas Associações de Estudantes
Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação	AAC (NEPCE)	Não existe	A representante do NEPCE diz que são poucos os alunos de SS que estão inseridos nas actividades. Contudo, sabe-se que os alunos têm vindo a desenvolver actividades.
Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	AEISCSP	Sim, existe	---
Universidade dos Açores	AAUA	Não existe	Neste momento não desenvolvem qualquer tipo de actividades para a participação dos alunos de SS.
Universidade da Madeira	AAUMA	Não existe	Os alunos de SS estão inseridos nas actividades desenvolvidas pela AA, como todos os restantes alunos. Ao nível do curso, tem-se vindo a criar um “observatório de SS”.
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)	AAUTAD	Sim, existe	Tem um núcleo de SS mas é recente, assim como o curso de SS em Vila Real.
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	AESECS	Não existe	Participa pelo menos um estudante de SS na composição da lista da AE.
I.P. Portalegre - Escola Superior de Educação	AESEP	Não existe	Tem alunos do curso de SS na AE.

I.P. Castelo Branco - Escola Superior de Educação	AESECB	Não existe	Os alunos de SS participam como os restantes alunos nas actividades (Pres.); Embora não haja núcleo específico de SS, há um grupo de estudantes independentes que desenvolvem actividades (in loco - 2009); “Dizem que seria mais um gasto desnecessário para a AE” (justificação dada aos alunos).
I.P. Beja - Escola Superior de Educação	AESEB	Não existe	São desenvolvidas actividades nas quais os alunos de SS participam.
I.P. Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	AAISPV	?	Não houve qualquer possibilidade de contacto. Nenhum dos contactos fornecidos estava acessível nem me foi dado qualquer contacto dos representantes.
Instituto Superior Politécnico de Gaya (Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário)	AEISPGaya	Não existe	Tem vindo a desenvolver actividades para a comunidade estudantil mas esta não é participativa.
Instituto Superior de Ciências Empresariais e Turismo	AEISCET	Não existe	Desenvolve actividades na área do SS (Ex: semana do SS...)
Universidade Lusíada	AAUL	Sim, existe	Tem núcleo de SS desde 2005, altura que o curso entrou na Lusíada.
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Faculdade Ciências Sociais e Humanas	AAULHT	Não existe	Neste momento não tem núcleo de SS mas o curso tem realizado actividades.
Universidade Lusófona – Instituto de Educação	AEULP	?	Após vários contactos, não consegui que me fosse cedida qualquer informação. O membro da AE não mostrou interesse, dizendo “estou cheia de trabalho agora”.

Instituto Superior Miguel Torga (ISMT)	AEISMT	Não existe	Não têm nenhum núcleo de SS e os alunos de SS são uma minoria ao contrário de outros tempos. Já teve o GIVS que desenvolvia várias actividades.
Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP)	AEISSSP	Sim, existe	Tem vindo a desenvolver várias actividades.
Universidade Fernando Pessoa – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	AEUFP	Não existe	Os alunos de SS não participam de forma regular nas actividades da AE. A participação é esporádica. Contudo, a AE ajuda nas actividades que os alunos de SS desenvolvem sempre que eles peçam.
Universidade Católica (UCP) - Faculdade de Ciências Humanas	AEFCH	Não existe	Apesar de não ter núcleo, os alunos de SS participam nas actividades da AE.
UCP - Faculdade de Ciências Sociais - Braga	AEFCS	Não existe	Há conhecimento que os alunos de SS colaboram com a categoria profissional. (Sónia Guadalupe)
UCP – Centro Regional das Beiras - Viseu	AAVUCP	Não existe	---

APÊNDICE F – Quadro: Participação dos Estudantes de Serviço Social em Órgãos Dirigentes das Associações de Estudantes

		AE ESECS (I.P.L.Leiria)	AA UMA (Univ. Madeira)	AE ISCSP (Lisboa)	AE ESEB (I.P.Beja)	AE ESECB (I.P. C.Branco)
DIRECÇÃO da AE	Nº de alunos SS	1	0	0	1	1
	Cargo	Vice-Presidente	----	-----	Vogal	Presidente
	Anteriores Direcções ⁸⁵	NR ⁸⁶	DND	NR	NR	Sim
	Quando?					2009
ASSEMBLEIA GERAL	Nº Membros	4	3000	Não sabe	3	3
	Nº alunos de SS	0	DND		0	0
	Cargo	----	----		----	----
	Anteriores Assembleias	NR	Sim		Não	Sim
	Quando?		DND		----	Março 2010
CONSELHO FISCAL	Nº Membros	3	3	3	5	3
	Tem alunos SS?	Sim	Não	NR	Não	Não
	Nº de SS	1	0		0	0
	Cargo	Vice-Presidente	----		----	----
	Anteriores Conselhos	NR	DND		Sim	Sim
	Quando?				2008/2009	2007/2008

⁸⁵ Em anteriores Direcções houve a participação de estudantes de Serviço Social?

⁸⁶ NR significa “Não respondeu”.

APÊNDICE G – Quadro: Actividades das Associações de Estudantes e participação dos estudantes

Associação de Estudantes	1.Nível de Participação dos estudantes ⁸⁷	2.Actividades em que os alunos participam com maior frequência.	3.Motivos da fraca ou inexistente participação.	4.O que leva os estudantes a participar nas actividades ⁸⁸ .	5.Os estudantes estão inseridos em grupos culturais e políticos?	
					Sim Não	Quais?
AE ESECB (C. Branco)	FRACO	- Formação; - Carácter festivo	“Desinteresse dos estudantes pelas actividades desenvolvidas e pelo associativismo”	*interesses pessoais: - auto-construção pessoal; - construção e acúmulo de conhecimento; *interesses colectivos e associativos.	Sim	- Associações Culturais (Tunas; Rancho Folclórico); - Escuteiros; - Associações Juvenis de Desporto; - etc.
AE ESEB (Beja)	FORTE	- Eleições dos Corpos Dirigentes AE; - Formação; - Carácter Social; - Carácter festivo; - Debate e reflexão acerca da Formação e/ou Exercício Profissional.	-----	*interesses pessoais: - construção e acúmulo de conhecimento; - diversão/hobby; - aumento de Curriculum; - estabelecimento/fortalecimento de relações interpessoais; *interesses colectivos e associativos.	Sim	- Associação de Escuteiros de Portugal; - Corpo Nacional de Escutas; - ect.
AE ISCSP (Lisboa)	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Sim	Grupos de Partidos Políticos (como JS e JSD)
AA UMA (Madeira)	FORTE	- Formação.	-----	*interesses pessoais *interesses colectivos e associativos.	Sim	Várias Associações Culturais e Grupos de Voluntariado.

⁸⁷ nas actividades promovidas/propostas pela AE.

⁸⁸ nas actividades promovidas/propostas pela AE.

AE ESECS (Leiria)	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> - Carácter Social; - Carácter festivo; - Debate e reflexão acerca da Formação e/ou Exercício Profissional. 	-----	*interesses pessoais <ul style="list-style-type: none"> - construção e acúmulo de conhecimento; - diversão/hobby; - estabelecimento/fortalecimento de relações interpessoais. 	Não respondeu
-----------------------------	--------------	--	-------	---	---------------